

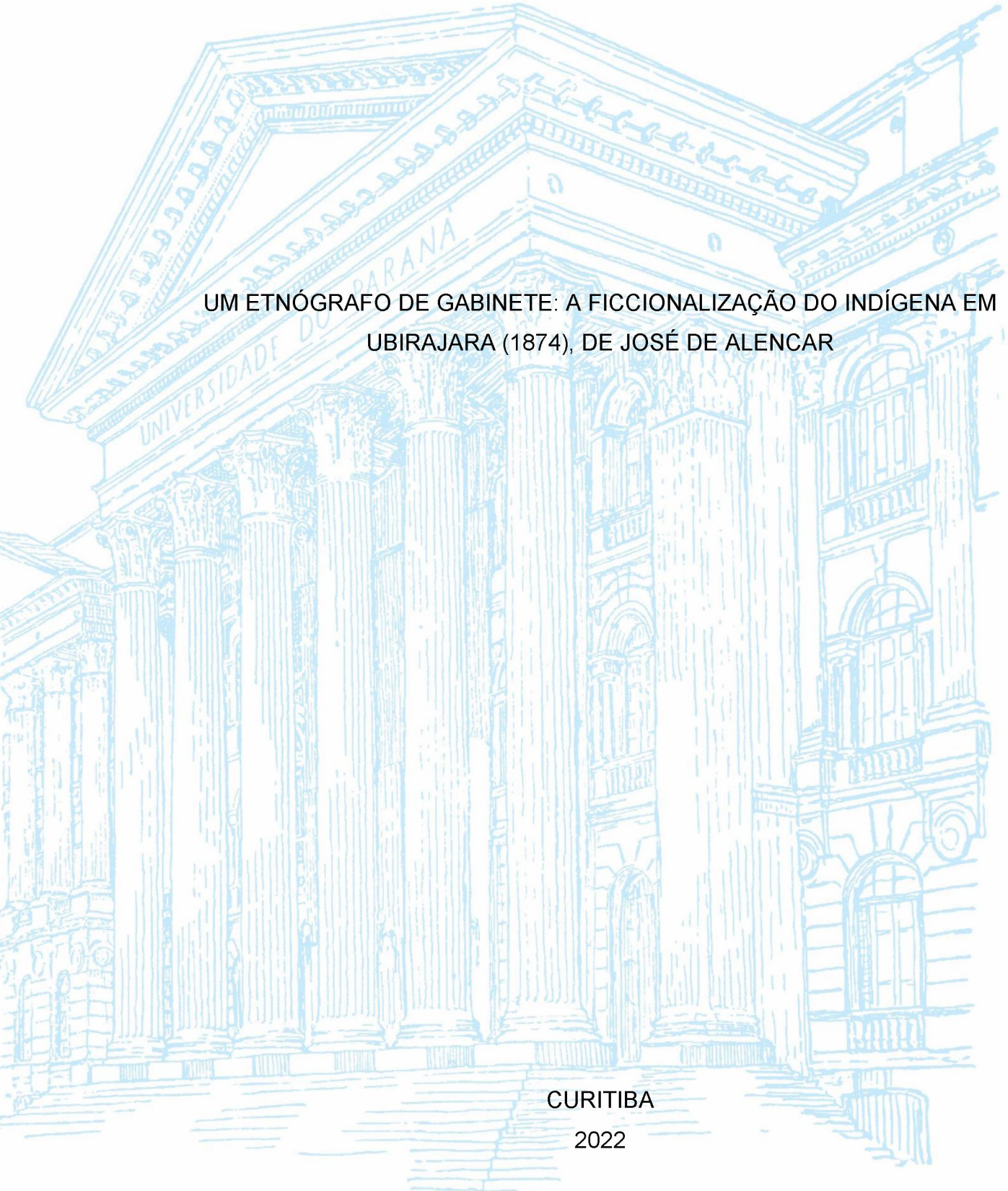
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO LENZ

UM ETNÓGRAFO DE GABINETE: A FICIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA EM
UBIRAJARA (1874), DE JOSÉ DE ALENCAR

CURITIBA

2022



THIAGO LENZ

UM ETNÓGRAFO DE GABINETE: A FICCIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA EM
UBIRAJARA (1874), DE JOSÉ DE ALENCAR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Literários, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Marilene Weinhardt

CURITIBA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Lenz, Thiago

Um etnográfico de gabinete : a ficcionalização do indígena em *Ubirajara*
(1874), de José de Alencar. / Thiago Lenz. – Curitiba, 2022.

1 recurso online : PDF.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^ª. Dr^ª. Marilene Weinhardt.

1. Alencar, José de, 1829-1877. 2. Ficção histórica brasileira. 3. Etnologia –
Brasil. 4. Indígenas na literatura. 5. Literatura e história. I. Weinhardt, Marilene,
1952-. II. Título.

CDD – B869.309



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS -
40001016016P7

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **THIAGO LENZ** intitulada: **UM ETNÓGRAFO DE GABINETE: A FICIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA EM UBIRAJARA (1874), DE JOSÉ DE ALENCAR**, sob orientação da Profa. Dra. MARILENE WEINHARDT, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 25 de Fevereiro de 2022.

Assinatura Eletrônica

25/02/2022 11:28:34.0

MARILENE WEINHARDT

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

04/03/2022 23:35:22.0

CLÓVIS MENDES GRUNER

Avaliador Externo (Membro Externo)

Assinatura Eletrônica

21/03/2022 10:28:43.0

MARIA EUNICE MOREIRA

Avaliador Externo (PESQUISADORA)

Rua General Carneiro, 460, 10º andar - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80060-150 - Tel: (41) 3360-5102 - E-mail: ppglet@gmail.com

Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.

Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 155930

Para autenticar este documento/assinatura, acesse <https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 155930

Dedico este trabalho à memória das vítimas
da pandemia do Coronavírus

AGRADECIMENTOS

A finalização de uma pesquisa é um momento singular na trajetória acadêmica dos pesquisadores; momento de comemorar os resultados obtidos e avaliar as perguntas deixadas sem resposta ao longo da perquirição. O ponto final de uma pesquisa nem sempre é uma decisão satisfatória, mas sim uma imposição dos prazos em cumprimento de algum requisito. Isso porque o universo da pesquisa é infinito e reserva muitas surpresas, instigando o pesquisador a querer sempre mais. Mas, chegou o momento de colocar o ponto final e agradecer.

Os dois últimos anos reservaram surpresas muito desagradáveis à humanidade. A eclosão de uma pandemia que se arrasta até hoje representou e representa o maior desafio a ser superado. Infelizmente muitas vidas foram perdidas e diversas cicatrizes permanecerão. Me solidarizo com os familiares e amigos que perderam alguém próximo e dedico este trabalho a memória das vítimas do Coronavírus. Presto esta pequena homenagem com muita emoção, uma vez que todos perdem diante do sofrimento de seus iguais.

A pandemia do Coronavírus trouxe consigo diversos desafios ao trabalho acadêmico e impôs a resiliência de todos: aulas online, acesso limitado a bibliotecas e arquivos, limitação do contato entre as pessoas. No entanto, mesmo assim os profissionais da educação encontraram meios para continuar com o seu compromisso de ensinar. Aplaudo cada esforço. E nesse sentido quero agradecer o esforço de cada docente do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Paraná e igualmente reconhecer o empenho dos servidores da universidade na pessoa da Thaís e da Alessandra (Secretaria).

Nessa direção quero fazer um agradecimento muito especial: agradecer a orientação e a resiliência da professora Marilene Weinhardt. O distanciamento nos impediu de um contato mais próximo, porém, foi muito gratificante e relevante acompanhar suas aulas online e orientações para o desenvolvimento dessa pesquisa. Deixo aqui meu muito obrigado pelo aceite na orientação e pela compreensão de minhas limitações. Marcadamente seu entusiasmo com a literatura afetou positivamente minha trajetória na UFPR e como pesquisador. Obrigado por compartilhar sua expertise comigo ao longo do mestrado e sempre se colocar aberta ao diálogo.

Aproveito o momento também para agradecer minha inclusão no grupo de pesquisa “Estudos sobre ficção histórica no Brasil”. As conversas e leituras feitas entre os colegas foram muito importantes, assim, deixo aqui meus sinceros agradecimentos a todos os integrantes, em especial àqueles com quem tive um contato maior, como a Márcia, a Thalita, a Geisa, o Helder, o Stanis, o Arthur, a Roberta, a Naira e a Eunice. Espero em breve conhecê-los pessoalmente.

De maneira muito especial também quero agradecer uma pessoa que tornou possível minha trajetória acadêmica e que sempre esteve ao meu lado me incentivando e aberta ao diálogo e a troca. Professora Cristina Ferreira, sua amizade e seu compromisso como docente-pesquisadora tornaram o sonho do mestrado possível. Lembro de nossas conversas em torno da definição do tema e da problemática do projeto e da decisão acertada de ingressar em uma pós-graduação de estudos literários. Tenha certeza que seu trabalho como orientadora entre 2013 e 2015 na graduação de História e a parceria mantida até hoje pavimentou minha trajetória acadêmica até aqui. Obrigado por manter as portas do Cemope sempre abertas, espaço de significativa contribuição para a continuidade dos estudos. Assim, o ponto final colocado nesse trabalho também é dedicado a você, professora Cristina.

Nesse sentido, não posso deixar de agradecer a todos os colegas que integraram e integram o Cemope. As conversas, o diálogo nos seminários e as risadas nas confraternizações são combustível para o trabalho acadêmico. Portanto, com risco de esquecer algum nome, quero registrar meu muito obrigado: ao André, ao Evander, ao Luan, ao Michel, a Ana Caroline Zimmermann, ao Martin, a Aline, ao Gabriel, a Janaina, a Julia, a Daiane, a Ana Caroline, a Rafaela, a Giovanna.

Outros agradecimentos ainda se fazem necessários. Deixo meu muito obrigado a pessoas que marcaram minha trajetória de alguma forma, como a Jessica. Embora nosso contato tenha reduzido desde a graduação, saiba que sempre lembro com carinho de você e de nossas conversas. Você é uma pessoa muito capacitada e desejo sempre o melhor para sua trajetória! Agradeço também ao Thiago pela amizade e pelo incentivo na continuidade dos estudos. Obrigado pela parceria durante o ano de 2017 enquanto éramos colegas em uma das escolas do município de Guabiruba.

Quanto a amizades constituídas em ambientes de trabalho, não posso deixar de registrar o grupo de amigos constituído em 2019, enquanto docente na Escola Jonas Neves, de Blumenau. Agradeço muito o incentivo para a continuidade dos

estudos e todo o apoio que recebi durante o processo seletivo. Assim, meu carinhoso agradecimento à Raquiani, à Cristiane, à Michele, à Laysa, à Josi, à Fabiane, à Claunice, ao Marcos, ao Thiago, ao Jaime e ao Celso.

Não posso deixar de agradecer uma pessoa muito especial na minha vida. É você, Ana Paula de Oliveira, minha noiva. Seu companheirismo e seu incentivo foram fundamentais para o curso do mestrado e a pesquisa da dissertação. Você foi meu esteio diante das dificuldades e sempre esteve aberta a ouvir minhas reclamações e minhas hipóteses de pesquisa, além de secar minhas lágrimas quando dos problemas. Obrigado por dividir sua vida comigo! Saiba que sou muito feliz e agradecido por tudo o que você já fez por mim! Essa dissertação é dedicada a você!

Quanto à família, quero fazer um agradecimento muito especial aos meus sogros Valcir e Maria Angela, e também a Gabrielle e ao pequeno Benjamin. Obrigado pelo incentivo e pela parceria! Igualmente agradeço meus pais, Ingrid e Lindolfo, e minha irmã Taciana. Saibam que vocês foram minha forte retaguarda. Obrigado pelo apoio!

Não menos importante, agradeço a concessão da bolsa de mestrado que tornou viável a execução da sonhada pesquisa. Assim, de 01/03/2020 a 28/02/2021, um agradecimento ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e entre março de 2021 e fevereiro de 2022, um agradecimento ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) que tornou possível a conclusão da pesquisa. Nesse sentido, presto uma homenagem especial aos servidores dessas instituições, que mesmo diante da pandemia mantiveram esforços no sentido de contribuir com a pesquisa acadêmica no Brasil.

Por fim, um agradecimento muito especial aos professores Maria Eunice Moreira (PUC-RS) e Clóvis Mendes Gruner (UFPR). Suas sugestões e críticas na qualificação foram fundamentais para a finalização do trabalho. Agradeço o aceite para a banca de defesa e a leitura atenta e criteriosa.

“Hoje, se me pergunto por que amo a literatura, a resposta que me vem espontaneamente à cabeça é: porque ela me ajuda a viver. [...] ela me faz descobrir mundos que se colocam em continuidade com essas experiências e me permite melhor compreendê-las. Não creio ser o único a vê-la assim. Mais densa e mais eloquente que a vida cotidiana, mas não radicalmente diferente, a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo. [...] Ela nos proporciona sensações insubstituíveis que fazem o mundo real se tornar mais pleno de sentido e mais belo. Longe de ser um simples entretenimento, uma distração às pessoas educadas, ela permite que cada um responda melhor à sua vocação de ser humano.” (TODOROV, Tzvetan. A literatura em perigo)

RESUMO

Em 1871, a figuração do indígena alencariano foi alvo da crítica de Franklin Távora sob o argumento da carência de descrições realistas e pela sua idealização. Em resposta a um contexto de acirramento das discussões letradas sustentadas pelas proposições realistas e pela desqualificação do indianismo, José de Alencar publicou *Ubirajara* (1874), romance que enredou a trajetória de duas etnias indígenas: os Araguaia e os Tocantim. Seu último romance indianista foi produzido como um “protesto” ao anti-indianismo e se alicerçava como um estudo etnográfico em crônicas e relatos coloniais, além de estudos etnográficos do século XIX. Nessa perspectiva, o objetivo central da dissertação é problematizar a relação entre literatura e história em *Ubirajara*, com o propósito de analisar o modo como o romancista mediou a pesquisa histórico-etnográfica com o intuito de figurar o indígena. O narrador do romance se colocava como um etnógrafo que testemunhou a cultura indígena protagonizada. Assim, ao invés de recorrer a um documento, ficcional ou não, como muitos romances históricos, em *Ubirajara*, o documento mobilizado foi a voz do narrador-etnógrafo. Na perspectiva de um estudo etnográfico residem as notas adicionadas ao romance e que revelam um Alencar etnógrafo, uma vez que se posiciona frente aos escritores coloniais. As notas do romance foram produzidas sob quatro eixos temáticos: antropofagia, religião, moralidade e organização político-social. A intervenção de Alencar a partir desses temas procurava demover a imagem negativa atribuída aos indígenas desde o período colonial, além de legitimar o indianismo como parte da literatura brasileira e reconhecer a contribuição histórica dessa população, pois, para o romancista, era no indígena que se localizava “o berço da nacionalidade”.

Palavras-chave: Indianismo; Etnografia; Indígena; Escritores coloniais; *Ubirajara*.

ABSTRACT

In 1871, the figuration of the indigenous Alencariano was criticized by Franklin Távora under the argument of the lack of realistic descriptions and for its idealization. In response to a context of intensifying literary discussions supported by realist propositions and by the disqualification of Indianism, José de Alencar published *Ubirajara* (1874), a novel that involved the trajectory of two indigenous ethnic groups: the Araguaia and the Tocantim. His last Indianist novel was produced as a “protest” to anti-Indianism and was grounded as an ethnographic study in colonial chronicles and accounts, in addition to 19th-century ethnographic studies. From this perspective, the main objective of the dissertation is to problematize the relationship between literature and history in *Ubirajara*, with the purpose of analyzing the way in which the novelist mediated historical-ethnographic research with the aim of figuring out the indigenous. The novel's narrator positioned himself as an ethnographer who witnessed the protagonist's indigenous culture. Thus, instead of resorting to a document, fictional or not, like many historical novels, in *Ubirajara*, the mobilized document was the voice of the narrator-ethnographer. From the perspective of an ethnographic study reside the notes added to the novel and which reveal an ethnographer Alencar, as he takes a stand against colonial writers. The notes of the novel were produced under four thematic axes: anthropophagy, religion, morality and political-social organization. Alencar's intervention based on these themes sought to dispel the negative image attributed to indigenous people since the colonial period, in addition to legitimizing Indianism as part of Brazilian literature and recognizing the historical contribution of this population, as for the novelist, it was in the indigenous that it was located. “the cradle of nationality”.

Keywords: Indianism; Ethnography; Indigenous; Colonial writers; *Ubirajara*.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – CAPA DO LIVRO <i>CARTAS SOBRE A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS</i> (1856).....	47
FIGURA 2 – CAPA DO ROMANCE <i>UBIRAJARA</i> (1874).....	76
FIGURA 3 – <i>CABOCLE INDIEN CIVILISÉ</i> (1834).....	135

LISTA DE ABREVIATURA

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 UM PROJETO ROMÂNTICO PARA A NAÇÃO: O PASSADO BRASILEIRO INTERPRETADO PELA LITERATURA.....	24
2.1 UM “TRABALHADOR INCANSÁVEL”: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ DE ALENCAR.....	24
2.2 “TUDO PELO BRASIL, E PARA O BRASIL”: ROMANTISMO E INDIANISMO NO PROJETO NACIONAL BRASILEIRO.....	34
2.3 “LANÇAR LUZES SOBRE UM TEMPO REMOTO”: O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS ETNOGRÁFICOS NO IHGB.....	53
3 UBIRAJARA (1874): UM ROMANCE CONTRA A “AVERSÃO” AO “ELEMENTO INDÍGENA” DA LITERATURA.....	68
3.1 O SILENCIAMENTO DOS “ECOS DA FLORESTA”: A FALÊNCIA DO INDIANISMO ROMÂNTICO NA LITERATURA BRASILEIRA?.....	68
3.2 <i>UBIRAJARA</i> , UM ROMANCE PARA “CONHECER A RAÇA INDÍGENA EM TODO O SEU VIGOR”.....	80
3.3 “PELO ÚLTIMO VAPOR”: CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO DO ROMANCE <i>UBIRAJARA</i> (1874-1879)	103
4 O “ESTUDO DOS MESTRES” NA FICCIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA DE <i>UBIRAJARA</i>: JOSÉ DE ALENCAR E A ETNOGRAFIA DE GABINETE.....	117
4.1 AO INDÍGENA, DESCRIÇÕES FIDEDIGNAS: O INDIANISMO ALENCARIANO SOB ATAQUE.....	117
4.2 A “HISTÓRIA ANTERIOR” EM <i>UBIRAJARA</i> : CRONISTAS, MISSIONÁRIOS E HISTORIADORES NA FICCIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA.....	121
4.3 “TEM ESSE GENTIO MUITA PARTE DOS COSTUMES DOS <i>TUPINAMBÁS</i> ”..	135
4.4 “CONTRAPONDO-SE AOS MAIS AUTORIZADOS MESTRES”: JOSÉ DE ALENCAR, UM ROMANCISTA-HISTORIADOR-ETNÓGRAFO.....	139
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS.....	160

1 INTRODUÇÃO

Em 1836, veio à lume, em Paris, o “Ensaio sobre a história da literatura do Brasil”, texto publicado na *Niterói, Revista Brasiliense*, por Domingos José Gonçalves de Magalhães. Considerado um dos textos fundadores do Romantismo brasileiro, Magalhães propôs que “cada povo tem sua literatura, como cada homem o seu caráter, cada árvore o seu fruto”,¹ entendimento produzido na esteira de importantes debates letrados suscitados pela Independência brasileira (1822), em especial à demanda de produtos culturais alimentados pela “cor local”.

Textos como o “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, de Gonçalves de Magalhães, propunham uma discussão quanto à estética literária brasileira em conexão com as ideias do francês Ferdinand Denis, que estava certo de “que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definida deveria necessariamente ter a sua literatura peculiar, porque esta se relaciona com a natureza e a sociedade de cada lugar.”² Ao contemplar estes postulados, os letrados românticos assentaram a marca do indianismo na escrita literária, figurando o indígena e a natureza brasileira como elementos importantes para a renovação literária e para “materializar o caráter único, selo de identificação, das terras e das gentes do jovem país em formação.”³

Diante desse fato, os escritores brasileiros deveriam atentar para a descrição da paisagem nacional e realçar o “índio, o habitante primitivo e por isso o mais autêntico” brasileiro.⁴ Sob este prisma, além de Gonçalves de Magalhães, também Joaquim Norberto de Sousa Silva assinalava a “capacidade poética dos índios”, considerando-os “iniciadores da nossa literatura, fundando-se vagamente em cantos recolhidos ou aproveitados pelos catequizadores”.⁵ Entendimento aplicado na defesa de uma literatura brasileira cujas raízes se distanciavam de Portugal e que tinha no autóctone seu elemento de distinção principal, como também se estabeleceu na cealuma em torno da classificação da literatura através do idioma. Letrados como Joaquim Norberto e José de Alencar sustentaram à existência de uma literatura

¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836. p. 131.

² CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002. p. 21.

³ GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 249.

⁴ CANDIDO, op. cit., p. 25; 21.

⁵ Idem. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981. v. II. p. 335.

nacional por meio da alteração do português aqui falado e escrito, mediante a circularidade cultural derivada dos encontros com as populações indígenas e a língua Tupi.

Por outro lado, do ponto de vista diegético, a figuração do indígena foi, em grande medida, estabelecida por intermédio do escrutínio da História, solidificando a interpretação do nativo como integrante do processo histórico brasileiro, circunstância que o colocava como protagonista em diversos poemas e romances. Para tanto, muitos dos romances produzidos mantiveram intenso diálogo com a produção historiográfica e etnográfica oitocentista, elegendo os escritores do passado colonial como fontes de informação na constituição das narrativas literárias.

Em 1860, José Vieira Couto de Magalhães publicou, em São Paulo, pela Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, *Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo*. O romance, construído a partir do diálogo com escritores coloniais, tem seu enredo centrado no conflito entre as povoações de Santo André e São Paulo de Piratininga no século XVI, motivado pelas tensões entre colonos portugueses e jesuítas quanto à subtração do indígena para o trabalho escravo. Ao privilegiar o contato entre indígenas, jesuítas e portugueses, a leitora Mathilde (pseudônimo) entendeu que “a nossa civilização é e foi sempre um complexo de elementos mui diversos.” Isso porque, “desde o dia em que os portugueses pisaram na terra de Santa Cruz os costumes bárbaros dos nossos indígenas, debaixo da frondosa árvore da cruz, se confundiram com os costumes civilizados portugueses”, circunstância que apontava para a introdução da civilização europeia “nas matas virgens da América do Sul.”⁶

O reconhecimento de uma proposta que reunia grupos humanos diversos na constituição da *civilização* brasileira por Mathilde demonstra que a literatura não estava descolada da produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em especial das proposições de Carl Philip Von Martius, expressas em *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844).⁷ Argumento reforçado pelo

⁶ MATHILDE. Carta de Mathilde à sua amiga a *O Lírio: jornal de variedade dedicado às famílias*, n. 11 e 12, p. 18-28, 15 e 30 nov. 1860, p. 140-141.

⁷ Nesse texto, von Martius defendia que “qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.” MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6, n. 24, p. 381-403, (1844) 1973, p. 381-382.

IHGB ao dar “às culturas indígenas desaparecidas estatuto de passado histórico”,⁸ e incentivar a pesquisa etnográfica, seja aquela empreendida em gabinete, através do escrutínio dos escritores coloniais, ou mesmo com o financiamento de viagens, como àquelas realizadas por Gonçalves Dias. Além dos estudos da língua Tupi, fomentados pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, com a finalidade de encontrar “a origem dos índios brasileiros”.⁹

Desse modo, o romance indianista pode ser lido a partir da confluência dos procedimentos do romance histórico, uma vez que, aos romancistas históricos do século XIX, se colocava como imperioso o escrutínio da época a ser ficcionalizada através de registros históricos, tais como crônicas, relatos de viagem, dicionários e a historiografia, no afã de demonstrar “un profundo conocimiento de la historia del período que se describe”.¹⁰ Esse aspecto revela o caráter intertextual do romance,¹¹ como assinalado em 1863 por J. C. no folhetim *Crônica Literária* publicado na edição 93 do jornal *Correio Mercantil*, onde discorreu a respeito de três romances portugueses publicados naquele ano que ficcionalizaram momentos da História de Portugal: *Lágrimas e tesouros*, pelo Sr. Luiz Augusto Rebello da Silva; *Sombras e Luz*, pelo Sr. Bernardino Pinheiro; *Providência*, pelo Sr. Augusto Sarmiento. O crítico enfatizou que os registros históricos portugueses “são ricos e interessantes mananciais para o romancista”, que permitem ao poeta “trazê-los a cena como personagens de dramas cheios de interesse e de vida.”¹²

A relação percebida entre romance e escrita historiográfica no século XIX não se deu a partir de uma concepção de espelhamento, ou seja, o romancista histórico não emplacava a escrita do mesmo modo como o historiador, como bem anotou o crítico português Manoel Pinheiro Chagas, no livro *Ensaio Crítico* (1866). Para o crítico, “o estudo consciencioso da época é indispensável tanto ao historiador, como

⁸ ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 95.

⁹ CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos tangos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 327.

¹⁰ LISTA Y ARAGÓN, Alberto. *Ensayos literarios y críticos*. Sevilla: Calvo-Rubio y Compañía, Editores, 1844. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ensayos-literarios-y-criticos-2/html/1bf5627a-837b-4980-8a0b-a5d49464207f_5.html#I_0. Acesso em 11 jun. 2021.

¹¹ WEINHARDT, Marilene. Outros palimpsestos: ficção e história – 2001-2010. In: CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto; OURIQUE, João Luís Pereira. *Literatura: crítica comparada*, 2011. p. 31-55.

¹² J. C. Páginas Menores. *Crônica Literária. Correio Mercantil.*, Rio de Janeiro, 02 dez. 1863, p. 01.

ao romancista, mas o primeiro cumpriu sua missão, expondo claramente os resultados que colheu, e compreendendo e fazendo compreender o caráter genérico de uma determinada era.” Quanto ao romancista, sua atividade compreenderia “analisar a influência da organização social do passado nas paixões, nos costumes, na vida doméstica de cada um dos indivíduos dessa geração que o historiador estudou em globo, e que o romancista tem de estudar nas suas mais insignificantes frações.”¹³

No Brasil, semelhante inteligência circulou como prefácio ao romance *Os Guaianazes* (1860). Nele, Couto de Magalhães, ao comparar seu romance ao livro *Estudos históricos brasileiros* (1858), de Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, distinguiu o trabalho do romancista e do historiador nos seguintes termos: “depois, escrevias uma obra puramente histórica, e eu escrevo uma fantasia fundada na história; o vosso trabalho é de ciência, o meu de imaginação.”¹⁴

Os dois excertos permitem avaliar o modo como o romance se aproximava, se distanciava ou mesmo superava a historiografia produzida no século XIX. Couto de Magalhães afirmou ser seu romance “uma fantasia fundada na história”, afirmativa que não pode ser compreendida como a indicativa de um romance puramente ficcional. O fato de *Os Guaianases* estar “fundada na história” exigia do romancista aquilo que vários comentaristas disseram a respeito do romance histórico: a exigência de que a matéria histórica seja fidedigna. Desse modo, o ficcionista histórico, deveria se apropriar da “ciência”, expressão utilizada por Couto de Magalhães para classificar o livro *Estudos históricos brasileiros*, de Homem de Mello.

A aproximação entre história e ficção integra uma discussão de longa data e que colocava o problema da correspondência entre a obra literária e a realidade que ela imita. Ian Watt acrescentou que a referencialidade do romance foi constituída a partir da caracterização e apresentação do ambiente, bem como a individualidade das personagens. Nesse sentido, entendeu que o gênero romance foi convencionalizado como “um relato completo e autêntico da experiência humana e, portanto, tem a obrigação de fornecer ao leitor detalhes da história como a individualidade dos agentes envolvidos, os particulares das épocas e locais de suas ações”.¹⁵

¹³ CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Ensaios Críticos*. Porto: Em casa de Viúva Moré – Editora, 1866. p. 59.

¹⁴ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1860. p. XI.

¹⁵ WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 13; 31.

Todavia, isso não quer dizer que o romance emerge como gênero destituído do aspecto ficcional, apenas que sua narrativa se aproxima ou se confunde com o real, como explicou o gramático espanhol Luis de Mata y Araujo (1841) ao comentar a ficção na poesia: “pero esta ficción debe ser verosímil, esto es, posible, creíble: la verosimilitud, pues, consiste en la posibilidad de la existencia real de los objetos tales cuales los crea la imaginación del poeta.”¹⁶

A noção de verossimilhança desenvolvida nos escritores mencionados se pretende manter “subordinada a um quadro real”. Contudo, o verossímil não se esgota na ideia de *imitatio*, uma vez que, segundo Luiz Costa Lima, “a ficção implica a presença de uma aporia diversa daquela que respalda a escrita da história: não pretende ser uma investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la.” Como consequência desse entendimento, Costa Lima entende que “as entidades ficcionais são aquelas às quais é atribuída existência por força do discurso, ainda que tal atribuição não decorra da verdade e da realidade.”¹⁷ Nesse sentido, a ficção não pode ser lida sob a ótica da mentira e da falsidade, mas sim como um discurso atravessado e significado pela ideologia¹⁸ de seu contexto de produção.

¹⁶ MATA Y ARAUJO, Luis de. *Lecciones elementales de Literatura*. Madrid: Imprenta de Don Norberto Llorenç, 1841. p. 221.

¹⁷ LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 225; 264.

¹⁸ Eni Orlandi, em *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*, esclarece que a ideologia é significada pela Análise do Discurso “a partir da consideração da linguagem” (ORLANDI, 2003, p. 45). Isso implica conceber que o gesto da interpretação não é desvinculado da ideologia, pois ela produz “evidências” a partir da sua inscrição na história, “colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2003, p. 46). Portanto, Orlandi compreende a ideologia “enquanto prática significante”, pois ela “aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e a com a história para que haja sentido” (ORLANDI, 2003, p. 48). Em sua tese, Rosyane Mayre Pimenta Natal declara que “a ideologia pode ser pensada não como sinônimo de alienação, ou como algo falso que se instala na consciência do sujeito, mas sim, como algo intrínseco e constitutivo de todos os discursos e de todas as práticas sociais” (NATAL, 2020, p. 23) Para ela, a ideologia sustenta a formação social que confere existência concreta a sociedade, por meio daquilo que Louis Althusser designou de *Aparelhos Ideológicos do Estado* (1970). Sendo assim, ela se manifesta através das instituições religiosas, educacionais, estatais, familiares, etc. Porém, vale lembrar que Michel Pêcheux não entende as formações ideológicas como homogêneas, enfatizando que “seria absurdo pensar que, numa conjuntura dada, *todos os aparelhos ideológicos de Estado* contribuem de maneira igual para a reprodução das relações de produção e para sua transformação” (PÊCHEUX, 1995, p. 145). Por conseguinte, diante do escrutínio da relação ente sujeito e ideologia, o analista deve prestar atenção na formação discursiva em que o sujeito está inscrito. Isso porque, Segundo Eni Orlandi, “a formação discursiva é a projeção da ideologia no dizer” (ORLANDI, 2012, p. 55), e configura aquilo que é permitido e deve ser dito em uma formação ideológica, sendo “inconcebível a existência de discursos não-ideológicos” (SILVA, 2009, p. 164). E aqui vale lembrar Michel Foucault (1996) quando trata da interdição na formação discursivas e por outro lado os deslizamentos dos sujeitos que ocorrem entre as frágeis fronteiras das Formações Discursivas. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996; NATAL, Rosyane Mayre Pimenta. *Escrita e sujeito na escola: processos de significação a partir do discurso pedagógico*. 2020. 173 f. Tese (Doutorado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020; ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003; ORLANDI, Eni. *Discurso em*

A crítica romântica que circulou na imprensa imperial estava baseada na “teoria do nacionalismo literário”, que integrava o “nacionalismo, o indianismo e o cristianismo”¹⁹ na formação da literatura brasileira. Contudo, o indianismo romântico não permaneceu hegemônico ao longo do século XIX no campo literário brasileiro. Sinais do enfraquecimento do indianismo datam da segunda metade da década de 1860, quando circularam artigos críticos na imprensa periódica carioca e se delineiam grupos com posições críticas à ordem imperial, como a chamada Escola de Recife. A disposição destes letrados em desestimular as narrativas românticas se dava em meio a um cenário de conexões intelectuais com a Europa e as modificações da realidade social brasileira. A década de 1870 observou o crescimento do diálogo com vertentes teóricas estrangeiras, como o positivismo, o darwinismo e o liberalismo, que configuraram novas interpretações político-sociais e literárias ao Brasil. Nesse imperativo, residiam vozes como a de Silvio Romero, que deslegitimava a conexão entre indígenas e a escrita literária nacional, na esteira de vozes anteriores como a do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, cujo posicionamento se distanciava do indianismo preconizado pelo Romantismo.

Em meio a este ambiente letrado emergiram as críticas de Franklin Távora contra José de Alencar. O crítico discordava da excessiva idealização do indígena em *Iracema* (1865), reclamando descrições mais fidedignas a partir do contato com essas populações ou mesmo por intermédio dos relatos de escritores coloniais. Foi neste contexto letrado que o político e romancista José de Alencar (1829-1877) publicou *Ubirajara* (1874), romance composto por nove capítulos e um extenso paratexto composto por uma Advertência e sessenta e seis notas. Publicado pela Editora Garnier, *Ubirajara* tem como história a trajetória de duas nações indígenas em momento anterior a chegada dos portugueses: os Tocantim e os Araguaia, que ao final do enredo se unem formando o povo Ubirajara em virtude da luta contra uma nação inimiga e também pela união entre Jaguarê (Araguaia) e Araci (Tocantim). O enredo descreve costumes indígenas desde rituais de passagem, místicos e também a forma como os nativos se organizavam socialmente.

Análise: sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012; PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas, SP: 1995; SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 9, n.1, p. 157-180, jan./ abr. 2009.

¹⁹ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981. v. II. p. 319-322.

Com enredo centrado exclusivamente no indígena, o romancista empreendeu larga pesquisa histórico-etnográfica para a escrita ficcional, registrada nas notas adicionadas, além de assegurar que o romance era um protesto contra os debates que excluíam o indígena da formação da literatura brasileira. Ao longo do século XIX, o recurso do paratexto incidiu especialmente nos romances históricos e indianistas, recurso textual que pode ser analisado a partir de sua conexão com o texto que lhe antecede ou segue,²⁰ ou mesmo lidos por sua historicidade, observando suas particularidades editoriais, bem como as razões de sua inserção em determinados momentos históricos.²¹ No caso dos romances oitocentistas, a inserção do paratexto pode ser vista sob a perspectiva de conferir “verossimilhança à onisciência do narrador em relação à história e ressalta o valor histórico do relato ao torná-lo proveniente de fonte contemporânea aos acontecimentos narrados”, ou ainda para orientar “a interpretação do leitor, inclusive para que este filie o texto a determinado gênero.”²²

Essa acepção entende que estes textos foram escritos a partir de preocupações literárias assentadas em determinado momento. Assim, podem ser analisados em sua historicidade, privilegiando seu lugar de produção e enunciação, permitindo ao pesquisador constituir redes de interlocução entre as proposições literárias que circulavam no século XIX nos mais diversos suportes, através do entendimento de que “quase todas as obras trazem a marca do sistema de posições em relação às quais se define sua originalidade, e contêm indicações acerca do modo com que o autor pensou a novidade de seu empreendimento”.²³

Nessa perspectiva, o objetivo central da dissertação é problematizar a relação entre literatura e história no romance *Ubirajara* (1874), com o propósito de analisar a maneira como José de Alencar mediou a pesquisa histórico-etnográfica com o intuito de figurar²⁴ o indígena, levando em conta os debates engendrados ao longo da década de 1870, a exemplo do movimento crítico ao indianismo romântico. Logo, a

²⁰ GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006.

²¹ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

²² MORAIS, Eunice de. A história e os meios acomodados. In: WEINHARDT, Marilene (org.). *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. p. 105; 98.

²³ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 112.

²⁴ Segundo Carlos Reis, “a *figuração* designa um processo ou um conjunto de processos discursivos e metaficcionalis que individualizam figuras antropomórficas, localizadas em universos diegéticos específicos, com cujos integrantes aquelas figuras interagem, enquanto personagens.” Ver: REIS, Carlos. *Dicionário de estudos narrativos*. Coimbra: Almedina, 2018. p. 165-168.

pesquisa se inscreve no debate teórico entre Literatura e História, privilegiando a perspectiva “de observar de que forma e em que medida a convergência dos estudos históricos e literários pode contribuir para revelar e desvelar mecanismos de criação artística”.²⁵ Para tanto, a investigação das apropriações realizadas por José de Alencar na constituição do indígena em seu romance é intermediada por meio do conceito de *cultura escrita*, visando esclarecer as complexas relações engendradas por agentes e instituições “sobre a palavra escrita”.²⁶

No primeiro capítulo, *Um projeto romântico para a nação: o passado brasileiro interpretado pela literatura*, intentamos situar a trajetória de José de Alencar em diálogo com o romantismo brasileiro, a fim de analisar como o autor se envolvia e se movimentava em “um tecido social e cultural mais vasto”.²⁷ Para tanto, o capítulo empreende um cuidadoso olhar ao ambiente letrado em que as discussões sobre a formação da literatura se delinearam e como seus agentes se posicionaram. Nesse quesito, José de Alencar se colocou como defensor do indianismo romântico através de um projeto literário assentado na ficcionalização da flora e fauna brasileira e do indígena. Tal proposta é derivada dos amplos debates suscitados desde o início do século XIX em torno da “cor local”, cujo viés político se assentava na premissa de construção nacional através da cultura, coordenada, em grande medida, por intermédio dos estudos históricos e etnográficos do IHGB.

Já em *Ubirajara (1874): um romance contra a “aversão” ao “elemento indígena de nossa literatura”*, a intenção é discutir o declínio do indianismo romântico, que não figurou como hegemônico nas discussões letradas sobre a literatura brasileira a partir da década de 1860. Embora nomes como Silvio Romero tenham tentado decretar a falência do indianismo romântico, ainda na década de 1870 vozes como a de José de Alencar se levantaram no sentido de reafirmar a posição do indígena na literatura brasileira. Foi sob este prisma que *Ubirajara* foi publicado, romance que recuperou a vida indígena por intermédio da ficção. A conexão do romance com a etnografia praticada em meados do século coloca em pauta a importância do caráter testemunhal das descrições das populações indígenas do pretérito, uma vez que a “nova” etnografia, que passou a ser praticada entre as décadas de 1860 e 1870, tendeu a

²⁵ WEINHARDT, Marilene. Ficção e História: retomada de antigo diálogo. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 105-120, jul./ dez. 2002, p. 110.

²⁶ CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. p. 38; 42.

²⁷ LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 247.

valorizar o indígena contemporâneo. Desse modo, o narrador se colocava como um etnógrafo que testemunhou a cultura indígena protagonizada por Araguaia e Tocantim, etnias indígenas que compartilhavam a mesma língua e costumes. Por conseguinte, ao invés de recorrer a um documento, ficcional ou não, como muitos romances históricos, em *Ubirajara*, o documento mobilizado foi a voz do narrador-etnógrafo.

A aproximação da literatura alencariana com a produção historiográfica e etnográfica do IHGB levou em conta que ao longo do século XIX história e literatura mantiveram relações próximas, compartilhando sentidos e significados do mundo social por meio de suas narrativas. Em vista disso, a pesquisa assume a perspectiva relacional entre ficção e realidade, que colocam as narrativas ficcionais enquanto formas de significação ou de imaginação do mundo, compreensão que se afasta da vertente que observa “os textos literários enquanto mero reflexo da realidade social” ou mesmo que “consideram a literatura como atividade atemporal, puramente abstrata e totalmente desvinculada das redes de interlocução social dos seus produtores.”²⁸

Dessa forma, não há como desvincular a literatura romântica oitocentista dos debates historiográficos, visto que grande parte dos homens de letras estavam vinculados de alguma maneira à produção literária e historiográfica do IHGB. Embora José de Alencar não tenha se tornado membro do Instituto, a temática dos seus romances evidenciava que ele não estava apartado do mundo letrado que o cercava. Isso conduz a pesquisa para o estudo pormenorizado das narrativas romanescas e das notas citadas nos livros indianistas. No caso de José de Alencar, as notas permitem verificar o “itinerário de leitura”²⁹ mobilizado para a escrita dos romances. Esse método dá lugar à análise da rede de sociabilidade intelectual de Alencar, importante para estabelecer uma comparação entre a sua caracterização do indígena e aquela produzida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Essa perspectiva nos coloca a problemática quanto a sua operacionalização narrativa ao amalgamar o discurso histórico e literário em um texto apenas. José de Alencar deu pistas quanto ao modo de execução em 1875 quando da polêmica com

²⁸ SILVA, Evander Ruthieri da. *Bram Stoker e a questão racial: literatura de horror e degenerescência no final do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2017. p. 30.

²⁹ VENÂNCIO, Giselle Martins. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana de Freitas MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 101.

Joaquim Nabuco. No texto publicado em 27 de setembro como resposta a Nabuco, o autor de *O Guarani* expôs que

O domínio da arte na história é a penumbra em que esta deixou os acontecimentos, e da qual a imaginação exsurge por uma admirável intuição, por uma exumação do pretérito, a imagem da sociedade extinta. Só aí é que a arte pode criar; e que o poeta tem direito de inventar; mas o fato autêntico, não se altera sem mentir à história.³⁰

Segundo Alencar, o poeta não poderia “mentir à história”, o que implicava a fidelidade ao discurso histórico. Por esse ângulo, o romancista deveria preservar o discurso historiográfico e, para tanto, poderia lançar mão de alguns recursos, como a adição de notas e referências à relatos de cronistas, missionários e viajantes, que ao longo do século XIX sustentaram as narrativas historiográficas produzidas no IHGB, bem como a apropriação dos próprios historiadores oitocentistas. Portanto, o ficcionista oitocentista que trabalhava com a história não poderia “manipular o material histórico de maneira arbitrária. Eventos e destinos têm seu peso objetivo natural, sua proporção objetiva natural.” Assim, “o escritor é bem-sucedido ao inventar uma trama que reproduz corretamente essas relações, essas proporções entre os diferentes pesos, eis que surge, com a verdade histórica, a verdade humana e ficcional.”³¹

Essa compreensão permitiu a produção do último capítulo da dissertação, que procura deslindar as apropriações de José de Alencar na escrita de *Ubirajara*. Intitulado *O “estudo dos mestres” na ficcionalização do indígena de Ubirajara: José de Alencar e a etnografia de gabinete*, os escritores coloniais foram escrutinados no afã de localizar os elementos mobilizados na escrita ficcional do romance, gesto que pontua a relevância das descrições da etnia Tupinambá na caracterização dos Araguaia e Tocantim. Esse movimento de recorte e colagem³² não pode ser desvinculado do fato de que predominantemente os relatos coloniais foram produzidos a partir do reconhecimento dos Tupinambá, uma vez que era esta a etnia que ocupava grande parcela do litoral brasileiro. Ao mesmo tempo que revelava a face de historiador-etnógrafo do romancista, uma vez que sugeriu a leitura crítica dos escritores coloniais à luz da etnografia de gabinete.

³⁰ ALENCAR, José de. O teatro Brasileiro: a propósito do *Jesuíta*. In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p. 29.

³¹ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 353.

³² COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

2 UM PROJETO ROMÂNTICO PARA A NAÇÃO: O PASSADO BRASILEIRO INTERPRETADO PELA LITERATURA

2.1 UM “TRABALHADOR INCANSÁVEL”: A TRAJETÓRIA DE JOSÉ DE ALENCAR

Embora a trajetória do romancista e político seja amplamente conhecida, nossa intenção é revisita-la a fim de apreender o projeto literário alencariano e situar o leitor na relação entre vida e obra diretamente conectadas a problemática central da pesquisa. Portanto, nossa incursão na trajetória de José de Alencar tem como escopo examinar sua “singularidade” e perceber “o que tornou possível e pensável tal trajetória em um dado contexto”.³³ Cientes da complexidade de uma vida, selecionamos “o que nos parece significativo” na biografia de Alencar, “pois não há outra forma para narrar uma vida”,³⁴ porque a existência de um indivíduo é rodeada por um “campo de possibilidades”, correlacionadas às “premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos”.³⁵

Segundo o necrológio publicado pela *Revista Ilustrada* em 13 de dezembro de 1877, José de Alencar foi um “trabalhador incansável, lutando embora com a terrível enfermidade que cruelmente o perseguiu [a tuberculose], deixou-nos ele [...] primorosas produções em todos os ramos conhecidos de literatura.”³⁶ Durante sua vida, Alencar escreveu 20 romances, peças de teatro e inúmeros artigos para jornais. A preferência alencariana pelo romance pode ser compreendida como um gesto de protesto contra os gêneros ditos clássicos, como muito bem expressou no artigo *O Estilo na Literatura Brasileira* (1850), onde afirmou que “o estilo antigo não pode renascer em nossa literatura brasileira com suas cores, seus tons clássicos”,³⁷ argumento que se repetiu em 1856 quando da polêmica com Gonçalves de Magalhães e o poema *A Confederação dos Tamoios*. Portanto, o romancista criticava as narrativas pautadas no estilo das epopeias, consideradas por ele um gênero não representativo para a exaltação da natureza nacional, apesar de ainda possuírem

³³ REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 242; 244.

³⁴ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BECELLAR, Carlos (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 220.

³⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 196.

³⁶ REVISTA Ilustrada. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 94, 13 de dezembro de 1877. p. 02.

³⁷ ALENCAR, José de. O Estilo na Literatura Brasileira. *Ensaio Literário*. *Jornal Acadêmico*. São Paulo: Tip. do Governo, 4ª série, nº 2, 1850. p. 36.

prestígio no século XIX. Opinião vinculada ao contexto social daquele momento que via no romance um elemento crucial para a formação de uma literatura nacional após a década de 1840.

Conhecido na infância pelo apelido de Cazuza,³⁸ Alencar era filho primogênito de Ana Josefina de Alencar e do Deputado e depois Senador José Martiniano de Alencar.³⁹ Nascido em 1º de maio de 1829, em Messejana, no Ceará, sua vida foi permeada pelo contato com a literatura e sua experiência nesse campo marcou profundamente sua atividade como escritor e romancista. De acordo com os biógrafos, Alencar manteve contato com livros desde sua infância. Aos onze anos tornou-se o “ledor” da casa, função que previa a leitura em voz alta dos “volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto de tempo”,⁴⁰ composta por títulos como *Oscar e Amanda* (1796), da escritora irlandesa Regina Maria Roche (1764-1845) e *Saint-Clair das Ilhas* (1803), escrito pela inglesa Elizabeth Helme (1722-1813), enquanto sua mãe e tia costuravam. Isso denota a importância de articular nos estudos de personagens letradas, uma particular atenção ao “grupo ou grupos em que atuava, enfim, todas as redes de relações pessoais que constituíam seu dia-a-dia”,⁴¹ tendo em vista as experiências individuais e a “maneira pela qual ela se articula com as grandes tendências coletivas”.⁴²

Ainda na adolescência, precisamente aos quinze anos, Alencar foi para São Paulo. Ali terminou os cursos preparatórios e, na sequência, ingressou na Faculdade de Direito, instituição criada por volta de 1827 no reinado de D. Pedro I. Na ocasião do ingresso de Alencar, existiam apenas duas faculdades no Brasil, uma em Olinda e a outra em São Paulo.⁴³ É importante lembrar que no período em questão, possuir diploma de curso superior, especialmente o de “Direito, era condição quase *sine qua non*” para quem pretendesse galgar os cargos mais altos no serviço público e na política. Estudar Direito concedia aos formados a possibilidade de trilhar caminhos

³⁸ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965.

³⁹ José Martiniano de Alencar foi Deputado pelo Ceará entre 1830 a 1833 e Senador a partir de 1832. Nasceu em 27 de outubro de 1798 no Ceará e faleceu no ano de 1860.

⁴⁰ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 17.

⁴¹ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BECELLAR, Carlos (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 222.

⁴² REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010. p. 236.

⁴³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 126.

profissionais considerados importantes e “seguros, tais como a magistratura, a imprensa e a advocacia.”⁴⁴

Em 1847, para cursar o 3º ano da graduação, Alencar decidiu transferir o curso de Direito para Olinda. Segundo Raimundo Menezes, foi nesse período que Alencar foi subitamente acometido pela tuberculose,⁴⁵ doença que lhe acompanhou o resto da vida e que motivou sua volta para São Paulo em 1849.⁴⁶ Distante da família neste momento de dificuldade, foi-lhe de grande auxílio a ajuda de Henrique Canarim, amigo que também se transferira para Olinda e que o recebera em sua casa. Os biógrafos registram que o problema de saúde não impediu o exercício da leitura, pois Alencar passava horas na biblioteca da faculdade, localizada em um antigo convento. Como pesquisador e leitor assíduo, Alencar “enchera cadernos de frases de escritores de várias nacionalidades, de provérbios, de significados de vocábulos pertencentes à linguagem popular ou regional”⁴⁷ e também de palavras tupi-guarani. Estas anotações foram importantes para a constituição de seus textos, especialmente na elaboração dos folhetins, onde constavam frases de autores europeus e políticos brasileiros, já que era de “bom tom ter de memória frases e trechos escolhidos dos melhores autores, para repeti-los a propósito.”⁴⁸

Neste momento, o romance histórico surgiu como uma das tendências do período, coincidindo “com o próprio surgimento da ficção em prosa no Brasil, na metade do século XIX”⁴⁹, tendo como expoentes o escritor britânico Walter Scott e o francês François-René de Chateaubriand. Também manteve contato com os romances marítimos de Fernimore Cooper, “bem como os de Marryat, cujos combates marítimos o fascinavam,” além de Dumas, Balzac, Arlincourt, Soulié, e Eugène Sue.⁵⁰

Em 1849, José de Alencar retornou para São Paulo com o objetivo de concluir o curso de Direito, momento em que passou a frequentar a livraria de Francisco

⁴⁴ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 125.

⁴⁵ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Marins Editora, 1965. p. 71.

⁴⁶ NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. p. 79.

⁴⁷ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. São Paulo: Lisa, 1971. p. 31-32.

⁴⁸ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 32.

⁴⁹ BASTOS, Alcmeno. O romance histórico no romantismo brasileiro (Além de Alencar). Disponível em: <<http://www.alcmeno.com/wordpress/wp-content/arquivos/romance-historico-no-romantismo2.pdf>>. Acesso em 11 out. 2015.

⁵⁰ FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 42.

Otaviano, período de ampliação de “instituições formadas por escolas e associações literárias, livrarias e editoras, gabinetes literários e algumas bibliotecas, que passaram a fortalecer as práticas sociais da leitura”.⁵¹ Diplomado em 1849, Alencar assumiu uma vaga de emprego “no escritório de Caetano Alberto Soares, jurista conceituado, e por algum tempo presidente do Instituto dos Advogados.” Apesar de se encontrar em um bom emprego, advogar não lhe agradava, embora admirasse o conhecimento jurídico, como disse o biógrafo Luís Viana Filho. Circunstância que contribuiu para que Alencar aceitasse, aos 24 anos, o convite de Francisco Otaviano, seu colega de graduação, para trabalhar na redação do jornal *Correio Mercantil*, periódico do Rio de Janeiro onde também trabalharam “Manuel Antônio de Almeida, o autor das *Memórias de um Sargento de Milícias*, Joaquim Manuel de Macedo, famoso pela *A Moreninha*, e Machado de Assis, aí iniciado como revisor em 1858.”⁵² Foi nesse periódico que Alencar iniciou a escrita do folhetim intitulado *Ao Correr da Pena*, modelo de escrita jornalística que ocupava o rodapé de diversos jornais. De origem francesa,⁵³ esse formato se espalhou pela imprensa nacional a partir do *Jornal do Commercio* em 1827, com a publicação de capítulos de romances nacionais ou traduzidos do francês em série nos rodapés dos periódicos, além de crônicas de variedades,⁵⁴ modalidade de escrita que culminou com a ampliação do “círculo de leitores através da imprensa.”⁵⁵

Em um de seus artigos no *Correio Mercantil*, Alencar atacou a especulação financeira e os lucros fáceis, o que o fez ser censurado e impedido de publicar.⁵⁶ Como não admitia que “lhe impusessem qualquer limitação à liberdade do cronista”, optou por encerrar a coluna *Ao Correr da Pena* e deixar o jornal em 1855,⁵⁷ vindo a publicar a compilação dos artigos no formato de livro em 1874 pela Tipografia Alemã.⁵⁸ Após sua saída do *Correio Mercantil*, Alencar foi convidado para trabalhar no *Diário do Rio de Janeiro*, jornal fundado em 1 de junho de 1821. Inicialmente denominado “*Diário*

⁵¹ SCHAPOCHNIK, Nelson. *Letras de Fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de Narrativa Instituinte*. 1992. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. p. 96.

⁵² FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 47.

⁵³ GRANJA, Lúcia. Folhetins d'aquém e d'além-mar: a formação da crônica no Brasil. In: BUSATO, Susanna; MOTTA, Sérgio Vicente (org.). *Figurações contemporâneas do espaço na literatura*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 111-133.

⁵⁴ MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁵⁵ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Editora Olho d'Água. p. 62.

⁵⁶ NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. p. 125.

⁵⁷ FILHO, op. cit., p. 52.

⁵⁸ ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Tip. Alemã, 1874.

do *Vintém* e depois *Diário da Manteiga*”, o periódico “inaugurou entre nós o jornalismo voltado apenas para o que depois se chamaria publicidade ou propaganda por anúncios”.⁵⁹

No dia 6 de outubro, José de Alencar assumiu o posto de redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro*,⁶⁰ periódico que ao lado do *Jornal do Commercio* e do *Correio Mercantil*, figurava como “um dos três jornais políticos mais importantes do Rio de Janeiro e tinha também singular relevância na cultura e na vida literária.”⁶¹ A sua contratação objetivava reerguer o jornal, que passava por uma fase ruim. No afã de angariar novos assinantes e conquistar novos leitores, Alencar propôs “oferecer aos assinantes da folha, um mimo de festa”⁶² em fins de 1856. Foi então que saiu à lume o romance *Cinco Minutos*, “um romancete, [seu] primeiro livro, se tal nome cabe a um folheto de 60 páginas”,⁶³ cujo enredo se baseava na troca de cartas de um jovem e sua prima, nas quais ele descreve o desenrolar de uma paixão cujo estopim foi o atraso de cinco minutos que o fez perder o ônibus. No ano seguinte, Alencar empreendeu a escrita de *O Guarani*, “fabulação cheia de novidades e interesse, [e que] causou impacto entre os leitores dos jornais da Corte, habituados a ler folhetins estrangeiros”⁶⁴ traduzidos.

Publicado entre janeiro e abril de 1857 nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro* e no mesmo ano também em livro, *O Guarani* pode ser entendido como a mescla de elementos da paisagem que marcaram a memória infantil de Alencar ao “atravessar [as] regiões em jornada do Ceará a Bahia”,⁶⁵ momento que, segundo ele, pode vislumbrar “os seus índios, as suas serras, os seus rios, as suas planícies,[...] fecundando-lhe de tal modo a imaginação que, no correr da vida, por mais de uma vez voltará àquela mesma fonte para saciar a sede do escritor”.⁶⁶ Além de *O Guarani*, o leitor encontrou também no rodapé do *Diário*, o romance *A Viuvinha* (1857), texto que apresenta ao leitor o drama de uma moça que, depois da noite de núpcias, foi surpreendida com a notícia do suicídio de seu marido. A morte precoce do esposo

⁵⁹ SOUSA, Octavio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954. Vol. I. p. 317. (Coleção Documentos Brasileiros).

⁶⁰ FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 53.

⁶¹ MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 225.

⁶² ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 42.

⁶³ ALENCAR, loc. cit.

⁶⁴ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. São Paulo: Lisa, 1971. P. 62.

⁶⁵ ALENCAR, op. cit., p. 36.

⁶⁶ FILHO, op. cit., p. 69.

ocorreu em virtude de sua decadência financeira, todavia, o suicídio é uma farsa. Com sua morte forjada, o mancebo planejava reerguer-se financeiramente. O final do romance narra o retorno do esposo, recuperado financeiramente e sob outro nome aos braços de sua amada.

No mesmo ano da publicação de *O Guarani*, Alencar decidiu se aventurar na composição de textos teatrais, ao lado da tarefa já iniciada em ano anterior de reerguer o *Diário do Rio de Janeiro*. Para Alencar, a função do teatro ultrapassava a mera diversão, sendo considerado por ele uma “escola acessível ao público, na qual, facilmente, se incutiriam ideias sobre a sociedade, os seus erros, e a maneira de corrigi-los.”⁶⁷ Assim, no dia 28 de outubro de 1857, a primeira obra teatral de Alencar foi encenada. Intitulada *Rio de Janeiro Verso e Reverso*, “nela, a capital imperial brasileira é analisada pelo olhar do outro [por alguém que não habitava a cidade], pelo olhar de um estudante que vive em São Paulo e que veio passar suas férias no Rio de Janeiro.” A peça era dividida em dois atos, o primeiro apresentava o estranhamento do aluno em relação à cidade, aos modos de vida e costumes, ao contrário do segundo ato, quando o discurso “qualifica o Rio de Janeiro como uma cidade maravilhosa.”⁶⁸ Ainda no mesmo mês, Alencar publicou a opereta de título *A Noite de S. João*, musicada por Elias Álvares Lobo, ambas consideradas “comédias ligeiras”, devido ao seu texto curto e de apresentação rápida.

Para a próxima empreitada, Alencar decidiu escrever uma peça maior, que ficaria conhecida como o *Demônio Familiar*, identificada por alguns biógrafos “como um protesto contra a escravidão, outros como simples episódios da vida de uma família brasileira.”⁶⁹ A peça de quatro atos tem como protagonista o jovem escravizado Pedro, que interfere na vida amorosa de Eduardo, seu senhor, impedindo que seu amo tenha contato com a jovem Henriqueta, por quem está enamorado, pois entende que ela não estaria à altura de seu dono. Ao descobrir as trapaças realizadas por Pedro, Eduardo ameaça vendê-lo, intimidação que leva o escravizado a reverter a situação causada.

⁶⁷ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893. p. 84.

⁶⁸ AMORIM, Mariana de Oliveira. A cidade encenada: O Rio de Janeiro – verso e reverso, de José de Alencar. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276609521_ARQUIVO_AMORIM,Mariana-ArtigoANPUH2010.pdf>. Acesso em 13 out. 2015.

⁶⁹ FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 81.

Próximo ao fim do ano de 1857, Alencar ainda publicou a peça *O Crédito*, avaliada pelos críticos como excessivamente moralizante. Assim, *O Crédito* foi censurada e retirada dos palcos. Com um início glorioso através da publicação de *O Guarani*, Alencar encerrou o ano tendo uma composição rejeitada. Este fato, porém, se repetiu no ano seguinte, com a condenação da peça *As Asas de um Anjo*, sob a justificativa de a mesma ser imoral, por ter como protagonista uma prostituta. Em 1858, após duas decepções nos trabalhos teatrais, Alencar abandonou o campo artístico e o *Diário do Rio de Janeiro*, dedicando-se à advocacia e a política.

No ano de 1862, Alencar retomou a escrita literária publicando o romance *Lucíola*, que irá dividir a crítica em relação ao seu conteúdo. Criticado inclusive por D. Pedro II, que afirmou não “compreender como um homem do feito moral do conselheiro Alencar escreva um livro ‘tão licenciosamente realista’”.⁷⁰ Em *Lucíola*, o narrador conta a história de amor entre Paulo e a cortesã Lúcia, tendo como pano de fundo a cidade do Rio de Janeiro. No ano seguinte foram publicados os romances *Diva* (1863), cujo texto traz a história de Emília, jovem elegante e bonita que ignora e trata com desdém Augusto, mancebo apaixonado por ela. Após a escrita de *Diva*, os sintomas da tuberculose o atingem novamente, situação que obrigou José de Alencar a manter um período de repouso. Recuperado, o ano de 1864 trouxe novidades à vida amorosa de Alencar, momento em que conheceu Georgina Augusta, a mulher que seria sua esposa, “ele prestes a completar 35 anos, ela com 18.”⁷¹

Em meados da década de 1860, além de *Diva*, Alencar publicou mais dois romances: *Minas de Prata* e *Iracema*, este último uma história de amor entre a índia homônima e o europeu Martim. Alencar, “sempre tão inclinado a queixar-se da indiferença da crítica, não esconderia o júbilo pela maneira [como] acolheram”⁷² *Iracema*. Caso de Machado de Assis, que elogiou o romance e seu autor, em artigo publicado no *Diário do Rio de Janeiro*, em 1866, nas seguintes palavras:

É também um modelo para o cultivo da poesia americana, que, mercê de Deus há de avigorar-se com obras de tão superior quilate. Que o autor de *Iracema* não esmoreça, mesmo a despeito da indiferença pública; o seu nome literário escreve-se hoje com letras cintilantes: *Mãe, O Guarani, Diva, Lucíola*,

⁷⁰ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965. p. 190.

⁷¹ MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. São Paulo: Lisa, 1971. p. 154.

⁷² FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 131.

e tantas outras; o Brasil tem o direito de pedir-lhe que *Iracema* não seja o ponto final.⁷³

A pena de Alencar não lançou sobre o papel apenas romances e peças teatrais. Entre o ano de 1865 e 1868, enquanto deputado, o autor de *O Guarani* publicou, sob o título de *Cartas de Erasmo*, cinco séries de cartas abertas, assinadas com o pseudônimo de *Erasmo*. Os temas das cartas relacionavam-se à questões alusivas à “situação político-partidária, o Poder Moderador, a Guerra e a questão servil”.⁷⁴ Com três destinatários, as *Cartas* foram endereçadas a: 1) dirigida à população brasileira; 2) outra para elementos do cenário político nacional; e, 3) cartas ao Imperador. Cabe salientar, que neste contexto, os debates políticos circunscriviam-se “em torno da questão da cidadania e da manutenção da unidade territorial do país”,⁷⁵ além da questão da emancipação dos escravos, cujos temas não fugiram da pena de Alencar, numa demonstração que o indivíduo “não pode se assentar em outra premissa que não a da relação metonímica [...] com uma coletividade mais ampla”.⁷⁶

No ano de 1868, Alencar foi convidado a ocupar o cargo de Ministro da Justiça, cuja atuação se estendeu até 1870, quando pediu demissão sob a alegação de falta de apoio nas decisões da pasta. Neste cargo, em 1869, após conhecer o Valongo, local onde eram comercializados publicamente os escravizados, Alencar propôs “a proibição da venda de escravos debaixo de pregão e em exposição pública”,⁷⁷ projeto que culminou com a publicação, em 15 de setembro de 1869, do Decreto nº 1855, que proibiu tal atividade. No tocante ao tema da emancipação, este período também vivenciou os debates em torno da Lei do Ventre Livre, aprovada em 1871, projeto ao qual Alencar se posicionou contrário. Segundo ele, “a geração nova, libertada no ventre, era a primeira a revoltar-se para arrancar ao cativo seus progenitores. E quem teria o direito de estranhar neles o estímulo nobre do amor filial?” Para Alencar, o fim da escravidão deveria ocorrer pela mudança “nos costumes e na índole da

⁷³ ASSIS, Machado de. José de Alencar: *Iracema*. In: ASSIS, Machado de. *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em:

< <http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact18.pdf> >. Acesso em: 12 out. 2015.

⁷⁴ CARVALHO, José Murilo. Apresentação. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. XIX.

⁷⁵ FERREIRA, Cristina. José de Alencar e a emancipação nas Cartas de Erasmo (1865-1871). In: *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2015. p. 06.

⁷⁶ SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 197.

⁷⁷ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965. p. 275.

sociedade”,⁷⁸ ou seja, uma transformação na ideologia escravista que vigorava no contexto brasileiro.

No período em que esteve à frente da pasta da justiça, surgiram duas vagas ao senado pelo Ceará. Diante deste quadro, Alencar percebeu uma chance para continuar na vida política, candidatando-se ao cargo, ainda que D. Pedro II não aconselhasse tal decisão. Como cargo vitalício, o candidato deveria respeitar o critério de idade mínima de 40 anos, correspondente a de Alencar na ocasião. Juntamente com o ministro da justiça, participaram do pleito outros cinco candidatos. Ao fim do processo, Alencar figurou como o candidato mais votado, tendo recebido 1.185 sufrágios, 162 votos a mais do que o último colocado na lista sêxtupla.⁷⁹ Apesar de sair vitorioso no pleito, a escolha do nome para o cargo era feita pelo Imperador, que não o indicou ao senado, apesar de ser de praxe a escolha do nome com o maior número de votos.⁸⁰ Isso contribuiu para que Alencar se tornasse mais exaltado nas críticas ao Imperador, especialmente no que diz respeito ao uso do poder moderador, veiculando-as no jornal conservador *Dezesseis de Julho*.⁸¹

Ainda na década de 1870, Alencar escreveu e publicou onze romances, dentre eles *O Gaúcho* (1870), *Ubirajara* (1874) e *Senhora* (1875), este último com a trama norteada por Aurélia, mulher rica que “compra” seu marido ao oferecer certa quantia monetária a Fernando Seixas para que se case com ela. Ademais, ainda em 1875 protagonizou com Joaquim Nabuco uma celeuma literária aos moldes da polêmica de 1856. No entanto, nesse momento, a produção literária em questão era a de Alencar, apreciada por Nabuco através de artigos publicados no jornal *O Globo* sob a rubrica de “Aos Domingos”. A celeuma literária aconteceu a propósito da percepção de Alencar quanto ao insucesso de sua peça *O Jesuíta*, que a seu ver era resultado do perfil cultural da Corte, que dividia seu entusiasmo artístico entre escritores e dramaturgos estrangeiros, culminando em certo silenciamento quanto a produção nacional. Nabuco discordou de Alencar afirmando que o autor de *O Guarani* não compreendia as alterações que incidiam no público, que já não era o mesmo de

⁷⁸ ALENCAR, José de. Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo. In: ALENCAR, José de. *Cartas de Erasmo*. Organizador, José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009. p. 327-328.

⁷⁹ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965. p. 280.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 79.

⁸¹ VIANNA, Hélio. *Dom Pedro I e Dom Pedro II: acréscimo as suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

quando se aplaudiu o *Demônio Familiar* (1857). No entanto, Nabuco reconhecia a força literária de Alencar, circunstância que o instigou a empreender um cuidadoso estudo da obra alencariana.⁸²

Após uma vida de intensa produção tanto literária como política, Alencar foi acometido por sintomas mais graves da tuberculose. Doente, decidiu viajar para a Europa, esperançoso de que os ares do velho mundo pudessem lhe trazer a saúde que lhe faltava. Embarcado em 21 de março de 1876, juntamente com sua esposa e filhos, Alencar deixou o Brasil e partiu para Portugal, França e Inglaterra. Contudo, a viagem não bastou para curá-lo, retornando ainda debilitado. Apesar disso, em início de 1877, Alencar fundou o jornal *O Protesto*, com críticas direcionadas ao governo imperial. Durante três meses, o autor de *Iracema* dedicou seu tempo ao jornal, sendo em seguida encerrado devido ao agravamento da doença. Alencar faleceu em 12 de dezembro vítima de tuberculose.

A imprensa registrou sua morte reconhecendo em Alencar “uma glória nacional”⁸³ em virtude de sua contribuição ao mundo literário. Machado de Assis, amigo de Alencar, cuja relação havia iniciado por meio das rodas de conversa literária da Corte e também pelas “conversas na Garnier [editora] ou no Passeio Público”⁸⁴ quando “sentados os dois em frente à rua, tratamos daqueles negócios de arte e poesia, de estilo e imaginação, que valem todas as canseiras deste mundo”.⁸⁵ Machadou afirmou que “a morte veio tomá-lo depressa [...] não me podia acostumar à ideia de que a trivialidade da morte houvesse desfeito esse artista fadado para distribuir a vida.”⁸⁶ José de Alencar foi personagem de grande importância para a literatura nacional, e defensor incansável de um estilo e linguagem própria para o Brasil, expressas em artigos de jornais e em seus romances, cujas obras literárias contribuíram para a definição do cânone literário brasileiro.

⁸² Ver: COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

⁸³ *REVISTA Ilustrada*. Rio de Janeiro: Oficina Litográfica da Revista Ilustrada, ano 2, nº 94, 13 de dezembro de 1877. p. 2.

⁸⁴ FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979. p. 81.

⁸⁵ ASSIS, Machado apud NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. p. 214.

⁸⁶ ASSIS, Machado de. *José de Alencar*. O Guarani. Disponível em:

< <http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/critica/mact35.htm> >. Acesso em 07 set. 2015.

2.2 “TUDO PELO BRASIL, E PARA O BRASIL”: ROMANTISMO E INDIANISMO NO PROJETO NACIONAL BRASILEIRO

No cerne das relações entre Literatura e História no século XIX está o Romantismo. Como movimento literário, como é bem sabido, o Romantismo procurava dar vazão à imaginação, aos sentimentos, à fantasia, à exaltação da paisagem, o nacionalismo, o individualismo e à subjetividade, em contraposição “à tradição neoclássica setecentista”⁸⁷ assentada nos princípios codificados pelo Renascimento, momento em que ocorreu a “redescoberta” da cultura greco-romana a partir da “revalorização” das “produções intelectuais e artísticas” da Antiguidade. Com base nessa revalorização “surgiu a ideia de que os princípios fundamentais depreendidos da prática e da teoria helênicas constituíam um *non plus ultra* de todo o fazer artístico”.⁸⁸ Contra essa corrente, o artista romântico passou a questionar os ditames clássicos, reprovando sua aplicabilidade ao mundo do século XVIII, uma vez que a literatura deveria alcançar as demandas contemporâneas, como bem exemplificou Johann Gottfried von Herder (1744-1803) a partir da análise dos escritos de Shakespeare. Em seu estudo, Herder entendeu que o poeta e dramaturgo inglês “tinha forçosamente que produzir uma dramaturgia totalmente diferente da helênica, porque provinha de um outro cepo nacional, de uma sociedade mais complexa [...] e de um gênio cultural, de um espírito, de uma alma popular” distintos da cultura grega.⁸⁹

Assim, o Romantismo pode ser concebido como um movimento de ruptura cultural em diálogo com outras transformações do cenário Europeu dos séculos XVIII e XIX. Portanto, as complexas alterações pregadas pelo Romantismo no universo letrado não estavam apartadas de dois grandes acontecimentos do período: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que transformaram profundamente as instituições políticas e culturais.⁹⁰ Nesse processo revolucionário estava inclusa a invenção dos estados modernos europeus por intermédio do investimento no discurso nacionalista, em fins do século XVIII e ao longo do século XIX com esforços de (re)escritura da história, alicerçada “na revivificação do passado como *pré-história* do

⁸⁷ COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968. v. I. t. II. p. 562.

⁸⁸ GUINSBURG, Jacob; ROSENFELD, Anatol. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 262.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 270.

⁹⁰ FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 24.

presente”.⁹¹ Para tanto, os grupos dominantes enveredaram “por uma busca das autênticas tradições nacionais, imersas num passado remoto e obscuro.” Foi a partir dessa compreensão que, segundo Elias Thomé Saliba, aconteceu o despertar europeu pela “época medieval”, uma vez que era nela que

supostamente, encontrar-se-iam os traços definidores de um obscuro ‘espírito nacional’; daí também uma visão bastante mistificadora e ingênua do mundo feudal. Este mergulho no passado era uma espécie de compensação ao espetáculo de quebra de continuidade oferecido pelo tempo presente: uma nostalgia das sociedades pré-capitalistas que ansiava por retomar o fio de uma continuidade orgânica do passado. Se, no campo político, tal atitude se desdobrou, não raro, em posições conservadoras, no campo estético forneceu vias de expressão peculiares, centradas no subjetivismo, no misticismo interiorizante e na busca de liberdade de criação artística.⁹²

Nesse sentido, podemos mencionar novamente Herder e sua contribuição para “o despertar para a consciência nacional” na escrita de Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832). Na esteira do *Sturm und Drang*, movimento alemão que pode ser caracterizado como um pré-romantismo, Herder insistia com Goethe quanto à “necessidade de valorização do elemento nacional” germânico. Como resultado, Gerd Bornheim afirmou que Goethe publicou, em 1773, o ensaio *Da arquitetura alemã*, onde o escritor alemão elogiou o estilo gótico que se “confunde com o germânico”.⁹³ Ademais, os românticos buscaram em um passado idealizado os elementos que definiriam suas tradições nacionais, como a ficção histórica, que buscou em “épocas antigas, envoltas em mistério, [como] a Idade Média, o passado nacional”,⁹⁴ caso dos Alemães e seu investimento no Sacro Império Romano Germânico. Na Europa, os romances históricos eram baseados em acontecimentos ocorridos durante a Idade Média, principalmente com personagens ligados a cavaleiros que se apaixonam por donzelas, ou seja, “os países europeus possuíam um passado histórico que servia de substrato para a imaginação romântica.”⁹⁵

Diante da impossibilidade de homogeneizar o Romantismo em virtude da multiplicidade de faces que assumiu,⁹⁶ uma vez que o movimento alcançou não

⁹¹ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 73.

⁹² SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003. p. 15-16.

⁹³ BORNHEIM, Gerd. Filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 82.

⁹⁴ COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968. v. I. t. II. p. 14.

⁹⁵ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992. p. 78-79.

⁹⁶ GUINSBURG, Jacó. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 13-22.

apenas uma dimensão estética no campo artístico, mas se espalhou entre demandas nacionalistas dos Estados, cabe ao pesquisador selecionar o melhor âmbito de análise que lhe cabe em atenção ao seu objeto de pesquisa. Em nosso caso, nos encontramos no âmbito do Romantismo brasileiro, movimento constituído a partir de uma circularidade de ideias entre Europa e Brasil ao longo do século XIX.

Dentre as facetas assumidas pelo Romantismo brasileiro existiu uma preocupação recorrente quanto a definição daquilo que seria nacional, empresa diretamente vinculada aos ensejos políticos suscitados pela Independência em 1822. No campo cultural, foi de grande atenção aos letrados a constituição de uma literatura brasileira, esforço que reverberou como uma das pautas que estiveram envolvidas na publicação da *Revista Niterói*. Periódico organizado por Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882), Manuel Araújo Porto Alegre (1806-1879) e Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), ele tinha como escopo reunir “em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional.”⁹⁷ Publicado na França, o periódico pode ser considerado tributário das trocas letradas com o país que o hospedava, que naquele momento era reconhecido como centro cultural para o Ocidente. Portanto, “estar afinado com os princípios da civilização” significava estar “em sintonia com as regras da cultura francesa”.⁹⁸ Logo, manter relações com este país era a “oportunidade de entrar em contato com as novas ideias europeias.”⁹⁹

A *Niterói, Revista Brasiliense*, teve vida curta, apenas duas edições. No entanto, seu esforço editorial é reconhecido pela historiografia literária como sendo a introdutora do ideal romântico no país,¹⁰⁰ interpretação calcada em Silvio Romero, que conferiu ao artigo de Gonçalves de Magalhães “o estatuto de *manifesto romântico brasileiro*”.¹⁰¹ Uma característica marcante do periódico era sua variada união de temas, como “ciências, letras e artes/ Tudo pelo Brasil, e para o Brasil”¹⁰² como anunciado em seu frontispício. Maria Orlandi Pinasse sistematizou a diversidade temática do periódico a partir de três objetivos comuns aos artigos ali publicados:

⁹⁷ AO LEITOR. *NITERÓI, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, 1836.

⁹⁸ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. De Paris Ao Rio de Janeiro: A Institucionalização da Escrita da História. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 04, n.01, p. 135-143, 1989. p. 136.

⁹⁹ RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 91.

¹⁰⁰ CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002. p. 26.

¹⁰¹ PINASSI, Maria Orlandi. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre: Niterói Revista Brasiliense de Ciências e Artes*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 154.

¹⁰² *NITERÓI, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, 1836.

1. uma ruptura com a estética neoclássica portuguesa a propósito de complementar, no plano da cultura e das artes, a independência política, assim como diferenciar os novos tempos – regenciais – dos tempos da dominação colonial; 2. uma opção pelo abolicionismo do trabalho escravo e a sua substituição pelo braço livre e assalariado; 3. uma busca – histórica, geográfica e etnográfica – de dimensões particularizantes do Brasil para inseri-las no universo das nações modernas ocidentais.¹⁰³

Como se percebe, o lastro temático da *Niterói* não se resumiu ao plano artístico, mas interagiu com proposições políticas e sociais importantes do tempo de sua publicação, como a defesa do fim da escravidão, posição combatida por conservadores brasileiros, embora o país tentasse se colocar entre as nações modernas, paradoxo tratado por Roberto Schwarz sob a rubrica de “as ideias fora de lugar”.¹⁰⁴

Como contribuição ao campo artístico brasileiro, a *Niterói* dialogava com pressupostos estéticos e narrativos oriundos do romantismo europeu, que em grande medida preconizava “descrever costumes, paisagens, fatos, sentimentos carregados de sentido nacional”, libertando-se “do jugo da literatura clássica, universal, comum a todos, preestabelecida, demasiado abstrata”,¹⁰⁵ como também descreveu Maria Orlanda Pinassi. Logo no primeiro número da revista, Magalhães publicou o “Ensaio Sobre a História da Literatura do Brasil”, cujo objetivo era traçar “a história da Literatura do Brasil”,¹⁰⁶ com destaque para a condição do país no tocante às letras e os elementos que obrigatoriamente deveriam integrar parcela importante da literatura nacional. Em vista disso favorecia a inclusão da paisagem e seus habitantes, além da defesa da renovação literária, ou seja, abandonar as narrativas épicas e clássicas, concentrando-se nos moldes românticos, especialmente no que diz respeito ao enaltecimento da natureza brasileira.¹⁰⁷

Além da Revista *Niterói*, outras publicações foram de grande importância para a circulação das ideias românticas no Brasil. Em 1843, a *Sociedade de Homens de*

¹⁰³ PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*: Niterói Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 27.

¹⁰⁴ SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 6ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 09-31

¹⁰⁵ CÂNDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*: momentos decisivos. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981. v. 2. p. 15.

¹⁰⁶ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836. p. 142.

¹⁰⁷ CÂNDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002.

Letras, em cujo rol de membros encontramos Torres Homem, Porto-Alegre e Gonçalves de Magalhães, publicou o periódico intitulado *Minerva Brasiliense*.¹⁰⁸ Entre 1850 e 1856, outro grupo de intelectuais fundou a revista *Guanabara*, com participação de Porto Alegre, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Gonçalves Dias. Ambos os periódicos tinham em comum a “diretriz de valorização do indígena”.¹⁰⁹

A defesa de um caráter próprio à literatura brasileira já era delineada em 1826 nos escritos de Ferdinand Denis e Almeida Garret, que “chamavam a atenção para a necessária substituição dos motivos clássicos e convenções em favor do aproveitamento das características locais.”¹¹⁰ Segundo interpretou Antonio Candido, Denis estava certo de “que um país com fisionomia geográfica, étnica, social e histórica definida deveria necessariamente ter a sua literatura,”¹¹¹ posição fruto do diálogo com textos de Chateaubriand, Madame de Staël, Augusto Guilherme Schlegel e Sismonde de Sismondi. Para Regina Zilbermann, foi a partir de Staël que se deu a qualificação da literatura a partir da “introdução e presença de elementos locais”, apropriados pela história da literatura como critérios de distinção literária, uma vez que cada região ou cada país apresentavam singularidades tanto geográficas quanto populacionais.¹¹²

Assim, além do evidente favorecimento de temas da paisagem nacional na literatura, as discussões a respeito envolveram também o nativo brasileiro, que figurou ao longo do século XIX como personagem importante de diversos poemas e romances. Na ausência de uma Idade Média ao modo europeu, os letrados brasileiros recorreram à figura indígena e à paisagem do país para a constituição de um passado próprio, gesto que pode ser compreendido “como parte de uma cultura histórica que supõe inúmeros dispositivos coletivos de produção de sentido e significado para o passado”. No movimento romântico, isso se deu a partir do pressuposto de

¹⁰⁸ CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. 407 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁰⁹ MEDEIROS, Tito Barros Leal de Pontes. *Poetizando a história nacional: ficcionalização da história e método historiográfico em José de Alencar*. 2014. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2014.

¹¹⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 128.

¹¹¹ CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002. p. 21.

¹¹² ZILBERMAN, Regina. História literária romântica e o nacionalismo enquanto cânone. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 103-114, 2º sem. 1997. p. 105.

“reconstruir o passado que se deseja[va] narrar”,¹¹³ tarefa que se estendeu a literatos e historiadores do Brasil Império.

A defesa de temas nacionais, com destaque para a natureza e o indígena como matéria central para a produção literária brasileira era uma constante no Brasil desde a década de 1830. As propostas de Gonçalves de Magalhães postas em circulação pela *Revista Niterói* e a de outros letrados receberam o aceite de diversos escritores que, ao se debruçarem sobre o papel, redigiram poemas e romances sobre as temáticas, em uma clara demonstração da importância dos debates políticos e culturais na escrita literária. Sob este prisma, Joaquim Norberto de Sousa Silva assinalava a “capacidade poética dos índios”, considerando-os “iniciadores da nossa literatura”.¹¹⁴ Em perspectiva semelhante estava Gonçalves de Magalhães, que no “Ensaio” publicado na *Niterói*, ao discorrer a respeito da composição da literatura brasileira se questionou quanto à existência da inspiração literária entre os indígenas. Ao responder afirmativamente, Magalhães,¹¹⁵ assim como o fez Joaquim Norberto, atribuirão a inspiração poética dos indígenas à natureza, muito embora, como afirmou Norberto, se conheça muito pouco, uma vez que pouco se preservou nos “antigos arquivos” colhidos pelos Jesuítas,¹¹⁶ circunstância que demandaria o levantamento documental como aquele promovido pelo IHGB. Além deles, leitores da produção poética de Antônio Gonçalves Dias (1823-1864) corroboravam a mesma perspectiva, caso do leitor anônimo de *Os Timbiras* (1857), considerado por ele

um poema americano, bem nosso, exclusivamente nosso; é um episódio da história da raça indígena do Brasil idealizado pelo poeta, de suas desgraças, de suas guerras, de seu heroísmo. Está contado em magníficos versos que só podia inspirar a nossa natureza e esse sol fecundo que nos alumia.¹¹⁷

Essa posição colocava a cor local como determinante na produção literária e foi absorvida pelos letrados brasileiros a partir de concepções românticas europeias,

¹¹³ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 97-100.

¹¹⁴ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981. v. II. p. 335.

¹¹⁵ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836.

¹¹⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 54.

¹¹⁷ PÁGINAS Menores. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1857, p. 01.

como as proposições de Staël e também da “teoria estética de Herder”. Este último olhava para a poesia como “um produto de condições naturais e históricas captadas por intermédio de uma experiência do ‘sentir’”, atrelada a “seu ambiente gerador, que nela se incorpora e se transforma num ‘sentir’ em si e que, no decorrer do tempo, além de o refletir, também o influencia.”¹¹⁸ Como se percebe no esforço de Joaquim Norberto, quando caracterizou uma literatura propriamente brasileira a partir da historicização de seu processo de formação, delimitando marcos fundantes que se originam nas populações autóctones. Em suas “Considerações gerais sobre a literatura brasileira”, texto publicado no periódico *Minerva brasiliense* (1844), Joaquim Norberto afirmou não termos, como a Europa medieval, “castelos feudais, nem essas justas, torneios, lidas e combates de ricos homens, de infanções e cavaleiros seguidos de seus escudeiros” que lhes serviram como aporte literário. No Brasil, isso seria substituído pela “idade desses povos primitivos com todas as suas tradições, costumes, usanças e crenças cheias de um maravilhoso verdadeiramente poético”.¹¹⁹ Assim, para ele, residia nas populações indígenas os primeiros sinais de uma literatura inspirada pela paisagem e pelos seus costumes: “As encantadoras cenas que em quadros portentosos oferece a natureza por todos os sítios de nossa pátria os inspirava, e de povos rudes e bárbaros os faziam povos poetas.”¹²⁰

No campo poético foi Antônio Gonçalves Dias que consagrou a temática indianista na poesia brasileira.¹²¹ Em sua produção literária é evidente o entrelaçamento do branco, do negro e do indígena na ficcionalização da “etnia do povo brasileiro”,¹²² como aponta a crítica literária. A primeira obra poética de Gonçalves Dias foi publicada no ano de 1846, sob o título de *Primeiros Cantos*, livro que reúne poemas compostos em “épocas diversas – debaixo de céu diverso – e sob a influência de impressões momentâneas.”¹²³ Em seus poemas, o autor exaltou o índio brasileiro,

¹¹⁸ FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 43.

¹¹⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Considerações gerais sobre a literatura brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 334-335.

¹²⁰ Idem. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 281.

¹²¹ PINHO, Adeitalo Manoel. A margem e o outro, retratos de índio no Romantismo. *Revista Instrumento*, Juiz de Fora, v. 10, p. 37-44, jan./dez. 2008, p. 39.

¹²² MESQUITA, Samira Nahid de. Gonçalves Dias. In: CASTRO, Silvio (org.). *História da literatura brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999. v. 2. p. 41.

¹²³ DIAS, A. Gonçalves. *Primeiros Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Em Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1846. p. 05.

destacando seu aspecto físico, seus rituais, costumes, lendas, mitos, idioma, além de “sua condição de dono da terra, resistente ou submisso aos invasores brancos.”¹²⁴ Ademais, o nativo também foi personagem ativo na narrativa, característica do indianismo romântico, caso do trecho do poema que segue, intitulado *O canto do guerreiro*, cujo destaque recai sobre a valentia e a força do indígena em tempos bélicos.

Valente na guerra/ Quem há como eu sou?/ Quem vibra o tacape/ Com mais valentia,
 Quem golpes daria/ Fatais – como eu dou?/ — Guerreiros, ouvi-me;/ — Quem há como eu sou?” [...] “Quem tantos inimigos/ Em guerras preou?/ Quem canta seus feitos/ Com mais energia,/ Quem golpes daria/ Fatais — como eu dou?/ — Guerreiros, ouvi-me:/ — Quem há como eu sou?”¹²⁵

Este poema é composto por “79 versos distribuídos em 9 estrofes” e a unidade rítmica foi construída de duas maneiras: “a primeira formada por uma sílaba fraca seguida de uma forte, e a segunda por duas sílabas fracas seguidas de uma forte.” O mesmo recurso narrativo foi aplicado em outros poemas, como *Canção do Tamoio*, cujos versos “imita[m] a batida de um tambor indígena”,¹²⁶ circunstância que perpetuava na literatura a valentia e a força do nativo, inspirada nos traços da literatura cavalheiresca.

A figuração do indígena ficou conhecida na historiografia literária brasileira sob a rubrica *indianismo*, corrente formulada “nos ideais românticos, em que a personagem indígena estrutura-se sob as condições de herói, multifacetada em virtude do estilo e da ideologia da época”¹²⁷ e que representou “de 1840 até o decênio de 1870 o grande projeto artístico e patriótico.”¹²⁸ O primeiro poema ligado ao movimento indianista brasileiro do século XIX foi escrito no ano de 1837 por Firmino Rodrigues Silva – jornalista, juiz e político – intitulado *Nênia*. Publicado em decorrência da morte de Francisco Bernardino Ribeiro, nele, “o índio ainda não aparece como

¹²⁴ MESQUITA, Samira Nahid de. Gonçalves Dias. In: CASTRO, Silvio (org.). *História da literatura brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999. v. 2. p. 44.

¹²⁵ DIAS, A. Gonçalves. O canto do guerreiro. In: DIAS, A. Gonçalves. *Primeiros Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Em Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1846. p. 11-12.

¹²⁶ OTSUKA, Edu Teruki. Trevas e Presságios: análise de “Anoitecer” de Drummond. *ARS*, Brasil, v. 4, n. 8, p. 72-83, jan. 2006. p. 72.

¹²⁷ SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 19-20.

¹²⁸ CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). Reações e Transações (v. 5). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 403.

personagem poético individuado, mas como alegoria, estabelecendo a passagem do índio-signo, do fim do período neoclássico, ao índio personagem”¹²⁹ do indianismo oitocentista.

A valentia e a posição heroica apreendida nos escritos da primeira geração romântica estavam carregadas de um espírito antilusitano, formulação compreendida a partir de sua vinculação com a ruptura política com Portugal e o conseqüente esforço em delinear um caráter próprio ao novo país. Portanto, para legitimar a independência brasileira, “tornava-se premente a construção de um passado de colonização opressora que pudesse legitimar a necessidade de se fundar a nação e de se assegurar a monarquia.”¹³⁰ Como exemplo, temos a perspectiva trazida por Gonçalves de Magalhães em seu “Ensaio” publicado na *Niterói*. Nele, Magalhães afirmou: “O Brasil descoberto em 1500, jazeu três séculos esmagados debaixo da cadeira de ferro, em que se recostava um Governador colonial com todo o peso de sua insuficiência, e de sua imbecilidade.”¹³¹ E isso se refletia no contato com as populações indígenas, perseguidas a “ferro, e fogo, como se fossem animais ferozes; nem eles em outra categoria eram considerados”. Para ele, sem a intervenção papal de Paulo 3º, que declarou “que eram os índios verdadeiros homens, e capazes por isso da fé de Cristo; sem que os Europeus talvez os houvessem de todo exterminado.”¹³² Entendimento semelhante foi expresso cerca de 20 anos depois em artigo escrito para a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), quando Magalhães respondeu o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, opositor do indianismo romântico. Naquele espaço, o poeta justificou determinados comportamentos indígenas como derivados do tratamento europeu:

Se depois se tornaram esquivos, desconfiados e cruéis; se pagaram traições com traições, agradeçamos às duras lições dos seus mestres europeus, que ao som das espingardas, em nome da civilização, lhes deram logo à escola o cativo ou a morte.¹³³

¹²⁹ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia, 1981. v. 2. p. 21.

¹³⁰ THEOPHILO, Gabriela. Um índio histórico para uma literatura brasileira, dos românticos aos modernistas. In: DAHER, Andrea (org.). *Passado presente: usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 45.

¹³¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836, p. 138.

¹³² Ibidem, p. 140.

¹³³ Idem. Os Índigenas do Brasil Perante a História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860. p. 30.

A posição expressa por Magalhães se vinculava a de outros letrados do período, como o próprio Gonçalves Dias. Ambos apreciavam o período colonial negativamente a partir do comportamento português nas suas relações com as populações indígenas e também por falhas na administração colonial. Na questão indígena, ambos ressaltavam o caráter positivo das populações autóctones com o fito de demonstrar a viabilidade de incutir a civilização entre essa população pela “atitude missionária ou de um iluminismo humanista, que procurava ‘incluir’ a alteridade indígena num projeto civilizatório”,¹³⁴ proposição amplamente discutida no IHGB.

Na escrita de Gonçalves de Magalhães, o indígena heroico também se colocava em oposição ao elemento luso, como no aplaudido poema *A Confederação dos Tamoios* (1856). Após sete anos de elaboração, o poema foi concluído em Nápoles e sua primeira leitura pública aconteceu diante do Imperador, como registrou o jornal *Correio Mercantil* no dia de 2 de fevereiro de 1855 na seção *Noticias Diversas*: “na terça-feira, 30 do corrente [janeiro], o Sr. Dr. Domingos José Gonçalves de Magalhães teve a honra de ler no paço de Petrópolis, para SS. MM. ouvirem, a sua epopeia em dez cantos”.¹³⁵ Encantado com o poema, o Imperador ordenou que o mesmo fosse publicado por Paula Brito, impressor da casa imperial e considerado, no século XIX, o dono de “uma das melhores tipografias do Rio de Janeiro”, fruto de um “longo e paciente esforço no qual Paula Brito se empenhou” ao se aproximou das camadas políticas e estreitou laços com o Imperador após a Maioridade.¹³⁶

Composto por dez cantos com 5.500 versos¹³⁷ no formato de “decassílabos, às vezes rimados”¹³⁸, seu enredo descreve o conflito empreendido pelos índios Tamoios, no período de 1554 a 1567 contra a escravização indígena levada a cabo pelos portugueses. Ainda que os esforços indígenas tenham sido baldados pelos portugueses que preconizavam abrir espaço para construção da cidade do Rio de Janeiro, a resistência demonstrada pelos nativos aos lusos apontava para o

¹³⁴ THEOPHILO, Gabriela. Um índio histórico para uma literatura brasileira, dos românticos aos modernistas. In: DAHER, Andrea (org.). *Passado presente: usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 51.

¹³⁵ NOTÍCIAS Diversas. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 09 fev. 1855, p. 01.

¹³⁶ GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. 2014. 340 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014. p. 93; 153.

¹³⁷ NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006, p. 128.

¹³⁸ MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: Literato e Político*. São Paulo: Martins Editora, 1965, p. 103.

“antilusitanismo típico dos anos que se seguiram à independência”, além de denunciar “a violência de que foram vítimas” os nativos durante o processo de colonização.¹³⁹

Do prisma literário, o poema marcou o ápice do indianismo na poesia, especialmente porque o poeta elaborou “uma grande epopeia nacional, preferivelmente de assunto indígena”,¹⁴⁰ com ênfase nos atributos heroicos dos nativos, como o personagem Aimbire, considerado “o mais audaz entre os Tamoios”.¹⁴¹ De acordo com Antonio Candido, a obra fora concebida “para ser a grande demonstração de validade nacional do tema indígena”,¹⁴² já que Magalhães os caracterizou como corajosos em diversas partes dos cantos por terem lutado contra o elemento colonizador, conforme se verifica no seguinte trecho: “És grande, és forte, Aimbire! – diz-lhe a moça./ Desculpa o meu temor tão mal fundado;/ Mas zelo foi de amor. Vai, oh guerreiro,/ Em tua valentia assaz confio./ Vai, defende os Tamoios. Vai, triunfa”¹⁴³

Apesar de ter sido bem recebida por D. Pedro II, pois o poema era a materialização de um projeto político “de fazer da temática indígena o símbolo nacional por excelência”,¹⁴⁴ *A Confederação dos Tamoios* encontrou em José de Alencar um ávido crítico. Entre os meses de junho e agosto de 1856, Alencar escreveu as *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (Figura 1), conjunto de missivas críticas ao poema de Gonçalves de Magalhães publicadas no *Diário do Rio de Janeiro*. Eram assinadas por *Ig*, pseudônimo “tirado das primeiras letras do nome *Iguassú*, heroína do poema”,¹⁴⁵ hábito comum entre os escritores “que usavam tal artifício como um disfarce, uma máscara para proteger-se no anonimato e garantir sua independência de opinião”¹⁴⁶. Sem autoria declarada durante sua publicação no jornal, o Rio de

¹³⁹ PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p. 119-130, jul. 1996. p. 125.

¹⁴⁰ CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: o Brasil monárquico. Vol. 5: reações e transações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 403.

¹⁴¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito, 1856. p. 15.

¹⁴² CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas, 2002. p. 29.

¹⁴³ MAGALHÃES, op. cit., p. 95.

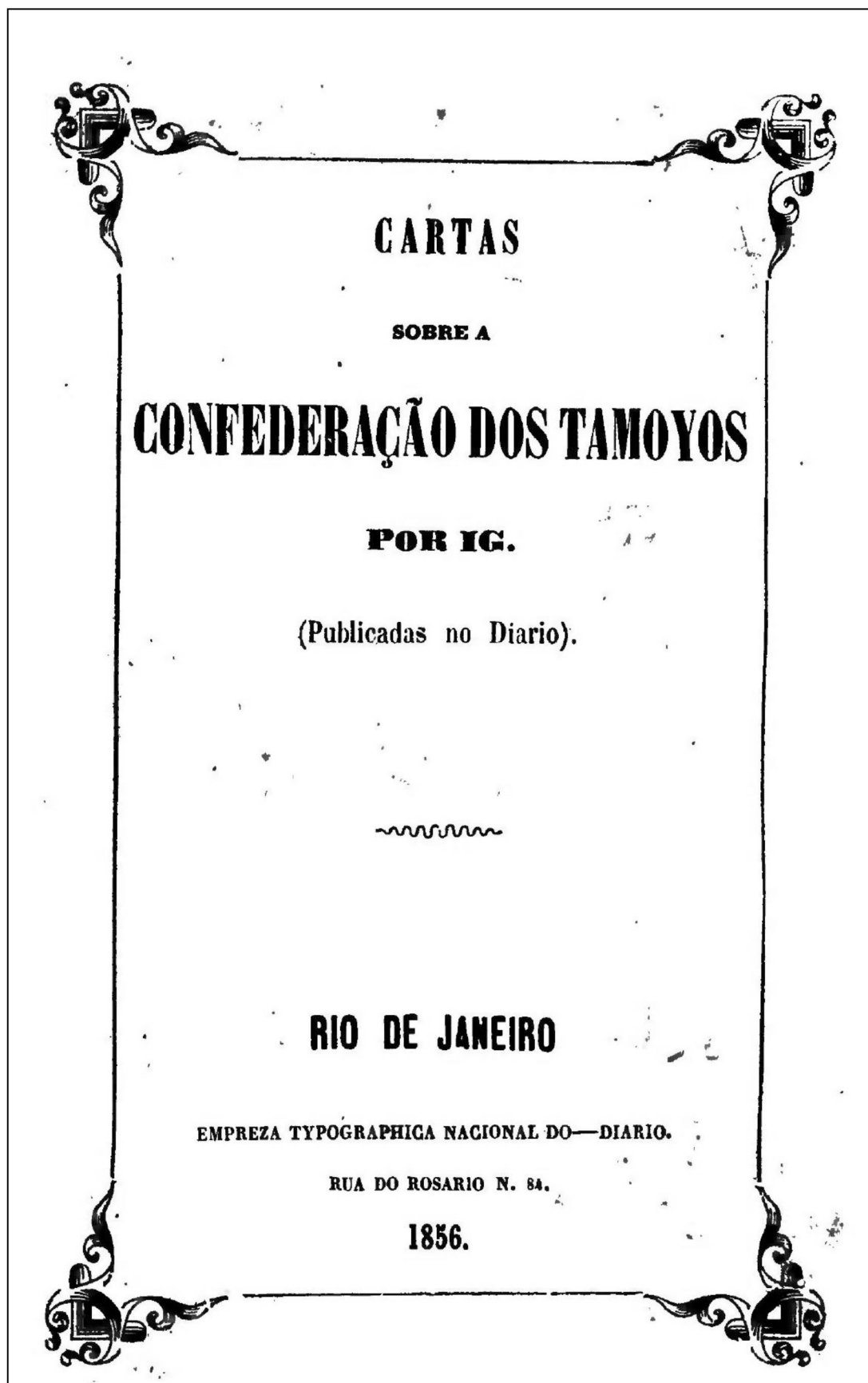
¹⁴⁴ NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006. p. 130-131.

¹⁴⁵ ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856. s/p.

¹⁴⁶ BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura nas Cartas de Franklin Távora a José Feliciano de Castilho sobre *Iracema*. *Cordis*. São Paulo, n. 10, p. 209-247, jan./jun. 2013, p. 87.

Janeiro apenas conheceria aquele que as escrevera em agosto de 1856, momento em que as *Cartas* foram publicadas em livro com a identificação do autor.

Figura 1: Capa do livro *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* (1856)



As temáticas predominantes nas *Cartas* se dividem em dois grandes eixos: a natureza brasileira e o indígena; e a discussão a respeito do gênero literário de *A Confederação dos Tamoios*. Logo na primeira missiva o âmago da discussão foi descrito da seguinte maneira: “O poema começa por uma invocação ao sol e depois aos gênios do Brasil. A primeira parte é fria: o sol de nossa terra, esse astro cheio de esplendor e de luz, devia inspirar versos mais repassados de entusiasmo e de poesia.” E ainda continua apontando que o poema “não está na altura”¹⁴⁷ para representar o Brasil.

Ao tratar da representação da natureza brasileira, Alencar esboçou dura crítica a Magalhães, indicando que o autor não se inspirou na paisagem nacional ao redigir seus versos. Segundo o crítico, caso ele viesse a compor um poema da envergadura de Magalhães, procederia da seguinte maneira: “embrenhar-me-ia por essas matas seculares; contemplaria as maravilhas de Deus, veria o sol erguer-se no seu mar de ouro, a lua deslizar-se no azul do céu; ouviria o murmúrio das ondas e o eco profundo e solene das florestas.” Contudo, se ainda assim não fosse possível retratar dignamente a natureza do Brasil, Alencar lançaria mão de sua pena, “mas não a mancharia n’uma poesia menos digna de meu belo e nobre país.”¹⁴⁸

O conjunto de críticas publicadas como folhetim no *Diário do Rio de Janeiro* foi interpretado por nomes da historiografia literária como a configuração de um projeto literário, que já no ano seguinte foi colocado em prática na publicação de *O Guarani*.¹⁴⁹ Para além da figuração do indígena, Alencar expressou sua predileção pelo gênero romance, ao ressaltar que estava convencido de que se Walter Scott “traduzisse esses versos portugueses no seu estilo elegante e correto; se fizesse desse poema um romance, dar-lhe-ia um encanto e um interesse que obrigariam o leitor que folheasse as primeiras páginas do livro a lê-lo com prazer e curiosidade.”¹⁵⁰ Interesse

¹⁴⁷ ALENCAR, José de. Carta Primeira. In: ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856. p. 05-06.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 06-07.

¹⁴⁹ BORGES, Valdeci Rezende. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 17, n. 1, p. 85-114, 2011. Em estudo recente, Cristina Ferreira e Thiago Lenz problematizaram a relação entre a escrita de *O Guarani* e as missivas críticas, concluindo que o romancista “não deu conta de realizar uma narrativa romântica capaz de escapar às próprias armadilhas criticadas por ele nas cartas assinadas sob o pseudônimo Ig”, circunstância que complexifica o debate na historiografia literária. Ver: FERREIRA, Cristina; LENZ, Thiago. Duas narrativas para o lugar dos indígenas nas origens da nação: a história ficcional de Magalhães e Alencar. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 202-238, dez. 2019. p. 231.

¹⁵⁰ ALENCAR, José de. Carta Quarta (05/07/1856 Última Carta (14/07/1856). In: ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: empresa Tip. Nacional do Diário, 1856. p. 57.

que se refletiu na publicação de *O Guarani* no ano seguinte, romance histórico que inaugura o gênero no país¹⁵¹ e marcado por dispositivos narrativos assentados na cor local. Dentre as propostas aventadas por Alencar nas *Cartas* estava a adoção de termos tupi-guarani na constituição de textos ficcionais com o objetivo de caracterizar uma escrita brasileira¹⁵² e era enfático ao propor que a literatura não deveria se expressar com frases do “homem civilizado”,¹⁵³ ou seja, por meio da língua da antiga metrópole. Como exemplo, para além da referência do próprio título do romance, *O Guarani*, a alcunha da protagonista é derivada da língua indígena, como bem anotou o romancista na nota Ceci: “É um verbo da língua guarani que significa magoar, doer. Poucas palavras se encontram na nossa língua mais suaves e melodiosas do que esta.”¹⁵⁴

Portanto, a ficcionalização do indígena como matéria da literatura brasileira também absorveu a língua autóctone como recurso estético de definição do cânone literário brasileiro. A adoção de termos tupi-guarani na constituição de textos ficcionais teve, em meados do século XIX, o objetivo de “buscar conscientemente uma forma brasileira de escrita”.¹⁵⁵ Para tanto, os autores de obras literárias “enxertavam nos poemas e romances palavras em tupi, algumas até recriadas pelos escritores.”¹⁵⁶ Em agosto de 1865, em carta ao Dr. Jaguaribe, impressa como paratexto ao romance *Iracema*, Alencar expôs que “o conhecimento da língua indígena é o melhor critério para a nacionalidade da literatura. Ele nos dá não só o verdadeiro estilo, como as imagens poéticas do selvagem, os modos de seu pensamento, as tendências de seu espírito, e até as menores particularidades de sua vida.”¹⁵⁷ Em suas anotações é possível perceber o seu interesse pela língua indígena, pois em várias páginas há

¹⁵¹ ENDERS, Armelle. *Vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. p. 100.

¹⁵² SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994. p. 458.

¹⁵³ ALENCAR, José de. Carta Quarta (05/07/1856). In: ALENCAR, José de. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: empresa Typ. Nacional do Diário, 1856. p. 43.

¹⁵⁴ Idem. Notas (Primeira Parte). In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. s./p.

¹⁵⁵ SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994. p. 458.

¹⁵⁶ LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Brasil Império, volume 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 419.

¹⁵⁷ ALENCAR, José de. *Carta ao Dr. Jaguaribe*. In: ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865. p. 195.

referências a vocábulos, caso do rascunho que trata das “palavras guaranis que têm sido introduzidas na língua do Brasil, e outras que podem ser aproveitadas”.¹⁵⁸

Ao lado de Alencar, também Gonçalves Dias defendeu a inserção de “vocábulos da língua tupi” em seus textos,¹⁵⁹ sendo o organizador, no ano de 1858, do *Dicionário da língua Tupi, chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil*.¹⁶⁰ Em seu poema *I-Juca-Pirama* (1851), com “484 versos divididos em 10 cantos”,¹⁶¹ Gonçalves Dias interagiu com palavras do tupi, caso dos versos selecionados: “Em larga roda de novéis guerreiros/ Ledo caminha o festival Timbira,/ A quem do sacrifício cabe as honras./ Na frente o *canitar* sacode em ondas,/ O *enduape* na cinta se embalança,/ Na destra mão sopesa a *iverapeme*,/ Orgulhoso e pujante.”¹⁶² (grifo nosso)

Os termos *canitar*, *enduape* e *iverapeme* são provenientes da língua tupi. A primeira se refere a um adorno feito de penas utilizado na cabeça; o segundo a um tipo de saia de penas; e, por fim, o último termo do fragmento do poema reporta-se ao *tacape*, arma utilizada pelos indígenas.¹⁶³ Esta inserção “significa legitimar o ‘brasileiro’ [idioma] como a língua de um país que finalmente rompeu com Portugal e com a língua portuguesa.”¹⁶⁴ Todavia, nem todos concordavam com essa proposição. O posicionamento contrário acreditava que “a língua e não a terra definiria a literatura”,¹⁶⁵ ou seja, qualquer texto literário redigido em português pertenceria à literatura portuguesa, caso do médico José Gama e Castro.

Na contramão da posição expressa por Gama e Castro, Joaquim Norberto escreveu que

a identidade da língua entre dois povos não poderá jamais pôr em dúvida a nacionalidade de suas literaturas, pois que não são as literaturas a

¹⁵⁸ ALENCAR, José de. *Caderno X: apontamentos diversos*. Doc. 060. Acervo Casa José de Alencar (Fortaleza/CE).

¹⁵⁹ MESQUITA, Samira Nahid de. Gonçalves Dias. In: CASTRO, Silvio (org.). *História da literatura brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999. v. 2. p. 45.

¹⁶⁰ DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da língua Tupi, chamada Língua Geral dos indígenas do Brasil*. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858.

¹⁶¹ Idem. *I-Juca Pirama*. Disponível em: < <http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/i-juca-pirama.html>>. Acessado em 12/11/2015.

¹⁶² Idem. *Y-Juca Pirama*. In: DIAS, Antônio Gonçalves. *Últimos Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851. p. 16-17.

¹⁶³ O significado dos termos tupis forma retirados do dicionário Houaiss Eletrônico, produzido pela Editora Objetiva. Versão de 2009.

¹⁶⁴ SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 176.

¹⁶⁵ LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Brasil Império, volume 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 419.

representação ou símbolo das línguas, mas sim a expressão, a voz da inteligência de qualquer povo, o testemunho de suas inspirações, o espelho de suas tendências, o representante do espírito de suas diversas épocas, quer marche em progresso, quer em decadência, de acordo com os seus costumes, com os usos, provenientes de seu caráter, de suas leis e de sua religião.¹⁶⁶

No excerto em questão depreende-se de imediato a postura romântica que condiciona o entendimento da literatura brasileira calcada na cor local. Entendimento que se inscreve no bojo da concepção expressa por Ferdinand Denis, que “ficou conhecido como o primeiro a apresentar a literatura brasileira separadamente da portuguesa, tendo por critério diferencial antes a ‘nação’ – definida por características naturais singulares – que a língua.”¹⁶⁷

Embora Alencar tenha também escudado a língua indígena como parte da cor local da literatura brasileira, sua figuração indígena apresentou elementos que o situavam em direção oposta àquela praticada por Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias.¹⁶⁸ O elemento distintivo está situado na conciliação, que em *O Guarani* se delineou entre as relações amistosas e subservientes de Peri com a família portuguesa Mariz, tendo seu ápice na conversão do índio ao cristianismo. Essa conversão aconteceu em meio aos esforços empreendidos pelos lusos para resistir ao ataque Aimoré e a traição de alguns aventureiros liderados por Loredano, ex-frade italiano. Antes de sucumbir, D. Antônio pede a Peri que salve sua filha, com a condição de que o índio se torne cristão, cláusula prontamente atendida: “O índio caiu aos pés do velho cavalheiro, que impôs-lhe as mãos sobre a cabeça. – Se cristão! Dou-te meu nome”,¹⁶⁹ disse o fidalgo, cumprindo a incumbência cristianizadora portada pelos portugueses desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, quando o escrivão anotou que o principal empreendimento que o rei deveria se aplicar era “salvar esta gente”.¹⁷⁰ O batismo de Peri representou a concretização de um rito de passagem “que corta o

¹⁶⁶ SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Nacionalidade da Literatura Brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 86.

¹⁶⁷ THEOPHILO, Gabriela. Um índio histórico para uma literatura brasileira, dos românticos aos modernistas. In: DAHER, Andrea (org.). *Passado presente: usos contemporâneos do “passado colonial” brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 41.

¹⁶⁸ MARQUES, Wilton José. *O poeta sem livro e a pietà indígena*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

¹⁶⁹ ALENCAR, José de. Terceira Parte. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 103.

¹⁷⁰ CAMINHA, Pero Vaz. *O descobrimento do Brasil: A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 1985. p. 98.

último elo que poderia confundi-lo com seu passado”,¹⁷¹ ou seja, ao nativo seria outorgado “pelo ato da renomeação, nova identidade religiosa e pessoal”.¹⁷² Aspecto que evoca as políticas de cristianização do período colonial e também a política indigenista do século XIX, como o aldeamento e a catequização como instrumentos para a integração do indígena oitocentista.¹⁷³

A questão religiosa será amplamente debatida no século XIX, em especial diante das articulações propostas para implementar processos de integração da população indígena por intermédio do modelo de catequização. *Iracema* (1865) encerra seu enredo com a chegada de religiosos para fundar a “*mairi* dos cristãos”.¹⁷⁴ Em *Til* (1872) a religiosidade foi instrumento de persuasão de Berta ao exigir que João Fera encerrasse uma trajetória recheada de atrocidades e optasse por assumir outra postura, como nos refere o narrador: “Tirou Berta do seio a cruz presa com o bentinho ao cordão de ouro; e o Bugre a beijou repetindo o juramento. Depois sacou as armas da cinta, e arremessou-as longe de si.”¹⁷⁵

O modo como Peri foi construído como personagem integrou tanto caracteres indígenas como elementos derivados do cavalheirismo português, como o próprio D. Antônio reconheceu a Álvaro: Peri era “um cavalheiro português no corpo de um selvagem”.¹⁷⁶ Para Renato Ortiz, as características “fala o português, é nobre, limpo, veste-se como todo homem superior”, o aproxima da civilidade, faltando-lhe apenas a religião, esta última adicionada “a uma certa altura do enredo”.¹⁷⁷ Desta forma, podemos entender que Alencar procurou harmonizar as diferenças entre indígena e europeu, procurando enaltecer os melhores aspectos de ambas as partes, com o fito de demonstrar a origem brasileira, ou seja, “o elogio a um índio estilizado, europeizado e marcado pela civilização, tornava-se instrumento de construção de uma memória positiva do nosso passado histórico.”¹⁷⁸ Embora esse processo de aceitação religiosa

¹⁷¹ ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992, p. p. 87.

¹⁷² BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 178.

¹⁷³ CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154. Ver também: ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

¹⁷⁴ ALENCAR, José. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Tip. de Vianna & Filhos, 1865. p. 155.

¹⁷⁵ Idem. *Til*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012. p. 264.

¹⁷⁶ Idem. Primeira Parte. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 75.

¹⁷⁷ ORTIZ, op. cit., p. 87.

¹⁷⁸ JUNIOR, Eduardo Rouston. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Criação de um Símbolo Nacional. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro, 2010, p. 40.

fosse considerado indispensável para a integração indígena e fruto de uma conciliação idealizada, para Alfredo Bosi, ele “viola abertamente a história da ocupação portuguesa no primeiro século”¹⁷⁹ e se distancia dos literatos já mencionados.

Para compreender o porquê dessa opção alencariana, David Treece traçou um paralelo com o contexto político promovido pelo Visconde do Paraná. Para o pesquisador, a defesa dessa política “significava a renúncia por ambos os partidos, Liberal e Conservador, a seus antagonismos partidários e pessoais tacanhos, o abandono de métodos não-consultivos e coercitivos de governo, e uma disposição a considerar novas ideias, tudo em favor do ‘bem nacional’.”¹⁸⁰ Nesse sentido, *O Guarani* era um exemplo do pacto da conciliação, uma vez que Peri harmonizava “o princípio liberal da autonomia individual, tão central à primeira fase radical do movimento indianista logo após a Independência, com a noção da responsabilidade social e a obrigação de defender o Estado contra a revolução.” Concepção que não pode ser apartada de uma leitura cuidadosa de *Ubirajara*. Mesmo que o romance protagonize apenas indígenas, seu enredo culmina com a formação da nação Ubirajara por meio da união entre dois povos indígenas. Portanto, depreende Treece que

O fruto ficcional central dessa mitologia indianista conservadora de conciliação foi uma nova figura heroica – o índio que, ao mesmo tempo que defendia ciosamente seu direito de transitar livremente pelo ambiente natural da floresta, também voluntária e lealmente empregava seus poderes especiais a serviço da comunidade colonial e contra aquelas forças internas e externas da comunidade colonial e contra aquelas forças internas e externas que ameaçavam a sua sobrevivência.¹⁸¹

Adicionalmente a essa corrente política insere-se a perspectiva da miscigenação como vertente de entendimento da formação do Brasil. A partir da leitura do romance *O Guarani*, Alfredo Bosi argumentou que Alencar procurava “a construção ideal de uma nova nacionalidade: o Brasil que emerge do contexto colonial”,¹⁸² pelas relações entre indígenas e portugueses. Doris Sommer complementa interpretando que “Alencar insistia na ideia de que o Brasil fora fundado

¹⁷⁹ BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 179.

¹⁸⁰ TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008. p. 196.

¹⁸¹ Ibidem, p. 213.

¹⁸² BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 187.

quando brancos e índios caíram uns nos braços dos outros e tiveram filhos mestiços.”¹⁸³ Interpretação reforçada ao Alencar afirmar que Isabel, filha de D. Antônio e uma indígena, era o “tipo brasileiro” de “um moreno suave”.¹⁸⁴

Doris Sommer ainda diz que ao Alencar insistir na relação entre portugueses e nativos na constituição histórica do Brasil, ele estava se aproximando da interpretação de Carl Friedrich Von Martius, que em sua tese “Como se deve escrever a história do Brasil”, “identificava a *mestiçagem* como a matriz da brasilidade.”¹⁸⁵ Proposição que se estendeu ao entendimento formulado por Alencar sobre a literatura, cuja formulação conceitual era tributária da “dialética entre a cultura portuguesa e a nacional. Não se trata de rejeitar o que for europeu ou português, mas de amalgamar substâncias, sejam elas importadas ou genuinamente nativas.”¹⁸⁶ Proposição adensada por Alencar em “Benção Paterna” ao tratar da literatura brasileira sob uma perspectiva amplamente discutida pelo IHGB.

2.3 “LANÇAR LUZES SOBRE UM TEMPO REMOTO”: O DESENVOLVIMENTO DOS ESTUDOS ETNOGRÁFICOS NO IHGB

O século XIX tornou-se conhecido como o “século da história”¹⁸⁷ por ser o período em que houve o início do estabelecimento de bases disciplinares do trabalho historiográfico. Na Europa, precursora deste movimento, o historiador “esteve claramente ocupado em sedimentar as suas reflexões em evidências, e em se afastar de especulações não comprováveis ou sem alguma base empírica”¹⁸⁸, o que implicava a pesquisa pautada em documentos.

Tais pressupostos motivaram os intelectuais do período imperial brasileiro a interagir com o passado, atividade que se tornou obrigatória a todos aqueles que estivessem inseridos nos debates relacionados à composição dos elementos

¹⁸³ SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. p. 178.

¹⁸⁴ ALENCAR, José de. Segunda Parte. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 168.

¹⁸⁵ SOMMER, op. cit., p. 179.

¹⁸⁶ MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991. p. 122.

¹⁸⁷ CARBONELL, Charles-Olivier apud FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998, p. 51.

¹⁸⁸ BARROS, José D, Assunção. *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013. p. 56.

constitutivos da nação, premissa que se estenderia desde o campo artístico ao da pesquisa histórica. Assim, a produção de uma cultura histórica nacional interligava “passado, presente e futuro, remetendo-nos para o passado como lugar por excelência de definição de um sentido original, razão explicativa da própria existência do presente.”¹⁸⁹ Temos com isso, a defesa de diversas políticas culturais no Brasil intimamente atreladas com a formação nacional, como a criação de instituições que ficariam a cargo da elaboração das bases de sustentação histórica do presente brasileiro, cujo representante máximo foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838 sob os moldes do Instituto Histórico de Paris.

Na primeira edição da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839), foram enumerados os objetivos da instituição, cuja centralidade recaía em “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes a história do Brasil”¹⁹⁰ e também corrigir “inumeráveis erros, que a respeito do Brasil publicam na Europa escritores mal informados”.¹⁹¹ Perspectiva correlacionada ao historicismo, corrente historiográfica preocupada com a investigação da singularidade das experiências históricas, derivada da perspectiva rankiana de “‘mostrar’ ou ‘contar’ o passado *wie es eigentlich gewesen ist* – como ele realmente foi.”¹⁹² No estabelecimento dos estados nacionais cabe destacar a participação do historicismo, já que o mesmo prenunciava a necessidade de agregar “elementos antes dispersos: ‘ímpeto relativista’, ‘crítica documental’, ‘interesses temáticos voltados para todos os períodos históricos’, ‘autocrítica historiográfica’, ‘potencial interpretativo’.”¹⁹³

A tarefa de organizar e demarcar os elementos constitutivos da história nacional estava intimamente relacionada com o recolhimento de documentos. Para alcançar este objetivo, um dos caminhos propostos foi a realização de viagens científicas, que tinham como papel resguardar documentos, além de “tornar conhecidas as regiões inexploradas do país e, de outro, a pesquisa das rotas para

¹⁸⁹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatthy (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS Ed, 2003, p. 11.

¹⁹⁰ SOBRE a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, 1839, p. 06.

¹⁹¹ RELATÓRIO Apresentado a Assembleia Geral Legislativa Na Sessão Ordinária de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839, p. 14.

¹⁹² MEGILL, Allan. Literatura e história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 266.

¹⁹³ BARROS, José D, Assunção. *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013. p. 123.

sua exploração econômica e integração política.”¹⁹⁴ A importância da reunião de documentos pelo Instituto foi destacada pelo próprio Imperador, membro assíduo do IHGB desde meados do século XIX. O monarca entendeu que “é de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tende dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertença digna realmente dos elogios da posteridade”¹⁹⁵, propondo assim a produção letrada brasileira. D. Pedro II tornou-se figura expressiva no IHGB e no campo cultural do país, tomando “parte de um grande projeto que implicava, além do fortalecimento da monarquia e do Estado, a própria unificação nacional, que também seria obrigatoriamente cultural.”¹⁹⁶

Nesse sentido, o romance se tornava um suporte privilegiado para intermediar o conhecimento sobre o passado e o leitor, especialmente no Brasil, que vivia um contexto cultural atrelado à formação do Estado-nacional. O historiador Perry Anderson, ao analisar a trajetória do romance histórico, entendeu ser o subgênero um “produto do nacionalismo romântico” orientado a partir de “situações nacionais” específicas.¹⁹⁷

Portanto, diante da perspectiva de que o romance histórico deveria “fazer com que o leitor apreenda as razões sociais e humanas que fizeram com que homens daquele tempo e espaço pensassem, sentissem e agissem da forma como o fizeram”,¹⁹⁸ exsurge da ficção histórica seu caráter instrucional em conexão com a tradição iluminista da *historia magistra vitae*. No Brasil, a História mestra de vida tracejou parcela da produção do IHGB, forma de conceber a história que “expressava a concepção clássica de história enquanto fornecedora de exemplos”, formulada no século IV a.C.¹⁹⁹ No Instituto, a articulação com essa perspectiva se fez presente especialmente quando da elaboração de biografias veiculadas na “seção Biografia dos brasileiros ilustres pelas ciências, letras, armas e virtudes, constante da *Revista do*

¹⁹⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 162.

¹⁹⁵ ATA da 212ª sessão em 15 de dezembro de 1849, honrada com a augusta presença de S.M. O Imperador. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. XII, p.550-557, 1849, p. 552.

¹⁹⁶ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 127.

¹⁹⁷ ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007, p. 208.

¹⁹⁸ WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Letras*, Curitiba, n. 43, pp. 49-59, 1994, p. 51.

¹⁹⁹ HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 102.

IHGB, desde o seu segundo número, em 1839.”²⁰⁰ A partir da publicação dos textos biográficos na revista, a exemplaridade da vida dos biografados era destacada aos leitores como modelos a serem seguidos, concepção de história que passa a ser alterada em fins do século XIX por meio da penetração dos ideais positivistas com “a ambição de encontrar ‘leis gerais’, ou os ‘padrões’ que a multiplicidade e diversidade da experiência histórica poderiam encobrir.”²⁰¹

O caráter educativo do romance histórico foi demarcado por vários textos que circularam durante o século XIX sob prisma semelhante ao advogado pela historiografia, ao considerar que “um bom conhecimento da história, entendida como a experiência de outros povos, pode auxiliar neste processo de construir referências para a ação num mundo em transformação, marcado pela velocidade com que uma a uma as certezas do passado são postas em xeque.”²⁰² Foi o que entendeu o crítico anônimo ao tratar de *As Mulheres de Mantilha* (1870), ao atribuir ao romance histórico de Joaquim Manoel de Macedo, “um dos meios populares de difundir entre todos o conhecimento e a memória dos fatos nacionais.”²⁰³

Essas discussões demonstram a agitação no campo cultural brasileiro com interesse detido na figura do nativo e da paisagem nacional quanto a sua participação no projeto de elaboração de uma *cultura histórica*, noção que importa para a compreensão do modo como determinada sociedade interage com o seu passado e faz uso dele, e que “possibilita entender melhor o *quê* especificamente os homens consideram seu passado e *que lugar (espaço e valor)* lhe destinam em determinado momento.”²⁰⁴ Diante desta noção, cabe então ao pesquisador atentar para o “conjunto de iniciativas que abarca não só o conhecimento histórico em sentido mais estrito”, ou seja, a produção de historiadores, mas também focar “outras formas de expressão

²⁰⁰ GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 452.

²⁰¹ BARROS, José D, Assunção. *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013. p. 73.

²⁰² GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 80.

²⁰³ PUBLICAÇÕES. As mulheres de mantilha. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1871, p. 02.

²⁰⁴ GOMES, Angela de Castro. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERG, 2007. p. 46.

cultural que têm como referência o ‘passado’, como a literatura e o folclore, por exemplo.”²⁰⁵

Argumento reforçado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ao dar “às culturas indígenas desaparecidas estatuto de passado histórico”,²⁰⁶ e incentivar a pesquisa etnográfica com financiamento de viagens, como as realizadas por Gonçalves Dias, e os estudos da língua Tupi, fomentados pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, com a finalidade de encontrar “a origem dos índios brasileiros”.²⁰⁷ Esse também era o caso de Gonçalves Dias, que dedicou parte de sua poesia a estes temas, além de ter se envolvido com os estudos etnográficos do IHGB.

John Manuel Monteiro afirmou que a literatura de viés indianista foi produzida a partir de intenso diálogo com a etnografia, linha de pesquisa que emerge como seção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em meados do século XIX. No entanto, os debates em torno da etnografia já se faziam presentes desde os primeiros anos do século. Para Kaori Kodama, as primeiras discussões relativas às populações indígenas no oitocentos articulavam história, geografia e as ciências naturais, integrando o estudo da natureza brasileira e da constituição da nação pelo IHGB.

Nesse momento circularam textos que sinalizaram “para a compreensão dos índios como elementos vinculados ao conhecimento do espaço territorial do Império”, uma vez que, segundo Kodama, “onde não havia o mapeamento bem elaborado, punha-se em seu lugar a descrição dos habitantes selvagens do território.” Como exemplo, a historiadora menciona o *Dicionário Topográfico do Império do Brasil* (1834), de José Saturnino Costa Pereira, que se propunha a descrever todas as províncias brasileiras e notícias “das Nações Indígenas assim domesticadas, como selvagens, habitantes no território Brasileiro.”²⁰⁸ Na elaboração dos verbetes, a descrição das populações indígenas integrava a constituição da paisagem das

²⁰⁵ GOMES, Angela de Castro. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERG, 2007. p. 46.

²⁰⁶ ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 95.

²⁰⁷ CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos tângos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 327.

²⁰⁸ PEREIRA apud KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 31.

localidades, método que tomou forma também em outros gêneros escritos, como as corografias, mapas, itinerários e memórias, sob a perspectiva de que a “unidade deste território era professada na inclusão de todos os seus elementos internos como parte de uma mesma totalidade, inclusive os índios, cujo caráter geral muitas vezes era ressaltado por uma uniformidade.” Caso da “coincidência entre a extensão ocupada pelas tribos de origem tupi-guarani falantes da mesma ‘língua geral’, e a dimensão do território nacional seria um dos dados que reforçavam a tese da unidade.”²⁰⁹

Por outro lado, os debates suscitados sobre o índio no IHGB também procuravam dar respostas quanto a sua integração ou não ao Império. Nesse quesito reside a discussão sobre os chamados “índios bravos”, grupos indígenas que eram “progressivamente encontrados e guerreados nas fronteiras do Império”,²¹⁰ também chamados de Botocudos, e que representavam um desafio político em relação a sua administração pelo Império, uma vez que não se submetiam à ordem imperial.

No início do século, sob a égide portuguesa, para contornar essa situação, D. João VI implementou as “guerras justas” contra os Botocudos “para liberar para a colonização o vale do rio Doce no Espírito Santo e os campos de Guarapuava, no Paraná.”²¹¹ O entendimento expresso naquele momento era de que o nativo habitante do interior do Brasil era considerado um empecilho para a colonização, para tanto “existia uma Carta Régia que autorizava os brancos a afugentar os índios que se aproximassem das povoações”.²¹²

Contrário à essa medida, José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838) vocalizou a defesa da catequização e do aldeamento como estratégia de sujeição do indígena ao trabalho nos seus “Apontamentos para a civilização dos Índios bravos do Império do Brasil”. Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, para o patriarca da Independência, “a estratégia de construção do País exigia que se atraísse os índios com justiça e brandura, pois ele acreditava serem em tudo ‘capazes de civilização’.”²¹³

²⁰⁹ KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 31-34.

²¹⁰ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 61-62.

²¹¹ *Ibidem*, p. 63.

²¹² FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel Fabricio. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008. p. 51.

²¹³ OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 81.

No IHGB também surgiram vozes na esteira da proposta de José Bonifácio, como o texto “Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões”, de Januário da Cunha Barbosa (1780-1846). Nele, o escritor defendia a catequização como única orientação “de trazer os Índios da barbaridade de suas brenhas aos cômodos da sociabilidade”,²¹⁴ uma vez que entendia os autóctones a partir da concepção de “estado de natureza”, compreensão que olhava os indígenas a partir de

uma série de ausências: sem leis, sem domicílio, sem pátria, os indígenas são pura falta. O selvagem estaria no grau zero de sociabilidade (nomadismo), dominado pelos instintos primários de sobrevivência (coleta, caça e pesca). Sua condição está longe de servir como um contraponto idílico da sociedade civilizada, muito pelo contrário, ela o aproxima da animalidade.²¹⁵

Por meio dessa perspectiva “deduz-se a necessidade de direcionar o desenvolvimento das populações indígenas, indicando-lhes os passos necessários para a aquisição de um *habitus* que o projetasse para um estado de civilização.”²¹⁶

Manuela Carneiro da Cunha indica a existência de um “vazio de legislação” entre o início do Império e 1845 quanto à regulação da questão indígena. Nesse sentido, a implementação de leis indigenistas acontecerá apenas na década de 1840 com o “Regulamento acerca das missões de Catequese e Civilização dos Índios”.²¹⁷ Decretado em 24 de maio de 1845, o Regulamento, considerado o principal documento acerca da política indigenista do século XIX, “criou uma estrutura de aldeamentos indígenas, distribuídos por todo o território, sob a gestão de um diretor-geral de Índios”, nomeado pelo monarca, cujo objetivo estava alinhado com as ideias do Cônego Januário da Cunha Barbosa, que era a catequização, a educação, além do incentivo do cultivo da terra. Ademais, os funcionários dos aldeamentos deveriam monitorar “os contratos de trabalho, mantendo a tranquilidade e o policiamento dos aldeamentos, regulando o acesso de comerciantes, contactando índios ainda não

²¹⁴ BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. II, p. 03-18, 1840, p. 03-04.

²¹⁵ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 41.

²¹⁶ TURIN, loc. cit.

²¹⁷ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 65-68.

aldeados e controlando as terras indígenas”.²¹⁸ Essas orientações vinham ao encontro da “Lei de Terras” (1850), que autorizava o governo a considerar “devolutas todas as terras, portanto vagas para a colonização”,²¹⁹ sendo necessária a retirada das populações nativas para tal empreendimento.

Não há como descolar a participação do IHGB nos debates em torno do aldeamento, uma vez que muitos dos nomes que transitaram nesta celeuma legislativa integraram o Instituto, a exemplo Januário da Cunha Barbosa. Uma rápida pesquisa nos índices da Revista do Instituto demonstra estudos etnográficos direcionados à pesquisa histórica das experiências de aldeamentos, como os textos “Memória sobre as aldeias de índios da Província de S. Paulo, segundo as observações feitas no ano de 1798” (1842), de José Arouche de Toledo Rondon, e a “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro” (1854), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Este último, estudo de 446 páginas cuja primeira parte explica “a fundação e o desenvolvimento das várias aldeias e missões do Rio de Janeiro, entre os séculos XVI e XIX”, seguida de uma parte documental que reuniu “cem documentos, entre cartas de sesmarias, relatórios de diferentes autoridades civis, religiosas e militares e requerimentos e representações feitos pelos próprios índios”.²²⁰

No entanto, nem todos se posicionaram favoravelmente à política do aldeamento ou da catequização indígena, caso de José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), que na década de 1870 sinalizou entender que a catequização e o aldeamento comprometem a civilização do índio no sentido de ser uma passagem forçada da vida livre para o sedentarismo. Para ele,

Toda tentativa para civilizar índios, que não se assente sobre a base de fazer com que eles compreendam as vantagens de nossa civilização, o que só se pode conseguir gradualmente, e o ponto de partida é o ensino da língua, tudo que não for isto, como disse, e não me pejo de repeti-lo, é um atentado contra o senso comum.²²¹

²¹⁸ SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. p. 178.

²¹⁹ RODRIGUES, Cíntia Régia. A Política Indigenista entre o Império e os primórdios da República: Os Nativos no Rio Grande do Sul. *Territórios e Fronteiras*, v. 1, p. 128-144, 2008, p. 148.

²²⁰ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010, p. 65.

²²¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de Antropologia. Região e raças selvagens. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXXVI, p. II, p. 359-516, 1873, p. 514.

Portanto, Couto de Magalhães defendia o abandono da “política de concentração e aldeamento dos índios” pela implementação do uso da língua como instrumento civilizatório. Isso se deu através da “criação de um internato para crianças indígenas” no vale do rio Araguaia, com a intenção de torna-las intérpretes da sua língua e cultura para a efetivação do trabalho missionário. Manuela Carneiro da Cunha afirma que a experiência de Couto de Magalhães se configurou em projeto governamental para o Amazonas e ao Mucuri a partir de um programa de ensino de Nheengatu, “a velha língua geral dos jesuítas”, no entanto, a proposta não frutificou e permaneceu em silêncio durante a última década do regime imperial.²²²

Para além de Couto de Magalhães, a oposição à política de catequização e aldeamento também foi vocalizada pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Para Varnhagen, um caminho solúvel era o retorno das *Bandeiras*, com o objetivo de “conservar os terrenos assim conquistados da barbaria”. A defesa do retorno deste sistema de conquista por Varnhagen pode ser compreendida pela concepção que o historiador possuía do nativo, expresso nos seguintes termos: “Ora, os nossos índios, ou são cidadãos brasileiros ou não: para o serem não cumprem nenhuma das obrigações das leis, e andam vadiando e com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniforme, etc.”²²³ Além disso, o historiador também os considerava “como povos invariavelmente sem história e incapazes de cultivar laços sociais”²²⁴, o que justificaria igualmente sua exclusão do rol de membros civilizados.

Foi em meio a essas discussões que surge a etnografia no IHGB. Embora Varnhagen tenha se posicionado favorável a adoção de medidas mais duras contra o indígena, não há como desvinculá-lo do estabelecimento dos estudos etnográficos, visto que ele propôs, em 1840, a viabilização das pesquisas nos seguintes termos²²⁵:

²²² CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p. 68.

²²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Memorial orgânico oferecido à nação. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, t. I, Parte primeira, 1850, p. 393.

²²⁴ TURIN, Rodrigo. A “Obscura História” Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 96.

²²⁵ O leitor deve estar surpreso de encontrar Varnhagen como incentivador dos estudos a respeito do nativo brasileiro, já que o mesmo, em 1850, havia defendido o retorno das *Bandeiras*. Contudo, como a trajetória humana é recheada de contradições, a vida do historiador não poderia ser diferente. Como aponta Manoel Luiz Salgado Guimarães, quando da publicação das *Reflexões sobre a necessidade do estudo e do ensino das línguas indígenas do Brasil*, na Revista do IHGB, em 1841, Varnhagen “ainda acreditava ser a língua e a cultura dos índios fonte de uma literatura nacional recém-surgida, posição

Sendo de evidente necessidade, para se conhecer bem o Brasil e a sua história, que o Instituto tanto tem em vista promover, quaisquer noções especiais relativas aos indígenas deste território, as quais, além de pela sua natureza serem estranhas à geografia físicas e história política, demandam aprofundado espírito, e indivíduos que se votem com assiduidade, e quase exclusivamente, a obter e juntar esclarecimentos etnográficos acerca dos autóctones do Brasil.²²⁶

Para tanto, o historiador propôs a criação de uma seção destinada às pesquisas etnográficas, “a qual se ocupará dos nomes das nações (com a sinonímia quando a houver), suas línguas e dialetos, localidades, emigrações, crenças, arqueologia, usos e costumes, os meios de as civilizar, e tudo o mais tocante aos indígenas do Brasil”. Porém, a seção apenas será criada em 1847, e a partir da proposta de Manuel Ferreira Lagos (1816-1871), Manoel de Araújo Porto Alegre e Joaquim Norberto de Souza e Silva. Diante de tais debates e proposições, em 16 de setembro de 1847, foi aprovado a criação da seção de etnografia e arqueologia no IHGB que procurava inserir o indígena no mesmo plano de inteligibilidade do discurso histórico,²²⁷ porque na ótica oitocentista, por intermédio da investigação das populações autóctones “seria possível lançar luzes sobre um tempo remoto, onde esta terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo.”²²⁸

Para tanto, algumas frentes de pesquisa foram emplacadas, como a “busca pela especificidade histórica dessas populações” por meio da investigação das “suas origens, suas divisões, sua constituição, em que estado se encontravam quando da chegada dos portugueses”,²²⁹ caso da dissertação de Ignácio Accioli Cerqueira e Silva (1808-1865), publicada na Revista do IHGB em 1849,²³⁰ e também do trabalho de

que ele declinou em obras posteriores”, provavelmente após uma viagem realizada ao interior do Império em inícios da década de 1840, quando teria sido ameaçado por populações indígenas, situando o nativo, a partir deste incidente, segundo Arno Wehling, “no estágio ‘selvagem’ da humanidade” e se recusava a “atribuir aos indígenas a base da nacionalidade, como faziam os românticos.” Ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011. p. 143-144; WEHLING, Arno. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 164.

²²⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Relatório. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, t. III, p. 62-63, 1841, p. 62.

²²⁷ TURIN, Rodrigo. A obscura história indígena: o discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 90.

²²⁸ KODAMA, Kaori. A etnografia como um novo campo de saber na fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, a. 168 (437), pp. 155-181, out./dez. 2007. p. 167.

²²⁹ TURIN, op. cit., p. 90.

²³⁰ CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Dissertação histórica, etnográfica e política sobre: Quais eram as tribos aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brasil foi

Gonçalves Dias, *Brasil e Oceania* (1867). Além do interesse científico sobre a utilização do indígena como mão de obra, “a apropriação de suas terras e a previsão do futuro dos indígenas em muito aguçava a curiosidade de homens de letras e de ciências.”²³¹ Assim, em 1851, quando da publicação dos Novos Estatutos do IHGB, a etnografia passa a compor uma das dez comissões permanentes do Instituto, integrando a comissão de arqueologia, etnografia e línguas indígenas.²³²

Nessa perspectiva, “o estudo das línguas, deveria claramente auxiliar na explicação das origens dos índios brasileiros, a partir de suas relações com outros povos antigos”,²³³ como propôs Varnhagen na “Memória sobre a necessidade do estudo e ensino de línguas indígenas do Brasil”, publicada na Revista do IHGB em 1840 ou ainda o estudo *A origem turaniana dos americanos tupis-caraíbas e dos antigos egípcios. Indicado pela filologia comparada: traços de uma antiga migração na América, invasão do Brasil pelos tupis etc.*, publicado em 1876. Nele, Varnhagen argumentou, a partir da filologia e da etnografia, ter encontrado “semelhanças e analogias entre os tupis e os antigos egípcios”, entendendo tão logo que “os tupi eram o produto de um cruzamento entre os cários, povo navegador da Ásia Menor, de filiação turaniana ou oral-altaica, que teriam em grande parte emigrado para a América central, e povos indígenas, pertencentes à grande família mongólica.”²³⁴

Para Joaquim Norberto, o estudo da língua indígena auxiliaria na compreensão da divisão dos grupos indígenas Tupi e sua diferenciação com os outros povos que não falavam a “língua geral”. Nesse sentido, Norberto defendia a existência de um “grau de ‘pureza’ original da língua tupi”, de onde derivariam as subunidades indígenas: “As tribos guardariam nas suas línguas a trajetória de sua ‘fragmentação’

conquistado; que extensão de terreno ocupavam; quais emigraram e para onde; e, em fim, quais existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma província que era já a esse tempo desprovida de matas; quais são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruídas, e onde se conservam; quais as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animais as povoavam? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. v, v. 12, p. 143-257, 1849.

²³¹ JÚNIOR, Crenivaldo Regis Veloso. *Os “curiosos da natureza”*: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013. p. 17.

²³² KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 87.

²³³ *Ibidem*, p. 63.

²³⁴ CEZAR, Temístocles. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos tângos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 336.

com relação à nação original, pela corrupção que estas apresentariam sobre a língua original.”²³⁵

A perspectiva atribuída por Norberto ao estudo da língua Tupi nos conduz a outra preocupação etnográfica ao longo do século XIX: o estabelecimento das origens das populações indígenas, recorte que remonta a período anterior à “descoberta” e colonização portuguesa. Nesse quesito, Lilia Moritz Schwarcz anota que imperou, no IHGB, “uma perspectiva positiva e evolucionista, seja um discurso religioso católico, seja uma visão romântica, em que o indígena surgia representado enquanto símbolo da identidade nacional.”²³⁶

O prisma de integrar indígena e história do Brasil não era uma novidade em meados do século, uma vez que já Raimundo José da Cunha Mattos (1776-1839) aludira a tal perspectiva. Portanto,

Ao se incluir o estudo dos indígenas para dentro da História do Brasil, seria possível lançar luzes sobre um tempo remoto, onde essa terra estaria fixada de par com as antigas civilizações do mundo. Seria assim a partir de uma dupla inserção do índio como objeto de investigação: como elemento da paisagem natural brasileira – o que o recorta no espaço – e como parte da história dos povos antigos – o que o recorta no tempo – que seria legitimado o campo da etnografia dentro do Instituto Histórico.²³⁷

Assim, o interesse a respeito da historicidade dessas populações foi inscrito na divisão temporal assumida por letrados quando da discussão concernente aos períodos históricos vivenciados pelo país empreendida no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Logo após a sessão de abertura de seus trabalhos, o Instituto pautou a discussão sobre a “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”, texto em que o marechal Raimundo José da Cunha Mattos propôs a divisão da história brasileira em três épocas:

na 1ª trata-se dos aborígenes ou autóctones; com a 2ª compreendam-se as eras do descobrimento pelos portugueses, e da administração colonial; e a 3ª abrangem-se todos os acontecimentos nacionais desde o dia em que o

²³⁵ KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 110.

²³⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 111.

²³⁷ KODAMA, op. cit., p. 56.

povo brasileiro se constituiu soberano e independente, e abraçou um sistema de governo imperial, hereditário, constitucional e representativo.²³⁸

Nesse sentido, foram elaborados trabalhos que buscavam demarcar a periodização do Brasil. Os livros de História publicados no século XIX foram escritos a partir de semelhante ordenamento, caso da segunda edição de *História Geral do Brasil* (1877), do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que destinou a primeira seção do Tomo I à “Descrição do Brasil em geral”, incluído nela o capítulo a respeito “Dos índios do Brasil em geral”.²³⁹ Na primeira edição, o sumário não respeitava cronologicamente as épocas traçadas por Mattos, embora elas se fizessem presentes, como a época “dos aborígenes ou autóctones”, que em 1854 integrou a seção VIII de *História Geral do Brasil*.²⁴⁰

Em 1872, José de Alencar publicou como prefácio ao romance *Sonhos d'ouro*, o texto intitulado “Benção Paterna”. Nele, o romancista historicizou a história brasileira por intermédio de sua escrita ficcional, chamando este processo de fases orgânicas da literatura nacional. Alencar propôs três períodos que se aproximam da proposta de Mattos: “a primitiva, que se pode chamar aborígene”; “o segundo período é histórico; representa o consórcio do povo invasor com a terra americana”; e o terceiro, “a infância de nossa literatura, começada com a independência política, ainda não terminou”.²⁴¹ Tanto Mattos quanto Alencar defenderam a existência de uma primeira época para a História do Brasil assentada nas populações autóctones. Essa escolha não pode ser desarticulada de seu viés político, pois atribuía à populações de culturas diversas a gênese de um país que se queria uno, uma vez que cada sociedade “reescribe el pasado, ‘elige’ su pasado preferido y lo representa de acuerdo com sun intereses y com sun modelos psicológico-culturales.”²⁴²

Desse modo, o estabelecimento da etnografia no IHGB seria a “lente” que forneceria o “conhecimento das populações indígenas do território, e que realizava ao

²³⁸ MATTOS, José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXVI, p. 121-143, 1863, p. 129.

²³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. T. I.

²⁴⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1854. T. I.

²⁴¹ ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. t. 1. p. XIII-XIV.

²⁴² FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003. p. 37.

mesmo tempo o mapeamento das diferentes ‘tribos’ e ‘nações’ que cobriam a vastidão do Império.”²⁴³ Para organizar esse conhecimento, tanto do passado como do presente, a seção passou a investir em coligir, como previa o Instituto, “cartas, memórias, relatórios, estudos de vocabulários e um vasto acervo de fontes coloniais sobre os índios.”²⁴⁴ Além da solicitação do compartilhamento de informações a respeito das populações indígenas de cada região aos presidentes de província, no afã de elaborar o mapeamento e reconhecimento do território brasileiro, pois “a pluralidade das diferentes “nações” ou “tribos” indígenas, por seu sentido unido à história de uma província, ou seja, como parte de um primeiro povoamento do território do atual Império.”²⁴⁵

Atualmente, a etnografia consiste “na observação e análise de grupos humanos tomados em sua especificidade [...], visando a restituição, tão fiel quanto possível, do modo de vida de cada um deles.”²⁴⁶ Para alcançar o escopo previsto pelos estudos etnográficos, o pesquisador trilha alguns caminhos pautados pelo método da disciplina, como o trabalho de campo pautado na observação e inserção em uma determinada experiência de um grupo, ou seja, o “contato direto e prolongado com o Outro”, além da formação teórica e a transposição da experiência em uma narrativa escrita. Durante grande parte do século XIX, o estudo das populações indígenas não se deu majoritariamente por intermédio da observação, mas sim através dos relatos de viagem e de cronistas, fase chamada por Urbi Montoya de antropologia de gabinete,²⁴⁷ expressão a que recorreremos para o título deste trabalho. Um exemplo claro desse procedimento diz respeito a escrita etnográfica de Gonçalves Dias, cujo trabalho científico “era realizado por meio de leituras e comparações entre os relatos de viajantes e naturalistas implicando hipóteses sobre o desenvolvimento e difusão das culturas.”²⁴⁸ Movimento que também aconteceu na Europa, como salienta a antropóloga Eunice Ribeiro Durham, ao dizer que

²⁴³ KODAMA, Kaori. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. p. 100.

²⁴⁴ MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010, p. 59-60.

²⁴⁵ KODAMA, op. cit., p. 100.

²⁴⁶ LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 14.

²⁴⁷ URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*. São Paulo, n. 11, p. 01-13, 2012. p. 07.

²⁴⁸ MARCOLIN, Neldson. Gonçalves Dias, etnógrafo. *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, ed. 179, jan. 2011. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/gon%C3%A7alves-dias-etn%C3%B3grafo/>>. Acesso 29 jul. 2021.

até o fim do século XIX, a quase totalidade dos antropólogos jamais havia sequer visto um representante dos chamados povos primitivos sobre os quais escreviam. Seus trabalhos baseavam-se em material histórico e arqueológico sobre as civilizações clássicas e orientais e em informações sobre sociedades tribais contidas em relatos de viajantes, colonos, missionários e funcionários dos governos coloniais.²⁴⁹

No entanto, isso não permite afirmar a inexistência de viagens científicas ao longo do século XIX, uma vez que o próprio Gonçalves Dias integrou, em 1859, uma viagem cujo objetivo era “o estudo dos indígenas e a coleta, em cartórios e arquivos, de documentos e informações referentes aos locais visitados entre 1859 e 1861.”²⁵⁰ As poucas expedições de observação direta da vida indígena se ampliam a partir da década de 1870, “quando a autópsia ganha importância na etnografia para contrapor o ‘ideal’ ao ‘real’”, em oposição aos estudos “baseados, majoritariamente, na leitura e crítica dos testemunhos.”²⁵¹ Caso do texto publicado por Couto de Magalhães em 1873, *Ensaio de Antropologia. Região e raças selvagens*, baseado em grande medida em suas experiências de viagem.²⁵² Desse modo, implicado nesse debate estava os investimentos em pesquisas quanto à possibilidade de assimilação indígena pela civilização e sua tutela através do aldeamento e da catequização, como o pedido do Imperador a Gonçalves Dias que resultou no trabalho *Brasil e Oceania*.

²⁴⁹ DURHAM, Eunice Ribeiro. Vida e Obra. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos na Nova Guiné Melanésia*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. IX.

²⁵⁰ SÜSSEKINK, Flora. O escritor como genealogista: a função da literatura e alíngua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994, p. 453.

²⁵¹ TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. p. 96.

²⁵² MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de Antropologia. Região e raças selvagens. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXXVI, p. II, p. 359-516, 1873.

3 UBIRAJARA (1874): UM ROMANCE CONTRA A “AVERSÃO” AO “ELEMENTO INDÍGENA DE NOSSA LITERATURA”

3.1 O SILENCIAMENTO DOS “ECOS DA FLORESTA”: A FALÊNCIA DO INDIANISMO ROMÂNTICO NA LITERATURA BRASILEIRA?

Dentre as atribuições do cargo de Ministro da Justiça estava o controle da Guarda Nacional, milícia criada no período regencial através da Lei de 18 de agosto de 1831 para, segundo seu Artigo 1º, “defender a Constituição, a liberdade, Independência, e Integridade do Império; para manter a obediência e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.”²⁵³ Por conseguinte, durante seu mandato, José de Alencar era responsável por essa força de segurança, que se estendia da nomeação de oficiais até deliberações de demandas apresentadas pelos presidentes de província, a exemplo da definição do uniforme da Guarda Nacional.

Nesse quesito, o jornal *A Reforma*, na sua edição de 23 de dezembro de 1869, trouxe em sua coluna “Crônica Geral” um comentário sobre a solicitação do presidente da província do Espírito Santo no seguinte teor: “se era possível fardar a guarda nacional daquela província com casimiras mais risonhas, do que aquelas, que atualmente servem para o uniforme dos batalhões.”²⁵⁴ Esse pedido inscrevia-se no bojo de decisões a cargo do Ministério, como já acontecera por meio do Decreto nº 3842 de 17/04/1867, assinado pelo ministro Martim Francisco Ribeiro de Andrada, que alterou os trajes da Guarda de Pernambuco em atendimento à representação do Presidente daquela Província.²⁵⁵ E o próprio Alencar, que atendeu o pedido do Presidente da Província de São Paulo a respeito do uso do uniforme pelos batalhões de infantaria.²⁵⁶ O texto publicado em *A Reforma* tratou a questão em tom jocoso, especialmente ao aludir sobre o projeto de um “*novo uniforme geral*” para a Guarda, que, segundo o periódico, o então Ministro da Justiça (José de Alencar) defendia ser

²⁵³ LEI de 18 de agosto de 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso em 12 ago. 2020.

²⁵⁴ CRÔNICA Geral. *A Reforma*: órgão democrático. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1869, p. 01.

²⁵⁵ DECRETO nº 3.842, de 17 de abril de 1867. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/402397/publicacao/15818965>>. Acesso em 19 ago. 2020.

²⁵⁶ DECRETO nº 4.426, de 20 de outubro de 1869. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D4426-1869.htm>. Acesso em 19 ago. 2020.

“feito de penas de avestruz e peles de sucuruju”, ao lembrar do “indianismo que tanto tem posto em voga”.²⁵⁷

Se verídico ou não, o importante desse recorte de jornal é a menção ao indianismo e sua ligação com José de Alencar, que há quatro anos publicara o romance *Iracema*, onde a heroína homônima ao título do livro, tecera uma “arassoia”, que segundo Alencar era um “vestido de penas de arara.”²⁵⁸ Ao supor que Alencar tenha sugerido a utilização de penas para a confecção do uniforme da Guarda Nacional, o articulista empregou uma linguagem cômica para satirizar o ministro da justiça, escolha que não pode ser desvinculada do enfraquecimento do indianismo romântico nesse período, especialmente na eficácia de representar elementos nacionais, no caso levantado pelo jornal, a Guarda Nacional.

Angela Alonso comentou que as posições desfavoráveis ao indianismo romântico emergiram nos anos 1860 e recrudesceram nas décadas seguintes, integrando um conjunto de críticas ao “*status quo* imperial”²⁵⁹ sustentado pela escravidão, o Romantismo, o Poder Moderador, a Igreja e a própria monarquia. Essa movimentação ocupou o cenário público pela imprensa e o palanque político, e teve como pontapé, segundo Alfredo Bosi, o fim do tráfico escravo em 1850, que acelerou “a decadência da economia açucareira; o deslocar-se do eixo de prestígio para o Sul e os anseios das classes médias urbanas”, ao fomentaram “ideias liberais, abolicionistas e republicanas.”²⁶⁰ Sem esquecer o impacto do longo conflito com o Paraguai (1864-1870), apontado como fator decisivo para o enfraquecimento do Império. Conforme José Murilo de Carvalho, “à medida que a guerra se prolongava, o entusiasmo que de início alimentou o voluntariado se esvaneceu e a opinião pública passou a ter dúvidas quanto à conveniência de continuar o conflito.”²⁶¹ Ao final da guerra, além da enorme dívida decorrente, houve a “emergência ulterior do Exército como força organizada e ideologicamente marcada por ideias republicanas,”²⁶² culminando com o golpe que destituiu a monarquia no Brasil em 1889.

²⁵⁷ CRONICA Geral. *A Reforma*: órgão democrático. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1869, p. 01.

²⁵⁸ ALENCAR, José de. Carioba (Notas). In: ALENCAR, José de. *Iracema*: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Tip. de Vianna & Filhos, 1865. p. 177.

²⁵⁹ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 101.

²⁶⁰ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015. p. 173.

²⁶¹ CARVALHO, José Murilo de. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 106.

²⁶² MOTA, Carlos Guilherme Mota. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 24, p. 242-254, mai./ago., 1995, p. 252.

Desse modo, os grupos críticos que se formaram a partir de meados de 1860 passaram a questionar os sustentáculos imperiais. Quanto ao Romantismo, as críticas se direcionaram hegemonicamente à questão estética e ao indianismo, especialmente ao declarar o malogro em assentar a nacionalidade brasileira a partir da criação do mito que localizava as origens da nação no encontro entre o índio e o português. Bosi anotou que por meio da infiltração das ideias ditas realistas, houve um esforço de “objetividade que responde aos métodos científicos cada vez mais exatos nas últimas décadas do século.”²⁶³

A disposição destes letrados em desestimular as narrativas românticas se dava em meio a um cenário de conexões intelectuais com a Europa e as modificações da realidade social brasileira. A década de 1870 observou o crescimento do diálogo com vertentes teóricas estrangeiras, como o positivismo, o darwinismo e o liberalismo, que configuraram novas interpretações político-sociais e literárias ao Brasil. Em prefácio a livro póstumo de Tobias Barreto (1900), Sílvio Romero afirmou, retrospectivamente, que as três décadas anteriores testemunharam “um bando de ideias novas [que] esvoaçavam sobre nós de todos os pontos do horizonte”.²⁶⁴

Dentre os nomes que “esvoaçavam” sobre as mentes dos literatos estavam o francês Hippolyte Taine, que salientava “que o matiz literário residiria na habilidade de o escritor conjugar frações comedidas de imaginação à fiel reprodução da realidade.”²⁶⁵ Angela Alonso acrescenta, além de Taine, Émile Littré, Pierre Laffitte, Jules Simon, Ernest Renan, Paul Leroy-Beaulieu, todos divulgadores do evolucionismo conectado à política. Deles, os letrados brasileiros absorveram

uma teoria evolucionária da história, organizando a sociedade numa escala de desenvolvimento econômico, complexificação social, secularização, expansão da participação política, bem como uma teoria da mudança política, recomendando a racionalização das tarefas político-administrativas e a delegação do poder político a uma elite ilustrada, orientada pela ciência.”²⁶⁶

²⁶³ BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015. p. 177.

²⁶⁴ ROMERO, Sílvio. Explicações Indispensáveis. Disponível em: <<http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2010/11/explicacoes-indispensaveis-1.html>>. Acesso em 15 set. 2020.

²⁶⁵ RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro*: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 82.

²⁶⁶ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento*: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 97.

Chamada de “Geração 1870”, esse grupo, concebido sob a designação de reformistas pela socióloga Angela Alonso, produziram, a partir da apropriação de ideias europeias, “textos de intervenção no debate público, o que fica claro em seus assuntos: são avaliações dos pilares da tradição imperial, do indianismo, do liberalismo, do catolicismo e de suas instituições, sobretudo a monarquia centralizada e a escravidão.”²⁶⁷

Em 1880, Sílvio Romero publicou o livro *A literatura brasileira e a crítica moderna*, compilado de ensaios publicados originalmente na imprensa jornalística de Recife, entre 1869 e 1876. Impresso no Rio de Janeiro, Romero teceu comentários ao Romantismo Brasileiro, vertendo críticas veementes ao indianismo, projeto literário que em sua opinião se confundia com a “sede de ser brasileiro”. Tanto é, que afirmava não ser “difícil ouvir, por essas tão animadas reuniões, algum moço que exclama: a nossa literatura nacional, como os *tacapes*, brasileira, como o *sabiá!*”²⁶⁸

Treze anos antes da publicação do livro de Romero, já circulavam na imprensa carioca ensaios que colocavam em dúvida a perspectiva romântica. Um deles, sem identificação autoral e publicado em 1867 no *Diário do Rio de Janeiro*, problematizava as seguintes questões: “há no Brasil uma literatura nacional? Quais os seus elementos?” Embora o autor não se oponha a inserção do indígena na literatura, bem como a “qualquer objeto do nosso solo”, defendia que nem o indígena e nem a fauna brasileira “dizem o que sentimos e pensamos: não podem significar a vida do nosso *eu* nacional.”²⁶⁹

Sob prisma semelhante, Sílvio Romero assentaria que “o índio não é o brasileiro” e também não representaria no país “o que em França significava o velho fundo de população gaulesa, o terceiro estado, o povo que fez a Revolução.” Romero argumentava que o indígena não compartilhava dos mesmos interesses do brasileiro, concepção que excluía o nativo da caracterização nacional. Assim, concluía que “a força primária do *brasileiro* e não os do gentio que devem constituir a poesia, a literatura nacional.”²⁷⁰

²⁶⁷ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 98.

²⁶⁸ ROMERO, Sílvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial – De João Paulo Ferreira Dias, 1880. p. 143.

²⁶⁹ FOLHETIM do Diário do Rio. Gonzaga ou a Revolução de Minas. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 02.

²⁷⁰ ROMERO, op. cit., p. 42-43.

O âmago dos comentários de Romero e do escritor anônimo do *Diário do Rio de Janeiro* evocava o princípio da proximidade da narrativa literária com o real. Enquanto o artista romântico procurava “idealizar a realidade”,²⁷¹ os letrados antirromânticos pregavam as “necessidades objetivas do ambiente”,²⁷² por meio da descrição da realidade presente. Perspectiva anotada também por Joaquim Nabuco ao traduzir o que entendia ser a literatura brasileira: “Há alguma coisa mais que realizar para uma literatura ser nacional, é expressar o estado da sociedade, que nela se reflete.”²⁷³

Proposição que se repetirá na década de 1870 nas vozes de outros, contra as quais Alencar protestaria em *Ubirajara*. Silvio Romero assentou como “falso [o] sentimento de nacionalidade” originado no indígena. Assim, para ele, a literatura romântica “apostou-se a desdenhar os outros elementos da vida nacional, concentrando-a exclusivamente no caboclo.”²⁷⁴ Na atenuação do argumento de Romero estavam Félix Ferreira, que em artigo publicado no jornal *A Regeneração* (21/11/1866), sustentou que a literatura brasileira era composta por obras além das indianistas,²⁷⁵ e Machado de Assis, no ensaio intitulado *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade* (1873), onde asseverou “que não está na vida indiana todo o patrimônio da literatura brasileira”, porque “os costumes civilizados, ou já do tempo colonial, ou já do tempo de hoje, igualmente oferecem à imaginação boa e larga matéria de estudo.”²⁷⁶

Na mesma perspectiva localizava-se José de Alencar ao escrever “Benção Paterna”, prefácio ao romance *Sonhos d’ouro* (1872). Embora Alencar tenha protestado contra a exclusão do indígena na literatura em *Ubirajara*, sua posição não restringia a literatura romântica ao indianismo, porque a poesia nacional não estava restrita aos “ecos da floresta”, mas também presente nas “singelas cantigas do povo

²⁷¹ COUTINHO, Afrânio. O movimento romântico. In: COUTINHO, Afrânio (dir.). *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Sul Americana S. A., 1956. v. I, t. II. p. 566.

²⁷² BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015. p. 184.

²⁷³ NABUCO, Joaquim. Literatura. Camões e os Lusíadas. *A República: órgão diário do Partido Republicano*. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1872, p. 04.

²⁷⁴ ROMERO, Silvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial – De João Paulo Ferreira Dias, 1880. p. 10-11.

²⁷⁵ MUNDIM, Larissa Alves. *Nos laboratórios de Clío: política, indianismo e história na poesia de Machado de Assis*. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

²⁷⁶ ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/95_a034209a67594696a9b556534ff73116>. Acesso em 22 set. 2020.

e nos íntimos serões da família”.²⁷⁷ Raciocínio retomado por Machado de Assis no ano seguinte ao afirmar que “os costumes do interior são os que conservam melhor a tradição nacional”,²⁷⁸ diante da perspectiva que leva em conta que os costumes daquela localidade não foram corrompidos. Desse modo, emergia uma tradição que deslocava a base da nacionalidade brasileira do indianismo de teor colonial para o sertão, privilegiando as regiões do interior como espaço “retentor da vida genuína do brasileiro”,²⁷⁹ frente às localidades do litoral, como o Rio de Janeiro, formada pelo intercâmbio de nações europeias com o Brasil, circunstância que nas palavras de Machado de Assis, trazia à capital do país, “uma feição mista e ademanos diferentes.”²⁸⁰

Essa interlocução influenciou na escrita literária, tanto foi que José de Alencar afirmou que *Sonhos d'ouro* era um romance que residia entre “o espírito conterrâneo e a invasão estrangeira”. Porém, essa característica não permitia “taxar estes livros de confeição estrangeira”. Ambientado no Rio de Janeiro, *Sonhos d'ouro* deslindava a “fisionomia da sociedade fluminense”, que naquele momento constituía-se por meio das relações entre costumes brasileiros, franceses, ingleses, italianos e alemães.²⁸¹ Portanto, “Benção Paterna” fornece importante chave de leitura para a compreensão da noção de literatura brasileira para J. de Alencar. Embora indianista, Alencar não restringia o Romantismo ao indianismo. Ao dispor sua produção romanesca de maneira à esquematizar o processo histórico brasileiro pela ficção, Alencar evidenciava a necessidade de conjugar os mais diversos caracteres na gênese do Brasil como nação.

Foi neste ambiente letrado que *Ubirajara* (1874) veio a lume no Rio de Janeiro (Figura 2), publicado por intermédio da então importante editora Garnier, com quem o romancista firmou contrato em 1870 para a publicação de seus romances. A redação do contrato previa a “compra e venda da propriedade definitiva das obras de Alencar por Garnier”, que já publicava seus livros desde 1864, como a republicação de O

²⁷⁷ ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. T. 1. p. XIV.

²⁷⁸ ASSIS, Machado. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/95_a034209a67594696a9b556534ff73116>. Acesso em 22 set. 2020.

²⁷⁹ FIGUEIRA, Lauro Roberto do Carmo. O discurso da brasilidade na encarnação indianista, sertanista e regionalista. *Contexto*. Vitória, n. 26, p. 171-194, 2014/2, p. 186.

²⁸⁰ ASSIS, op. cit.

²⁸¹ ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. T. 1. p. XV.

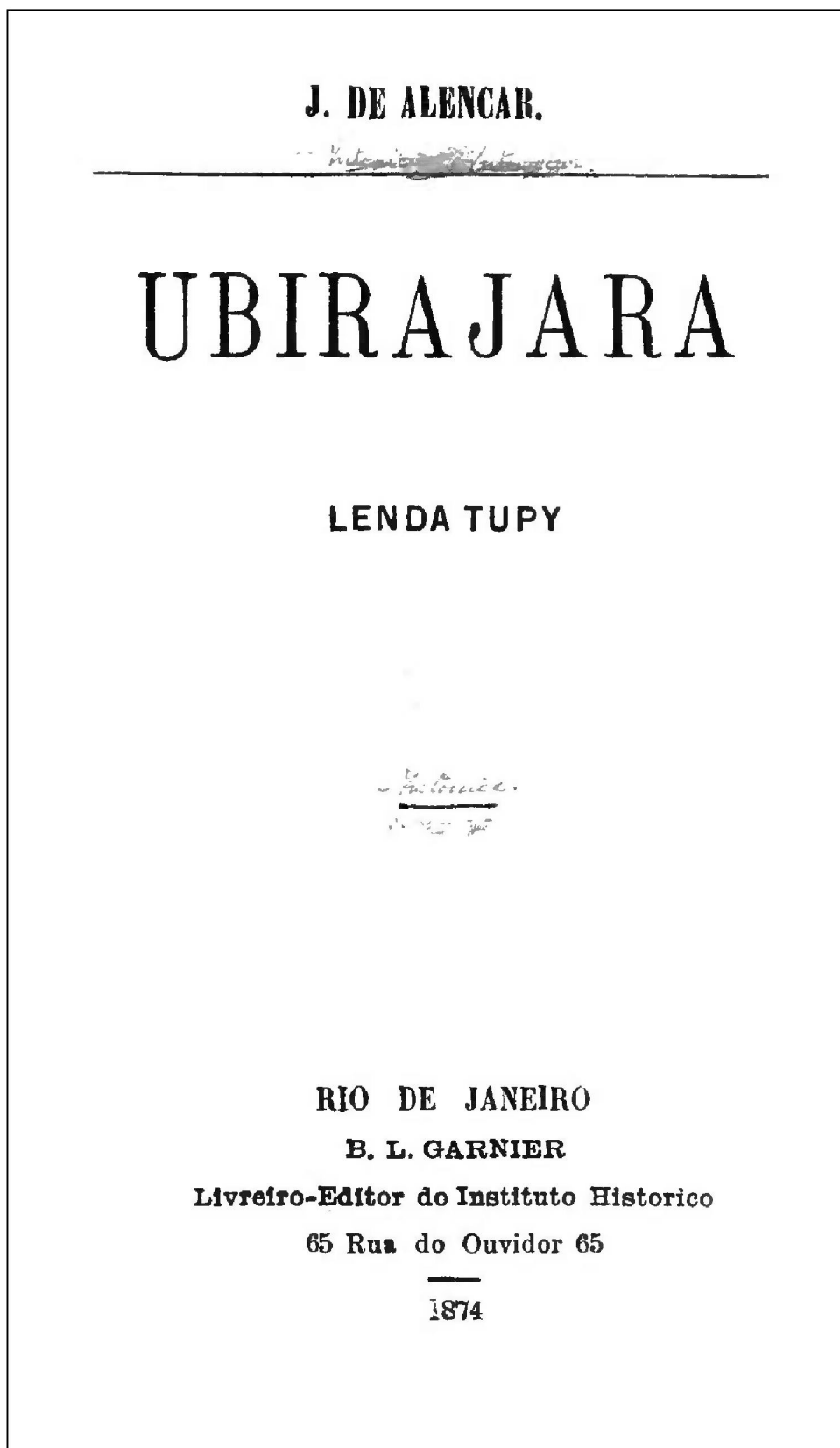
demônio familiar e de *Verso e reverso*, bem como o romance inédito *Diva*. Portanto, a partir do contrato de 1870, Garnier “passou a ser o editor exclusivo de Alencar, das antigas e também das novas obras que compunha, a partir do contrato assinado em maio daquele ano”, que garantia ao editor exclusividade a romances de um até dois volumes.²⁸² Segundo Antonio Candido, esse contrato assegurou a publicação de doze romances e um drama em seis anos²⁸³ e uma soma de “10:500\$000 (10 contos e quinhentos mil reis)”, cujo valor pode ter sido maior, pois alguns documentos sobre a venda de livros à Garnier não estão disponíveis. Segundo Valéria Cristina Bezerra, que realizou cuidadoso levantamento a respeito das relações entre Alencar e Garnier, com apenas o valor mencionado, o romancista “poderia comprar, por exemplo, duas casas com chácara (num tempo em que poucos tinham sua casa própria) e ainda sobraria um bom troco.”²⁸⁴

²⁸² BEZERRA, Valéria Cristina. *Entre o nacional e o estrangeiro: José de Alencar e a constituição da literatura brasileira em cenário internacional*. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. p. 30-31.

²⁸³ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981. v. 2. p. 222.

²⁸⁴ BEZERRA, op. cit., p. 32.

Figura 2: Capa do romance *Ubirajara* (1874)



Acervo: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin

Valéria Bezerra informa que até a morte de Alencar (1877), *Ubirajara* conheceu apenas uma edição,²⁸⁵ informação desafinada com o estudo de Ingrid Schwamborn (1990), que chamou a publicação de 1875 de segunda edição do romance. Esse desencontro se dá porque o frontispício da segunda impressão de *Ubirajara* não informou ser nova edição, alterando-se apenas o ano da publicação. No entanto, Schwamborn reconheceu uma distinção entre as duas impressões: o acréscimo, em 1875, da “Advertência” e das numerosas “Notas”.²⁸⁶ A pesquisadora não trouxe informações que demonstrem seu argumento, embora a hipótese seja viável se levamos em conta que tanto a Advertência quanto as Notas foram adicionadas após o texto literário, o que poderia ser um ajuste tipográfico sem alterar o corpus do livro já composto pelos tipos móveis. Todavia, no catálogo de livros oferecidos de forma digital pela *Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin*, a edição de *Ubirajara* impressa em 1874 já trazia os elementos paratextuais atribuídos por Schwamborn apenas à edição de 1875.²⁸⁷

Pouco estudado pela historiografia literária, este romance é relevante para compreender o posicionamento do romancista frente às críticas à literatura romântica, com atenção especial ao indianismo. Dividido em nove capítulos e por um longo paratexto formado por uma Advertência e sessenta e seis notas compostas por menções a escritores coloniais e extensos comentários, *Ubirajara* foi escrito como um protesto frente à “aversão para o elemento indígena de nossa literatura”, que configuraria para Alencar, a partir do amálgama com a natureza, “o berço de nossa nacionalidade”.²⁸⁸

Ao figurar exclusivamente personagens indígenas em *Ubirajara*, o romancista contribuía para a reafirmação do nativo enquanto matéria romanesca e também dava ao leitor amostras do cotidiano indígena, figuração que respondia a críticos do indianismo que colocaram em dúvida a existência de uma sociedade organizada em período anterior ao desembarque dos invasores. Dentre aqueles que desmereciam a cultura indígena, estava o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, que anotou em

²⁸⁵ Segundo gráfico elaborado a respeito das “Edições das obras de José de Alencar entre 1856 e 1877”. In: BEZERRA, Valeria Cristina. *Entre o nacional e o estrangeiro: José de Alencar e a constituição da literatura brasileira em cenário internacional*. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. p. 33.

²⁸⁶ SCHWAMBORN, Ingrid. *A recepção do romance indianista de José de Alencar*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1990. p. 175-176.

²⁸⁷ Ver: < <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4669>>. Acesso em 23 ago. 2021.

²⁸⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 190; 159.

História Geral do Brasil (t. II) viverem os nativos em “atraso social”, “sem leis preventivas, superiores às paixões momentâneas, nem penas contra os infratores dessas leis”,²⁸⁹ o que, por consequência, impediria os indígenas de figurarem como os “verdadeiros brasileiros” e “legítimos representantes, no passado, da nacionalidade atual”,²⁹⁰ como propunha a literatura romântica. Posição similar àquela defendida anos depois por Silvio Romero, quando disse que “aquele povo não tinha o sentimento profundo e apaixonado da pátria; não palpitava nele, ao menos o valor de heróis, que inspirara uma página bela da história da Grécia, a dignidade de fugir combatendo, que nobilitou a retirada dos *Dez Mil!*”²⁹¹ Nesse sentido, para contrariar críticas desse matiz, *Ubirajara* demonstrou o funcionamento da sociedade indígena por intermédio da ficcionalização das estruturas organizacionais e a agência nativa, sustentado por um viés etnográfico.

Sob a pena alencariana, certamente *Ubirajara* seria classificado como parte da fase denominada “primitiva”, especialmente porque o romance traçou “lendas e mitos da terra selvagem e conquistada”.²⁹² Mesmo que *Ubirajara* não apresente um recorte temporal aos moldes ocidentais, como costumemente acontecia com romances históricos (século, ano, mês e dia), rigor cronológico que seria “preciso para enfiar com verdade a história dos acontecimentos que em breve vai ler”,²⁹³ segundo o narrador de *O sargento-mor de Vilar*, a ficcionalização do passado indígena estava inscrita na História do Brasil à luz da prática historiográfica do IHGB.

A produção literária indianista pautou-se em grande medida no método etnográfico de perscrutar os registros coloniais, como bem demonstram a publicação dos *Primeiros Cantos* (1846) e a apropriação de documentos semelhantes na escrita de *A Confederação dos Tamoios* (1856). José de Alencar também empreendeu estudos etnográficos, como bem registram os biógrafos e o próprio romancista em *Como e porque sou romancista*. Em *O Guarani*, Alencar mobilizou um universo de cronistas e viajantes também mencionados nos estudos empreendidos no IHGB no

²⁸⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1857. p. XVI-XVII.

²⁹⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1857. p. XV.

²⁹¹ ROMERO, Silvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial – De João Paulo Ferreira Dias, 1880. p. 41-42.

²⁹² ALENCAR, José de. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. t. 1. p. XIII-XIV.

²⁹³ GAMA, Arnaldo. *O sargento-mor de Vilar: episódios da invasão dos franceses em 1809*. 2ª ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945. p. 92.

afã de “falar das cousas da nossa terra dos primeiros tempos da colonização, e de misturar algumas reminiscências históricas aos costumes indígenas.”²⁹⁴

Em *Ubirajara*, embora redigido em meio as alterações metodológicas dos estudos etnográficos, em sua feitura predominou a apropriação de cronistas, missionários, viajantes e historiadores, em decorrência da temática e do recorte temporal ficcionalizado, vinculando o romance à etnografia de gabinete. Ao figurar apenas indígenas, o romance dava ao leitor oitocentista uma amostra da vida dessa população em período anterior à chegada das naus lusas, por intermédio da ficcionalização do cotidiano das etnias Araguaia e Tocantim às margens dos rios homônimos. Ao romance, foram adicionados um conjunto de sessenta e seis notas e uma Advertência de caráter prefacial, paratexto utilizado “para informar acerca de su proyecto semántico, pragmático, y para aclarar los términos del contrato de lectura.”²⁹⁵

Segundo Gérard Genette, são nas notas que “encontram-se definições ou explicações de termos usados no texto” e também “referências de citações, indicações de fontes, exibição de autoridades de apoio, de informações ou de documentos confirmativos e complementares.”²⁹⁶ Nesse sentido, em *Ubirajara*, as notas ocupam valioso espaço como suporte de demonstração das marcas de referências históricas e de reflexões filosóficas, ou seja, dos “aspectos não-ficcionais da narrativa.”²⁹⁷

Embora o romance não acomode as cicatrizes das citações em seu corpus textual, o entrecruzamento entre enredo e o paratexto evidencia as marcas intertextuais de *Ubirajara* e o gesto da leitura que, segundo Antoine Compagnon, “repousa em uma operação inicial de depredação e de apropriação de um objeto que o prepara para a lembrança e para a imitação, ou seja, para a citação.”²⁹⁸ Portanto, foi por intermédio da costura de informações históricas com a idealização romântica que as personagens indígenas foram figuradas, assegurando que a “especificidade histórica do tempo da ação [condiciona] o modo de ser e de agir das personagens”,²⁹⁹ como diz Marilene Weinhardt.

²⁹⁴ ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893, p. 45.

²⁹⁵ FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003. p. 169.

²⁹⁶ GENETTE, Gérard. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009. p. 286.

²⁹⁷ Ibidem, p. 292.

²⁹⁸ COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1996. p. 14.

²⁹⁹ WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Letras*, Curitiba, n. 43, pp. 49-59, 1994. p. 51.

Para tanto, a fim de garantir o caráter verossímil, tanto das personagens quanto dos cenários, o romancista se debruçou sobre o estudo dos relatos produzidos pelos primeiros cronistas coloniais, missionários, viajantes e também de historiadores do século XIX. Ao longo das notas de *Ubirajara*, o romancista citou Gabriel Soares de Sousa, Simão de Vasconcellos, Robert Southey, Ives d'Evreux, Gaspar Barloeus, Alfred Mauray, Orbigny, Jean de Lery, Humboldt, Dr. Coutinho, Guilherme Piso, Pomponius Mela, Hans Staden, Ferdinand Denis, Santa Rita Durão, Marcgraft, Claude Abbeville, Gumilha, São Jeronimo, o Padre João Daniel e Gonçalves Dias.

O fato de o romancista ter mencionado escritores coloniais não pode ser desvinculado de “serem essas as fontes de consulta obrigatórias para quem quer que pretendesse escrever sobre o Brasil colonial”³⁰⁰ ou mesmo de período anterior. O acesso a muitos destes documentos se deu por intermédio do esforço do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, desde sua criação em 1838, tinha por objetivo “coligir e metodizar os documentos históricos e geográficos interessantes a história do Brasil”.³⁰¹ Nesse projeto não se pode ignorar a participação do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen que mediou, através de sua carreira na diplomacia, a busca e a publicação de documentos estrangeiros pelo Brasil. Muitas das viagens empreendidas por Varnhagen ao longo de sua trajetória diplomática, foram acrescidas por paradas em alguns países da Europa e da América com a finalidade da coleta de documentos. Ademais, as mesmas viagens serviram para confirmar ou não descrições dos relatos de viajantes do período colonial.

Coube ao historiador a pesquisa e a determinação autoral do manuscrito do cronista colonial Gabriel Soares de Sousa, após “quase três séculos entre o anonimato ou a ignorância de seu verdadeiro autor.”³⁰² Para realizar esta tarefa, o organizador percorreu a Europa em busca dos manuscritos originais, já que havia encontrado “17 cópias distintas em várias bibliotecas e arquivos [e] em acervos públicos e privados.”³⁰³ O método adotado por Varnhagen para conferir credibilidade ao manuscrito foi “a comparação entre os vários exemplares, por intermédio da

³⁰⁰ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 192.

³⁰¹ SOBRE a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, 1839, p. 06.

³⁰² CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista* (UFPel), Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000.

³⁰³ MONTEIRO, John Manuel. Unidade, diversidade e a invenção dos índios entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História*, USP, 149, 2003, pp. 109-137, p. 122.

verificação de datas, nomes nativos da fauna e da flora, de aspectos da população e do cotejo com outras fontes.”³⁰⁴ Esta crítica documental tornou possível a publicação em 1851 do manuscrito no formato de livro intitulado *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, dividido em duas partes, a primeira com descrições do Brasil e a segunda com descrições da Bahia, local onde o cronista manteve um engenho, além de um metatexto composto por duzentas e setenta notas redigidas por Varnhagen.

Dado a relevância das descrições da flora e fauna brasileira, bem como das populações nativas, a crônica de Gabriel Soares de Sousa converteu-se no século XIX em *fonte histórica* de relevância para a pesquisa histórica e etnográfica, além da produção literária. Status que se estendeu a outros documentos, como os dos missionários franceses Jean de Léry e Yves d’Evreux, cujos relatos tiveram sua cientificidade assegurada perante os estudos históricos e etnográficos desenvolvidos no IHGB em virtude do seu caráter testemunhal. Logo, foi sob este prisma que José de Alencar se apropriou de Gabriel Soares de Sousa em *O Guarani* para figurar o nativo, visto que declarou que o cronista “devia conhecer a raça indígena em todo o seu vigor”³⁰⁵ em fins do século XVI, entendimento que não pode ser apartado da relação com os demais escritores coloniais citados no paratexto de *Ubirajara*. Portanto, entendemos ser possível ler *Ubirajara* sob a chave do romance etnográfico, tendo em vista a intersecção desses campos de estudo na escrita de *Ubirajara* e o desenvolvimento de pesquisas voltadas ao escrutínio das populações autóctones brasileiras ao longo do século XIX.

3.2 UBIRAJARA, UM ROMANCE PARA “CONHECER A RAÇA INDÍGENA EM TODO O SEU VIGOR”

Em nota ao romance *O Guarani*, José de Alencar escreveu que o cronista Gabriel Soares de Sousa conheceu “a raça indígena em todo o seu vigor”,³⁰⁶ visto que o relato foi produzido a partir da experiência do contato, circunstância que trazia confiabilidade testemunhal. Em 1874, ao publicar *Ubirajara*, o romancista problematizou a fiabilidade das descrições, uma vez que na Advertência do romance

³⁰⁴ CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. p. 79.

³⁰⁵ ALENCAR, José de. Notas (Primeira Parte). ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empreza Nacional do Diário, 1857. s./p.

³⁰⁶ ALENCAR, loc. cit.

interrogou certas visões que admitiam serem os nativos “brutos e canibais, antes feras que homens”.³⁰⁷ Nessa linha estava inscrito o cronista português Pedro de Magalhães Gândavo e seu texto intitulado *Tratado da Terra do Brasil*. No livro, o cronista esboçou a inexistências de instituições entre os indígenas, com apoio em uma falácia fonética, ao afirmar que o idioma dos nativos da costa carecia “de três letras – *scilicet*, não se acha nela F, nem L, nem R, cousa digna de espanto, porque assim não têm Fé, nem Lei, nem Rei; e desta maneira vivem sem Justiça e desordenadamente.”³⁰⁸

O posicionamento crítico de José de Alencar não era isolado ao longo do século XIX, como bem demonstrou a voz de Domingos José Gonçalves de Magalhães, que em texto publicado na Revista do IHGB, se contrapôs a Varnhagen ao discordar da inexistência, entre os indígenas, de “noções de Deus e de justiça e alguns nobres sentimentos”, que para o poeta eram considerados implícitos ao homem “e não o produto da cultura, e do artifício social.”³⁰⁹ Nesse sentido, *Ubirajara*, para além de um protesto contra “a aversão para o elemento indígena de nossa literatura”,³¹⁰ pode ser lido como uma ficção que demanda oferecer ao leitor um “indígena em todo o seu vigor” por meio do relato dos “traços mais generosos e cavalheirescos do caráter dos selvagens” e dos “seus sentimentos mais nobres”.³¹¹ Para tanto, Alencar valeu-se da etnografia de gabinete, gesto que fez *Ubirajara* ser reconhecido por Antônio Candido como um romance produzido a partir dos “requintes mais eruditos de reconstituição etnográfica”.³¹² Por conseguinte, no capítulo em questão, nosso interesse reside na reconstituição ficcional do funcionamento da sociedade indígena por intermédio do olhar etnográfico empregado no romance, uma vez que à escrita literária oitocentista interessava o escrutínio da sociedade através da “vida social dos homens em sua contínua interação com a natureza que os cerca e constitui a base de sua atividade social, assim como com as diferentes instituições ou costumes que se interpõem nas relações entre os indivíduos na vida social.”³¹³

³⁰⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 159.

³⁰⁸ GÂNDAVO, Pedro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil*: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 65.

³⁰⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os Indígenas do Brasil Perante a História. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860. p. 06-07.

³¹⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 190.

³¹¹ *Ibidem*, p. 160.

³¹² CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. 6ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. v. 2. p. 222.

³¹³ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 174.

Para tanto, foram exploradas as estruturas sociais, bem como os aspectos linguísticos do Tupi mobilizados na constituição de um enredo verossímil.

No quesito linguagem, Alencar utilizou termos em Tupi ou traduzidos ao português “para mais incutir no livro o espírito indígena”,³¹⁴ em referência a vocábulos utilizados pelos autóctones para designar traços culturais e de organização social ou mesmo a paisagem, indício do emprego da etnolinguística, “método mais aplicado na etnografia histórica, especificamente por Martius, Gonçalves Dias etc., para pesquisar o povoamento do continente americano”.³¹⁵ Uma das primeiras palavras da língua geral mencionada é *taba*, que traduzida ao português significa aldeia, conforme o *Diccionario da Lingua Tupy* (1858), organizado por Gonçalves Dias. Segundo Florestan Fernandes, a aldeia era o conjunto de todas as moradias de uma etnia, isso porque existiam subunidades vicinais dentro de uma *taba*, chamadas na língua Tupi de *malocas*.³¹⁶ Essas unidades menores possuíam uma liderança cada, chamada de *moacara* que, segundo Alencar, era “o dono da casa, ou literalmente o que fazia a casa [...]. Ele governava a sua gente; e formava uma sociedade independente, no seio da grande sociedade política”,³¹⁷ sendo-lhe exigido “cerca de quarenta homens e mulheres” para a construção de uma maloca e sua elevação a chefe da “unidade social” ou *morubixaba*.³¹⁸

Ao centro da *taba* localizava-se a *ocara*, expressão traduzida pelo glossário de Carl Friedrich von Martius como “terreiro”³¹⁹ ou, como explicou Varnhagen, era o espaço central rodeado pelas *ocas*,³²⁰ termo traduzido por Dias como “casa”.³²¹ Era nesse espaço que se realizavam as festas e ritos da aldeia, anunciadas por intermédio do *trocano*, instrumento utilizado para a comunicação entre as aldeias ou *tabas*. Feito a partir de um tronco de madeira “dura e compacta” de modo “que não sufoque o som que procede das pancadas das vaquetas”, o *trocano* era tangido “quando há novidade

³¹⁴ ALENCAR, op. cit., p. 180.

³¹⁵ XAVIER, Wiebke Röben de Alencar. O encontro do *Ubirajara* alencariano com a sua primeira tradução alemã de 1866. In: BEZERRA, Valéria Cristina; PELOGGIO, Marcelo; VASCONCELOS, Arlene Fernandes (org.). *José de Alencar: século XXI*. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 270.

³¹⁶ FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

³¹⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 170.

³¹⁸ FERNANDES, op. cit., p. 66.

³¹⁹ MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Glossários de diversas línguas e dialetos, que falam os índios no Império do Brasil*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863. p. 75.

³²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1854. T. I. p. 116.

³²¹ DIAS, Antônio Gonçalves. *Diccionario da Lingua Tupy chamada Lingua Geral dos Indígenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. p. 123.

que participar aos aliados, que estão mais distantes”,³²² caso do aprisionamento de Pojucã, anunciado durante “toda à tarde” através do *trocano*.

Outros termos ainda foram mencionados a fim de designar funções comuns às etnias Araguaia e Tocantim. Para explorá-las, vale adicionar outro elemento analítico que adensa o olhar etnográfico do romance: seu narrador. O romance foi narrado a partir da ótica do narrador onisciente extradiegético, modalidade presente nos romances históricos no sentido de o narrador assumir a posição de intermediador entre o conhecimento histórico e o leitor.³²³ Flora Süssekind chamou a atenção para a existência de uma narrador-historiador em *As minas de prata*, dado a utilização de expressões “se a crônica não mente” ou “a tradição mente”, intervenção conectada com a narração histórica do passado colonial do romance.³²⁴ Em *Ubirajara*, a intermediação do narrador acontece no sentido de esclarecer ou mesmo explicar os costumes indígenas, trazendo à tona sua dimensão etnográfica, indispensável para a tradução de costumes e ritos indígenas quando os mesmos não foram descritos ou performados pelo discurso direto. Portanto, defendemos a existência de um narrador-etnógrafo, circunstância que justifica um percurso alongado no enredo do romance no afã de demonstrar a argumentação, ao mesmo tempo que se apresenta a trama ao leitor, uma vez que *Ubirajara* não se coloca como um dos romances mais conhecidos e lidos de José de Alencar.

Logo no início do romance, o narrador nos apresenta Jaguarê caminhando “pela margem do grande rio” em busca de um “inimigo” para combater, vencer e alcançar o “nome de guerra”. Essa prática, segundo o narrador, integrava os ritos de passagem indígena, da posição de caçador para a de guerreiro.³²⁵ No romance, a procura pelo inimigo se encerrou quando Jaguarê avistou “do outro lado da campina” um guerreiro que usava na cabeça “o canitar das plumas de tucano”.³²⁶ A menção a esse ornato e outros que se repetem ao longo do romance, integram um recurso narrativo conectado ao romance histórico, visto que se colocava como exigência à

³²² Ibidem, p. 173.

³²³ FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003.

³²⁴ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 196.

³²⁵ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 07-08.

³²⁶ Ibidem, p. 12. Cf. o dicionário Priberam, canitar designa “o mesmo que acangatar”, ou cocar. Segundo o Dicionário organizado por Gonçalves Dias, o termo designava “enfeite de penas que [os indígenas] traziam na cabeça”. CANITAR. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/canitar>>. Acesso em 12 jul. 2021; DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. p. 09.

descrição verossímil dos costumes e estilos de vida, o que passava também pelas vestimentas.³²⁷ Por outro lado, além de um ornato, as penas também estabeleciam uma relação simbólica de diferença entre as etnias indígenas, como o reconhecimento de Jaguarê como um índio Araguaia por Araci na seguinte fala: “guerreiro Araguaia, pois vejo pela pena vermelha de teu cocar que pertences a essa nação valente”. Ou ainda, pelo discurso indireto à identificação de Araci como uma índia Tocantim por Jaguarê “pela facha, cor de ouro, tecida das penas de tucano”.³²⁸

O guerreiro desafiado por Jaguarê era um índio Tocantim chamado Pojucã, que respondeu ao duelo ao disparar a flecha “mensageira do desafio”. O narrador esclareceu que embora as duas nações não estivessem em guerra, “sem quebra da fé pode um guerreiro cansado do longo repouso, oferecer a outro guerreiro combate leal.”³²⁹ O combate se desenrolou sob descrições que atestam a superioridade e força de ambos os índios ao manejarem seus tacapes que, segundo Alencar, era uma arma “de forma análoga à espada, e como ela cortante.”³³⁰ A força dos dois índios foi descrita por intermédio de referências à natureza, como o choque em que ambos ficaram imóveis como “dois jatobás que nasceram juntos e entrelaçaram os galhos ligando-os no mesmo tronco.”³³¹ Os dois guerreiros eram equiparados em força e valentia, mas, segundo Pojucã, “é preciso acabar o combate. A terra não chega para dois guerreiros como nós.” Para encerrar a luta, ambos se desafiaram em uma corrida, cujo vencedor deveria alcançar por primeiro a lança de duas pontas de Jaguarê fincada no chão e distante da margem do rio, o ponto de partida.

Um e outro se igualam na velocidade, mas a lança, embora tocada por ambos, permaneceu nas mãos de Pojucã. Empunhando-a, o índio Tocantim se dirigiu até Jaguarê para vencê-lo e torna-lo seu cativo, para, em discurso direto de Pojucã, cantar “as suas façanhas na festa dos guerreiros.”³³² Assim, “arremessou-se Pojucã avante e desfechou o golpe; mas a lança rodara e foi o chefe tocantim que recebeu no peito a ponta farpada.” No momento em que o corpo ferido do guerreiro Tocantim se precipitou ao chão, Jaguarê calcou sua mão direita no ombro esquerdo de Pojucã e

³²⁷ PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. 2004. 491 f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Centro de Artes e Humanidades, Universidade da Madeira, Funchal, Portugal, 2004.

³²⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 09-10.

³²⁹ *Ibidem*, p. 12.

³³⁰ *Ibidem*, p. 169.

³³¹ *Ibidem*, p. 15.

³³² *Ibidem*, p. 19.

gritou triunfante: “Eu sou Ubirajara, o senhor da lança, o guerreiro invencível que tem por arma a serpente. Reconhece o teu vencedor, Pojucã, e proclama o primeiro dos guerreiros, pois te venceu a ti, o maior guerreiro que existiu antes dele.”³³³ Ao leitor pode passar despercebido o movimento de Jaguarê, mas não ao olhar etnográfico do narrador, que reconheceu esse gesto como o “sinal da conquista, que prendia o vencido ao vencedor; aquele que violasse a lei da guerra, perderia para sempre o nobre título de guerreiro.”³³⁴

Com esse gesto, Pojucã se tornava prisioneiro de Jaguarê e integraria os festejos que renomeariam o índio Araguaia com o nome de guerra. O capítulo II, “O Guerreiro”, registra o anúncio e a organização dos festejos a serem celebrados na *ocara* e também a descrição da organização hierárquica nas celebrações, como anotou o narrador:

De um e outro lado da vasta *ocara*, está a multidão dos guerreiros, colocados por sua ordem; primeiro os chefes das tabas; depois os varões; por último os moços guerreiros.

Vem depois os jovens caçadores que já deixaram a oca materna e estão impacientes de ganhar por suas proezas a honra de serem admitidos entre os guerreiros.³³⁵

Em frente deles, suspenso, estava o arco da nação Araguaia, e abaixo dele, Camacã, chefe dos guerreiros e pai de Jaguarê. Essa breve descrição dá ao leitor a dimensão organizacional dos festejos, ao mesmo tempo que o leitor cuidadoso pode se perguntar sobre a ausência das mulheres. No entanto, esse aspecto não passou despercebido pelo narrador, que descreveu as mulheres apinhadas “por detrás da estacada”, pois “não podem ser admitidas nas festas guerreiras.”³³⁶ Por conseguinte, as mulheres acompanhavam apenas com os olhos os festejos e celebravam seus filhos e “as virgens aos noivos”, caso de Jandira, que previamente estava prometida a Jaguarê, isso porque, segundo o narrador, “como guerreiro ele pode tomar uma esposa”.³³⁷

Jaguarê assumiu o nome de Ubirajara, aclamado pela multidão que assistia o festejo: “Tu és Ubirajara, o senhor da lança, o vencedor de Pojucã, o maior guerreiro

³³³ Ibidem, p. 20.

³³⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 45.

³³⁵ Ibidem, p. 24.

³³⁶ Ibidem, p. 24.

³³⁷ Ibidem, p. 24; 37.

da nação Tocantim.”³³⁸ Ao ser alçado à guerreiro, existia a possibilidade de o índio assumir uma posição de liderança na taba, inclusive “na direção das malocas, na liderança dos grupos locais e do grau de influência efetiva nas deliberações tomadas nos conselhos de chefes.”³³⁹ No romance, isso aconteceu na mesma celebração de renomeação, quando Ubirajara recebeu de seu pai o arco dos Araguaia, hereditariedade presente na fala do velho chefe: “Camacã revive em ti; a glória de ser o maior guerreiro cresce com a glória de ter gerado um guerreiro ainda maior do que ele.”³⁴⁰

Embora a hereditariedade na transposição da liderança seja confirmada por Florestan Fernandes, o sociólogo registrou também que os candidatos a liderança deveriam ser “bem dotados” em suas ações guerreiras,³⁴¹ como bem disse Peri, após a morte de seu pai, chefe dos Goitacazes: “Pai morreu; aquele que for o mais forte entre todos, terá o arco de Ararê.”³⁴² Ubirajara também apelou ao caráter guerreiro exigido pelo cargo ao responder a seu pai:

Camacã, tu és o primeiro guerreiro e o maior chefe da nação Araguaia. Para a glória de Jaguarê bastava que ele se mostrasse teu filho no valor, como é teu filho no sangue. Mas o grande arco da nação Araguaia, Ubirajara não o recebe de ti e de nenhum outro guerreiro, pois o há de conquistar pela sua pujança.³⁴³

Dizendo isto, arremessou o arco da nação Araguaia ao centro da *ocara* em sinal de desafio. Como nenhum outro guerreiro tentou assumir o posto de liderança, o som do *trocano* reboou e a multidão gritou a *pocema* ou grito de guerra:³⁴⁴ “Ubirajara, senhor da lança, tu és o mais forte dos guerreiros Araguaia; empunha o arco chefe.”³⁴⁵ Após essa cena, os cantores ou *nhengaçarás*³⁴⁶ celebraram os feitos dos Araguaia e

³³⁸ Ibidem, p. 30.

³³⁹ FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 319.

³⁴⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 31.

³⁴¹ FERNANDES, op. cit., p. 319.

³⁴² ALENCAR, José de. Segunda Parte. In: ALENCAR, José de. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 23.

³⁴³ ALENCAR, op. cit., 1874, p. 32.

³⁴⁴ CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário tupi (antigo) português*. Salvador: Moacyr Ribeiro de Carvalho, 1987. p. 248

³⁴⁵ ALENCAR, op. cit., 1874, p. 32.

³⁴⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Índigenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. p. 118.

as mulheres serviram o cauim aos guerreiros, bebida apresentada ao leitor como um “vinho espumante” fabricado pelas mulheres.³⁴⁷

Os festejos duraram até o “romper da alvorada”.³⁴⁸ Os primeiros raios de sol encontraram Ubirajara vagando “no mais escuro da mata” lembrando seu encontro com Araci, a índia Tocantim que lhe convidara a superar os guerreiros Tocantim e romper a sua “liga”, ornamento que circundava as pernas das índias como símbolo da virgindade.³⁴⁹ Também Jandira utilizava o mesmo adereço, que era respeitado e símbolo de moralidade entre os nativos como anotou José de Alencar em nota ao final do romance. Depois de desperto, Ubirajara caminhava na mata quando ouviu um passo: era Jandira, que procurava seu noivo após esperar a vinda de Ubirajara. Ansiosa por ser recebida como esposa, suas esperanças foram minadas com a resposta do chefe Araguaia: “Filha de Magé, doce virgem, ainda não chegou o dia em que Ubirajara escolha uma esposa; nem ele sabe ainda qual o seio que Tupã destinou para gerar o primeiro filho do grande chefe dos Araguaia.”³⁵⁰ A negativa do índio à Jandira estava calcada no encontro com Araci e no fato de que o chefe possuía a prerrogativa de escolher sua esposa. A partir do declínio de Ubirajara se desenvolve uma cena puramente romantizada e extremamente sentimental, circunstância que corrobora para aproximar a condição indígena do leitor oitocentista, visto que o mesmo sofria de decepções amorosas ou sofria por amor como os próprios brasileiros do século XIX. Interpretação calcada no fato do romancista muitas vezes filiar os sentimentos das personagens a partir da suposição “de que los sentimientos humanos son los mismos para los hombres de ayer y de hoy”,³⁵¹ e na posição expressada por Gonçalves de Magalhães, ao reconhecer que os traços sentimentais não eram resultado de “artifícios sociais”, mas sim, inerentes à condição humana.

Após o diálogo entre Jandira e Ubirajara, o narrador desvia seu olhar para Pojucã, sentado à porta de uma cabana. Pode parecer algo banal, mas a menção de que o índio Tocantim possuía uma habitação informa ao leitor que o cativo assumia uma posição social dentro da *taba* de seu algoz.³⁵² Sua integração na comunidade do

³⁴⁷ ALENCAR, op. cit., 1874, p. 33.

³⁴⁸ Ibidem, p. 33.

³⁴⁹ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 09.

³⁵⁰ Ibidem, p. 42.

³⁵¹ FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003. p. 79.

³⁵² FAUSTO, Carlos. Cinco séculos de carne de vaca: antropofagia literal e antropofagia literária. *Nuevo Texto Crítico*. Stanford, ano XII, n. 23/24, p. 75-82, jan./ dez. 1999.

inimigo acontecia também pelo recebimento de uma esposa, denominada por Ubirajara como “esposa do túmulo”. Segundo o índio, os Araguaia “destinam ao prisioneiro a mais bela e ilustre de todas as virgens da taba, para que ela conserve o sangue generoso do herói inimigo e aumente a nobreza e o valor de sua nação.” A mesma prática existia também entre os Tocantim, como confirmou Pojucã,³⁵³ circunstância que coloca ambas as etnias sob o mesmo grande grupo conhecido como Tupi, pois além de compartilharem costumes próximos, utilizavam a mesma língua. A mulher escolhida deveria servir o cativo como esposa, união que poderia gerar um filho, chamado na língua de Ubirajara de “marabá, o filho da guerra”.³⁵⁴

Segundo o narrador, os *abarés*, ou anciões da nação, “desejavam para si a glória de oferecer uma filha ao prisioneiro”, visto que a criança também era sacrificada no ritual de antropofagia, o que, por consequência mantinha viva a vingança entre a sociedade indígena, uma vez que ela pode ser entendida pelas interpretações dos primeiros observadores “como reparação de uma falta”.³⁵⁵ Essa perspectiva evoca a predominância da memória entre os indígenas, como explicam Manuela Carneiro da Cunha e Eduardo Viveiro de Castros:

Enquanto resultado de vinganças anteriores, ela garante a existência do grupo que o devora, enquanto penhor de novas vinganças, a do grupo a que pertence. Mas em ambos os aspectos, e para ambos os grupos, a vingança é o fio que une o passado e o futuro e, nesse sentido, vingança, memória e tempo se confundem.³⁵⁶

É este o sentido de vingança apresentado no romance por intermédio das vozes das personagens, a exemplo da resposta que Ubirajara deu a Itaquê, chefe Tocantim, quando este lhe enviou a guerra ao descobrir que seu filho, Pojucã, era prisioneiro dos Araguaia: “a vingança é a glória do guerreiro; Tupã a deu aos valentes. Ubirajara venceu Pojucã em combate leal, e aceita o desafio de Itaquê e de todos os chefes Tocantins.”³⁵⁷

Para esposa do túmulo de Pojucã, Ubirajara escolheu Jandira. No entanto, a jovem índia reagiu a essa decisão revelando a Pojucã que preferia a morte a obedecer

³⁵³ ALENCAR, op. cit., p. 48.

³⁵⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 52.

³⁵⁵ MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 83.

³⁵⁶ CASTRO, Eduardo Viveiro de; DA CUNHA, Manuela Carneiro. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Anuário Antropológico*. Brasília, v. 10, n. 1, p. 57-78, 1986. p. 71.

³⁵⁷ ALENCAR, op. cit., p. 117.

a ordem de Ubirajara. A postura de Jandira se deve ao amor por Ubirajara, comunicando ao guerreiro Tocantim que em seus sentimentos “ninguém manda”,³⁵⁸ posição que destoa do costumeiro, como a própria índia reconheceu: “Jandira seria a primeira, se não conhecesse Jaguarê, o mais belo dos jovens caçadores, que é hoje Ubirajara, o senhor da lança e chefe dos chefes. Pojucã merece uma esposa que nunca tenha ouvido o canto de outro guerreiro”.³⁵⁹ A negativa de Jandira não condizia com o comportamento esperado de uma índia Araguaia ou mesmo Tocantim, como reconheceu Pojucã ao perguntar a Jandira: “os ritos de tua nação não punem a noiva que rejeita o prisioneiro?” Diante da resposta positiva, Pojucã aconselhou a índia a fugir no afã de que Ubirajara lhe perdoe no futuro.³⁶⁰ O narrador não esboçou nenhum comentário a essa cena, completamente construída pelo discurso direto das personagens, circunstância que permite analisá-la como demonstrativo das inconstâncias da vida indígena, visto que Jandira negligenciou uma regra importante do cotidiano de sua etnia. Ao quebrar uma regra, automaticamente o discurso literário de *Ubirajara* se opunha a vertentes que apreendiam o indígena como entes sem leis a reger sua organização, ao mesmo tempo que avultava sua conexão com a literatura sentimental preconizada pelo romantismo.

Desse modo, a vingança se conectava diretamente com o ritual de antropofagia, pelo qual aguardava Pojucã. Como não existia prazo para a execução do sacrifício,³⁶¹ o índio Tocantim temia não sofrer a morte honrosa, e foi com este sentimento que encontramos o índio assentado na porta de sua cabana. O índio sofria, e não por conta do ferimento de combate, medicado a partir do “bálsamo suave da embaíba [que] sara rapidamente os golpes mais profundos”.³⁶² O sofrimento de Pojucã estava relacionado com a demora da “honra do sacrifício”, em alusão ao ritual antropofágico que demandava uma “morte gloriosa” à vítima.³⁶³ O narrador aproveita o momento de angústia de Pojucã para transcrever alguns pensamentos do índio frente a possibilidade de ser desonrado com a negação do sacrifício e com a chance de ser colocado na posição de escravo:

³⁵⁸ *Ibidem*, p. 49.

³⁵⁹ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 50.

³⁶⁰ *Ibidem*, p. 50.

³⁶¹ FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

³⁶² ALENCAR, op. cit., p. 44.

³⁶³ *Ibidem*, p. 44.

Pojucã estremecia quando se lembrava que podia ser condenado à tão grande humilhação.
 Em seu terror promovia o passo, com o ímpeto de fugir para sempre da taba aos Araguaia, onde o ameaçava aquela vergonha.
 Mas uma força invencível atava-lhe a vontade. Ele não se pertencia desde o momento em que Ubirajara calcou-lhe a mão direita no ombro. [...] aquele que violasse a lei da guerra, perderia para sempre o nobre título de guerreiro.³⁶⁴

Digladiaram-se na mente de Pojucã duas ideias: a fuga ou o cumprimento da honra guerreira. No entanto, a evasão não lhe seria benéfica, como explica nosso narrador etnógrafo: “o desprezo do inimigo o acompanharia aos seus campos nativos; e a taba de seus irmãos não se abriria para o fugitivo que houvesse desonrado o nome de sua nação.”³⁶⁵ Na literatura oitocentista, o poema “I-Juca Pirama”, de Gonçalves Dias, esboçou a desonra que caberia ao fugitivo ou àquele que demonstrasse fraqueza diante do sacrifício. O poema, narrado a partir da memória de um velho Timbira, conta que a vítima deveria demonstrar coragem, como assegura os seguintes versos: “Com tudo os olhos d’ignóbil pranto/ Secos estão;/ Mudos os lábios não descerram queixas/ Do coração.”³⁶⁶ As lágrimas, bem como a tristeza eram sinal de fraqueza e desonravam o guerreiro, por isso, ao avistar Ubirajara, Pojucã “encerrou a tristeza dentro de sua alma; e chamou ao rosto a altivez dos grandes guerreiros.”³⁶⁷

No momento em que Ubirajara se aproximou acompanhado de Jandira, o índio Tocantim solicitou ao chefe Araguaia “a morte gloriosa”, ao que lhe respondeu Ubirajara:

Ubirajara não recusa ao bravo chefe Tocantim, seu terrível inimigo, o suplício, que não negaria a qualquer guerreiro valente. Ele esperava que tua ferida se fechasse de todo, para que o grande Pojucã possa no dia do último combate sustentar a fama de seu nome, e a glória de um varão que só foi vencido por Ubirajara.³⁶⁸

A fala do chefe Araguaia trouxe um detalhe importante da ritualística da antropofagia: o último combate, momento em que o cativo expunha suas forças e seus ódios, como comenta o antropólogo Carlos Fausto:

no dia que antecedia o massacre, encenavam uma tentativa de fuga do prisioneiro e sua captura. Era-lhe dado o direito de vingar antecipadamente a própria morte: amarrado pelo ventre por uma grossa corda, recebia pedras,

³⁶⁴ Ibidem, p. 45.

³⁶⁵ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 45.

³⁶⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. Y-Juca Pirama. In: DIAS, Antônio Gonçalves. *Últimos Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851. p. 15.

³⁶⁷ ALENCAR, op. cit., p. 46.

³⁶⁸ Ibidem, p. 47-48.

frutos, cacos de cerâmica, que deveria lançar contra a audiência, mostrando sua ferocidade e coragem.³⁶⁹

Após seu diálogo com Pojucã, Ubirajara “levou aos lábios a inúbia de Camacã”,³⁷⁰ espécie “de grande buzina, feita de pau, e usada na guerra.”³⁷¹ O som produzido pelo instrumento reuniu em torno do chefe um grupo de guerreiros Araguaia, a quem Ubirajara solicitou que convocassem o conselho de anciões ou *carbeto*, instância governativa indígena. Ao se encontrarem na oca do conselho, Ubirajara expôs o pedido de Pojucã, dado que “cabia aos gerontes considerar a oportunidade do sacrifício ritual dos prisioneiros e a fixação da data em que devia ser realizado”, além da “determinação da guerra e a duração das hostilidades.”³⁷² Na mesma reunião, Ubirajara ainda informou que se ausentaria por um tempo, retornando “na próxima lua para assistir ao suplício de Pojucã”,³⁷³ marcação temporal que acontece através de fenômenos naturais e se repetiu em outras expressões como o “tempo da pororoca” e o “tempo de vir o fruto do amor”.

O motivo da viagem de Ubirajara não foi questionado por nenhum dos integrantes do carbeto. No entanto, o leitor do romance já deve ter identificado as intenções do índio quando este se aproximou da taba dos Tocantim: Ubirajara procurava Araci. O capítulo IV expõe os detalhes da chegada do índio, registrando logo de início o modo como o estrangeiro se apresentava em terras de outra nação. O narrador conta que ao se aproximar, o índio tocou a inúbia, som respondido pelo vigia Tocantim no momento em que Ubirajara parte uma seta ao meio como “senha da paz”. Por esse modo, o índio declarava que não trazia a guerra. Ao avistar o símbolo da paz, os guerreiros Tocantim que se apresentaram ao som da inúbia deixaram o estrangeiro passar sem lhe perguntar a origem ou o que lhe trouxe a sua taba. Explicou o narrador que “era este o costume herdado de seus maiores; que o hóspede mandava na taba aonde Tupã o conduzia.”³⁷⁴

³⁶⁹ FAUSTO, Carlos. Cinco séculos de carne de vaca: antropofagia literal e antropofagia literária. *Nuevo Texto Crítico*. Stanford, ano XII, n. 23/24, p. 75-82, jan./ dez. 1999. p. 77-78.

³⁷⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 48.

³⁷¹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito, 1856. p. 340.

³⁷² FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 334; 327.

³⁷³ ALENCAR, op. cit., p. 53.

³⁷⁴ *Ibidem*, p. 57-58.

Ao atravessar a aldeia, Ubirajara se dirigiu até a cabana do chefe Tocantim e declarou: “O estrangeiro chegou”,³⁷⁵ ao que se chegaram as mulheres e o conduziram até a presença de Itaquê, o *tuxaua* Tocantim, expressão tupi mencionada pelo narrador que é traduzida como “liderança política dos povos indígenas” e “conhecido na língua portuguesa como cacique.”³⁷⁶ Ao encontrar Itaquê, o índio Tocantim solicitou a sua esposa que preparasse o “cachimbo do grande chefe, para que ele e o estrangeiro troquem a fumaça da hospitalidade.”³⁷⁷

A chegada de um estrangeiro à taba como hóspede estava norteada pela “lei da hospitalidade”, que ordenava o modo como o visitante seria recebido. O narrador explica que a normativa “não consentia que se perguntasse o nome ao estrangeiro que chegava: nem que se indagasse de sua nação. Talvez fosse um inimigo; e o hóspede não devia encontrar na cabana onde se acolhia, senão a paz e a amizade.”³⁷⁸ Junto a isso, o hóspede era recebido com um banquete, composto por moquecas, peças de carne da melhor caça, frutas como bananas e abacaxi, além do cauim.

O narrador informa que após o rito da “fumaça da hospitalidade”, chegaram-se os cantores para “entoar a saudação da chegada”. Nas estrofes cantadas vige a oralidade como transmissora de conhecimentos entre os indígenas, como bem demarca o seguinte trecho: “Em suas palavras prudentes, os anciões da taba aprendem, para ensinar os moços, os costumes dos outros povos, as façanhas de guerra desconhecidas por eles, e as artes da paz, que o estrangeiro viu em suas viagens.”³⁷⁹ Mas não apenas para a transmissão de conhecimentos entre velhos e moços, a oralidade integrava o ordenamento social, de modo que todas as instruções e leis eram verbalizadas e armazenadas na memória, como bem demonstra o *carbeto* reunido quando do anúncio da viagem de Ubirajara. Naquele conselho de anciões, o narrador descreveu a importância da oralidade na transmissão das ordens do chefe do seguinte modo: “os prudentes anciões, com a cabeça inclinada para melhor ouvir, recebiam as palavras do grande chefe e as guardavam na memória.”³⁸⁰

Florestan Fernandes anotou, a partir dos relatos de Ives d’Evreux (1577-1632) e Claudio d’Abbeville (?-1632), que os nativos “lembram-se sempre do que viram e

³⁷⁵ Ibidem, p. 58.

³⁷⁶ TUXAUA. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia-az/tuxaua>>. Acesso em 12 jul. 2021.

³⁷⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 59.

³⁷⁸ Ibidem, p. 64.

³⁷⁹ Ibidem, p. 61.

³⁸⁰ Ibidem, p. 53.

ouviram com todas as circunstâncias do lugar, do tempo, das pessoas, quando o caso se disse ou se executou.” O que, por consequência, permitiria a conservação dos “acontecimentos e os fatos importantes da tradição tribal com grande fidelidade. Os velhos recordavam-se de ocorrências passadas há 120, 140 e até 160 anos, de acordo com as estimativas de Abbeville.”³⁸¹ Desse modo, embora a historiografia oitocentista recusasse a oralidade como documento para a História, o romance demonstra a impossibilidade de recusar a memória indígena como elemento integrante e funcional do cotidiano nativo, de modo que a oralidade perpassava todos os arranjos sociais.

Nessa perspectiva, a chegada de um estrangeiro à *taba* indígena era um acontecimento importante do ponto de vista da transmissão de conhecimentos. O visitante era inclusive designado como mensageiro e comparado a Sumé, que, segundo Alencar era uma lenda indígena muito conhecida: “Foi Sumé que ensinou aos Tupis a agricultura e os primeiros rudimentos das artes”,³⁸² como também vocalizaram os cantores: “Dele aprenderam as nações a plantar a mandioca para fazer a farinha; e a tirar o caju e do ananás o generoso cauim, que alegra o coração do guerreiro.”³⁸³ Por conseguinte, o hóspede foi comparado a um mensageiro, fato que trazia importância a sua experiência vocalizada pela *maranduba*, termo que se refere a narrativa ou relato de guerra.³⁸⁴

O estrangeiro, em sua *maranduba*, por intermédio do discurso indireto, contou aos seus ouvintes o que aprendera “nas praias do mar, habitadas pela valente nação dos Tupinambá, descendentes da mais antiga geração de Tupi.” Naquele momento,

Os pajés dos Tupinambás lhe disseram que nas águas do pará sem fim vivia uma nação de guerreiros ferozes, filhos da grande serpente do mar. Um dia esses guerreiros saíam das águas para tomarem a terra às nações que a habitam; por isso os Tupinambás tinham descido às praias do mar, para defende-las contra o inimigo.³⁸⁵

O pequeno trecho que integra parcela da *maranduba* de Ubirajara apresenta elementos importantes do viver indígena. Ao manter contato com os Tupinambá, o chefe Araguaia indicava que as populações autóctones não viviam isoladas uma das outras, especialmente aquelas nações que compartilhavam do mesmo idioma. Essa

³⁸¹ FERNANDES, Florestan. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 296.

³⁸² ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 207.

³⁸³ *Ibidem*, p. 61.

³⁸⁴ *Ibidem*, p. 180.

³⁸⁵ *Ibidem*, p. 71.

comunicação era estabelecida, muitas vezes, por intermédio dos pajés, visto que eles percorriam “todos os grupos locais, visitando as malocas existentes em cada um.”³⁸⁶ Isso aconteceu no romance *As minas de prata*, no momento em que o pajé percorreu as nações indígenas na intenção de conclamar a união entre elas no afã de atacar “as tabas dos brancos” e evitar a migração forçada dos indígenas.³⁸⁷ Portanto, o pajé ocupava a “função de porta-voz da mensagem divina” e a “capacidade de decifrá-la”,³⁸⁸ visto que, como registrou Gonçalves Dias, era ele “o cantor, o médico, o augure e o sacerdote dos indígenas.”³⁸⁹ No relato de Ubirajara, o pajé assumiu a posição de vate quando prenunciou a invasão dos portugueses e o deslocamento dos Tupinambá, etnia com quem os estrangeiros travaram os primeiros contatos.

Como o nome do hóspede era desconhecido e a lei da hospitalidade impedia que lhe fosse perguntado, o costume indígena era de que “o chefe, que tinha a fortuna de receber o viajante, escolhia o nome de que devia usar enquanto permanecia na cabana hospedeira.”³⁹⁰ No romance, Itaquê solicitou ao carbeto que o auxiliasse a nomear o estrangeiro, recebendo como sugestão que o viajante seja inquirido quanto ao nome que deseja receber. Diante disso, o chefe Araguaia se autodenomina “Jurandir”, “aquele que veio trazido pela luz do céu.”³⁹¹ A escolha desse nome não foi ingênua da parte de Ubirajara, como o leitor percebe por meio da leitura do parágrafo seguinte, quando o narrador descreveu a chegada de Araci: “Nesse momento, Araci, a estrela do dia, apareceu entre as palmeiras, e caminhou para a cabana.”³⁹² A índia logo conheceu que Jurandir chegara até os Tocantim para toma-la como esposa, contudo, a lei da hospitalidade lhe proibia de revelar a motivação do estrangeiro.

No conjunto de normativas orais que compunham a “lei da hospitalidade”, o narrador-etnógrafo registrou que se dava “ao estrangeiro amigo tudo que deleita ao guerreiro”, incluído a caça e o peixe que lhe agrada. Ademais, a hospitalidade integrava também a companhia de mulheres que, segundo o narrador, eram “as mulheres que já tinham rompido o fio da virgindade; mas não eram nem esposas, nem amantes de guerreiros”. Assim, “essas eram as mulheres livres, que davam seu amor

³⁸⁶ FERNANDES, op. cit., p. 80-81.

³⁸⁷ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. v. VI. p. 09.

³⁸⁸ MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões: o romance histórico de José de Alencar*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. p. 112.

³⁸⁹ DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupi chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil*. Lipsia: F. A. Brockhaus, 1858. p. 130.

³⁹⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 64.

³⁹¹ Ibidem, p. 65.

³⁹² Ibidem, p. 66.

e o retiravam quando queriam, mas não recebiam a proteção de um guerreiro, nem podiam jamais ser mãe de prole.”³⁹³ Jurandir recusou o afeto ofertado pelas mulheres em favor da fixação em Araci. Foi nesse momento que Jurandir expôs o motivo da sua chegada à taba Tocantim: “Mas Jurandir não veio a cabana de Itaquê para gozar do amor de uma noite, ele veio buscar a esposa que há de acompanhá-lo até a morte, e a virgem que escolheu para mãe de seus filhos.”³⁹⁴ Araci respondeu dizendo que sonhara com a vinda de Jurandir, e por isso, esperou sua chegada, aspecto que revela a importância mística do sonho, visto que “muitos atos individuais eram determinados” por ele.³⁹⁵

Ao comunicar sua vontade a Itaquê, o chefe Tocantim lhe respondeu: “Araci é a filha de minha velhice. A velhice é a idade da prudência e da sabedoria. O guerreiro que conquistar uma esposa como Araci terá a glória de gerar seu valor no seio da virtude. Itaquê não pode desejar para seu hóspede maior alegria.”³⁹⁶ E, desse momento em diante, como registrou o narrador, Jurandir deixou a posição de estrangeiro e passou a integrar a oca de Itaquê, devendo então, “como servo do amor, trabalhar para o pai de sua noiva.”³⁹⁷ A partir dessa nova relação, Jurandir passou a servir aos membros da taba de Itaquê, provendo caça e a pesca ao gosto do chefe Tocantim e preparando os “matumbos”, ou seja, os canteiros em que se planta de estaca a mandioca”.³⁹⁸ Na caracterização da agricultura, o narrador não deixou de assinalar que “entre os filhos das florestas a plantação devia ser feita pela mão da mulher, que era mãe de muitos filhos; porque ela transmitia à terra sua fecundidade.” Isso acontecia porque acreditava-se que a semente plantada por uma virgem não germinava, ou mesmo se fosse plantada por um guerreiro, o aipim endurecia e impedia seu consumo.³⁹⁹

Araci acompanhava com o olhar os passos de Jurandir, embora lhe fosse vedada demonstrar interesse por algum guerreiro “antes de saber se ele a obteria por esposa.” Para tanto, o candidato a esposo deveria superar os outros guerreiros em um conjunto de provas supervisionadas pelo *carbeto* Tocantim. Essa era “a única das

³⁹³ *Ibidem*, p. 73.

³⁹⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 75.

³⁹⁵ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 106.

³⁹⁶ ALENCAR, op. cit., p. 79.

³⁹⁷ *Ibidem*, p. 79.

³⁹⁸ MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012. p. 153.

³⁹⁹ ALENCAR, op. cit., p. 83.

festas guerreiras, em que o rito de Tupã consente a presença das mulheres, porque trata-se de sua glória”.⁴⁰⁰

A primeira prova consistia em um combate com *tacapes*. Dois candidatos se enfrentavam, e o perdedor era substituído por um novo combatente. Ao final das escaramuças, Jurandir saiu vitorioso. A segunda prova exigia força e mobilidade. O objetivo era ultrapassar um campo de obstáculos carregando um tronco de madeira “no qual a mão destra de um pajé entalhara com o dente da cotia, a cabeça de uma mulher.”⁴⁰¹ Haveria apenas um vencedor, portanto, o guerreiro deveria correr com o tronco se desvencilhando dos obstáculos e dos outros candidatos. O narrador anotou que este desafio era “mais difícil que a primeira” prova, logo por isso, representava “o emblema da agilidade e robustez, que o marido devia possuir, para disputar a esposa e protege-la contra os que ousassem desejá-la.”⁴⁰² Isso demonstraria como o guerreiro “arrebataria a esposa do meio dos inimigos, e a defenderia contra seus ataques até recolhe-la a um asilo seguro.”⁴⁰³

Novamente Jurandir obteve a vitória. A penúltima prova era reservada ao vencedor das etapas anteriores e coordenada pelo pajé Ogib e avaliava a constância do guerreiro. O teste consistia na introdução das mãos no “camucim da constância”, espécie de cabaça recheada de formigas saúvas “que o pajé havia fechado ali na última lua.”⁴⁰⁴ O nosso etnógrafo explica que “açuladas pela fome de tantos dias, as formigas vorazes se prepararam para dilacerar a primeira vítima que lhes caísse nas garras.” E adiciona que a mordida da formiga dói como “uma brasa” e quando muitas “queimam como a fogueira.”⁴⁰⁵ Todos os olhos se direcionaram para o semblante de Jurandir no momento em que introduziu suas mãos. Contudo, o narrador registrou que ao invés de uma expressão de dor, o índio sorria. Ao final do ritual, as mãos de Jurandir estavam tão inflamadas que foi preciso quebrar o *camucim* para retirar os seus membros. Para reverter os efeitos da mordida da saúva, o pajé se utilizou dos seus conhecimentos médicos, esfregando “o suco de uma erva dele conhecida; e logo desapareceu a inchação” das mãos.⁴⁰⁶

⁴⁰⁰ Ibidem, p. 95.

⁴⁰¹ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 100.

⁴⁰² Ibidem, p. 101.

⁴⁰³ Ibidem, p. 102.

⁴⁰⁴ Ibidem, p. 103-104.

⁴⁰⁵ Ibidem, p. 105.

⁴⁰⁶ Ibidem, p. 107.

A última prova era chamada de “a prova da virgem”. Por meio dela, “a virgem podia mostrar seu agrado pelo vencedor; ou livrar-se de um esposo, que não soubera ganhar-lhe o afeto” através de uma corrida, como entoaram os cantores: “Tupã deu ligeireza à virgem para que ela fuja do guerreiro que não quer por esposo” ou ainda corre devagar para que seu guerreiro a alcance.⁴⁰⁷ Logo após as provas, Araci e Jurandir se consagram um casal, no entanto, “o carbeta dos anciões tinha decidido que o vencedor, antes de receber a esposa, devia declarar quem era; pois fora recebido como estrangeiro, e ninguém na taba o conhecia,”⁴⁰⁸ à exceção de Araci, que sabia que seu esposo era um índio Araguaia.

O carbeta se reunira na cabana de Itaquê. Quando o estrangeiro chegou, o chefe Tocantim pediu que ele se apresentasse, porque “a filha de Itaquê” não será esposa de “quem tenha ofendido a um só de seus guerreiros.”⁴⁰⁹ Jurandir revelou que seu nome é Ubirajara, o senhor da lança e chefe da nação Araguaia. Em seguida, contou sua *maranduba* de guerra e como alcançou o nome de Ubirajara, momento em que o narrador descreveu o som de um gemido que rompe do seio de Araci. Isso porque, revelou-se que Ubirajara vencera Pojucã, também filho de Itaquê e irmão de Araci.

Devido as relações pautadas na vingança, a permanência de Ubirajara entre os Tocantim se tornou insustentável, visto ser ele o matador de Pojucã. A vida do chefe Araguaia estava preservada pela lei da hospitalidade, no entanto, Itaquê prometeu a Ubirajara a guerra: “Parte. O sol que viu o estrangeiro na cabana hospedeira o acompanhará amigo; mas com a sombra da noite, mil guerreiros, mais velozes que o nandu, partirão para levar-te a morte.”⁴¹⁰ Antes de deixar os Tocantim, Ubirajara ainda emitiu um gesto provocador ao cravar uma flecha em um tucano, animal símbolo dos Tocantim.

Após sua partida, Ubirajara encontrou Araci no meio da mata. Ela desejava acompanhá-lo. Para o narrador, a índia esperava demover Ubirajara do sacrifício de seu irmão. No entanto, o chefe Araguaia não permitiu que a índia lhe acompanhasse, uma vez que o rito do casamento ainda não se concretizara, como assegura a fala de Ubirajara: “Se Ubirajara tivesse rompido a liga de Araci, ela era sua esposa; e ninguém

⁴⁰⁷ Ibidem, p. 107-108.

⁴⁰⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 111-112.

⁴⁰⁹ Ibidem, p. 115.

⁴¹⁰ Ibidem, p. 117-118.

a arrebataria de seus braços. Mas a virgem Tocantim não pode abandonar a cabana onde nasceu, sem a vontade de seu pai.”⁴¹¹ Fala que estava na contramão do entendimento do amor entre os indígenas apresentado por Stendhal ao defender que “entre os povos bárbaros ou selvagens só pode encontrar o amor físico e mais grosseiro.”⁴¹² Ubirajara não poderia trair a confiança demonstrada por Itaquê em atenção à lei da hospitalidade, por isso não aceitaria a companhia de Araci. Desse modo, a Índia compreendeu “que a honra é a primeira lei do guerreiro.”⁴¹³

Ao retornar, Ubirajara tocou o *trocato* convocando todas as tabas Araguaia até a *ocara* da nação. Ubirajara mostrou então a Pojucã o grande número de guerreiros e lhe diz: “A nação Tocantim carece neste momento do braço de seus maiores guerreiros; vai levar-lhe o socorro de teu valor, para que se aumente a glória de Ubirajara, seu vencedor.”⁴¹⁴ O chefe Araguaia concedia a liberdade a Pojucã, que foi recebida pelo índio como sinal de desonra, momento em que Ubirajara lhe contou o modo como foi recebido entre os Tocantim e ressaltou que “não sabia que Pojucã era filho de Itaquê; pois ele nunca pisaria como hóspede a cabana de um guerreiro, a quem tivesse decepado um filho.” Assim, Pojucã compreendeu que “a honra de seu vencedor exigia sua volta à taba dos seus” para combater os Araguaia.⁴¹⁵

Depois da partida de Pojucã, o conselho de anciões se reuniu para deliberar sobre a guerra. Ubirajara assumiu uma postura de desprezo diante do carbeta ao insistir na guerra: “Quando ele soltar o grito do combate, a voz que falar da paz, emudecerá para sempre, ainda que venha da cabeça do abaré que a lua já embranqueceu.”⁴¹⁶ O narrador afirma que os *abarés* estremeceram diante da ameaça, no entanto, não faz a ligação entre a ameaça e a posição favorável à guerra refletida no conselho de anciões. Diz apenas que o carbeta meditou e “decidiu que a maior glória e sabedoria da nação era ter o seu grande arco de guerra na mão de um chefe, como Ubirajara.”⁴¹⁷

Organizada a guerra, partiu Ubirajara na liderança dos guerreiros Araguaia, momento em que avistou uma “nação tapuia, [que] preparava-se para assaltar a taba

⁴¹¹ Ibidem, p. 120.

⁴¹² STENDHAL apud GAY, Peter. *A experiência burguesa: Da rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 61.

⁴¹³ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 122.

⁴¹⁴ Ibidem, p. 123.

⁴¹⁵ Ibidem, p. 124.

⁴¹⁶ Ibidem, p. 125.

⁴¹⁷ Ibidem, p. 125-126.

dos Tocantins.” Diante disso, solicitou a presença de Murinhem, jovem *nhengaçara* para levar uma mensagem até os Tapuias. Além de cantores, os *nhengaçaras* também serviam de mensageiros, como explica a intervenção do narrador-etnógrafo:

Os cantores eram respeitados por todas as nações das florestas, como os filhos da alegria; pelo que serviam de mensageiros entre as nações em guerra.

Eles penetravam no campo inimigo, entoando o seu canto de paz; e nenhum guerreiro ousava ofender aquele a quem Tupã concedera a fonte da alegria.⁴¹⁸

A mensagem levada por Murinhem solicitava que Canicrã “encoste o tacape da guerra” para que os Araguaia e Tocantim pudessem se enfrentar. Em resposta, o chefe Tapuia disse ao mensageiro: “Torna e dize ao grande chefe Araguaia, que Canicrã veio trazido pela vingança. Pojucã, um dos chefes Tocantim penetrou em sua taba, e incendiou a cabana do pajé, que foi devorado pelas chamas.”⁴¹⁹ Diante disso, o tapuia ofereceu aos Araguaia uma aliança simbolizada pela entrega da haste emplumada de uma flecha Tapuia. Após o contato com o chefe Tapuia, Murinhem foi até o campo dos Tocantim, onde recebeu a mensagem que Itaquê estava disposto a combater ambos os inimigos. Ao ouvir o mensageiro, Ubirajara enviou uma nova mensagem para seus adversários. Aos Tapuias, disse que respeitará a vingança, “mas rejeita sua aliança.” A Itaquê, respondeu que não irá ingerir-se na guerra de vingança entre as duas etnias, pois “deseja que a nação Tocantim derrote os Tapuias, para ter ele a glória de vencer ao vencedor.”⁴²⁰

O romance continua com a descrição do combate entre Tapuias e Toncatins, centralizando a cena no confronto entre os chefes das duas nações: Canicrã e Itaquê. “Durava a peleja o espaço de uma sombra. Em torno dos chefes lastravam o chão os tacapes e escudos que se tinham espedaçado aos golpes de cada um.”⁴²¹ Ao destacar o longo tempo da luta, o narrador entrevia a força guerreira das populações indígenas, ao lado das características da honra cavalheiresca dos romances europeus. No entanto, foi dentre os Tapuias, caracterizados como bárbaros pelo narrador, que assomou um comportamento distante da honra preconizada pelos heróis indígenas. No momento em que Itaquê desferiu um golpe que desarmou o chefe Tapuia, o filho

⁴¹⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 126.

⁴¹⁹ Ibidem, p. 128.

⁴²⁰ Ibidem, p. 129.

⁴²¹ Ibidem, p. 134.

de Canicrã disparou duas setas que alvejaram os dois olhos de Itaquê. Mesmo cego, o chefe Tocantim ainda conseguiu vencer seu inimigo, no instante em que com “a mão direita abarcou o penacho e a cabeleira de Canicrã, [e com] a esquerda entrou pela boca do tapuia e travou-lhe o queixo.” E, separando seus “braços guerreiros cegos”, Itaquê abre o crânio do índio e depois o agitou no ar.⁴²²

O combate se encerrou com a morte de Canicrã e a retirada dos Tapuias. Em meio ao lamento de Ubirajara, que agora não teria a honra de vencer nenhum dos chefes guerreiros, ele avistou Pahan em fuga. Solicitou então que Murinhem capturasse o *curumim*⁴²³ e o levasse até Itaquê para a execução da vingança. Contudo, o chefe Tocantim recusou o prisioneiro e o libertou, lhe dizendo que no futuro o índio achará “cem mancebos do sangue de Itaquê para castigarem tua audácia.”⁴²⁴ Fala representativa do quanto a vingança era importante para o delineamento das relações guerreiras e sociais, uma vez que o aprisionamento e o sacrifício de um índio eram celebrados na taba e o matador recebia novo nome.

Após a cegueira ter atingido Itaquê, os anciões Tocantim se reuniram “bebendo a fumaça da sabedoria” com o objetivo de discutir a liderança da nação. Um dos abarés, Guaribú, disse:

O grande arco da nação carece de uma mão robusta para brandir sua corda; e de um olho seguro para dirigir sua seta. Itaquê é o maior guerreiro das florestas; seu nome faz tremer aos mais valentes dos inimigos; seu braço fere como o raio. Mas a luz fugiu de seus olhos e ele não pode mais abrir o caminho da guerra.⁴²⁵

Guaribú propõe como resolução que Itaquê mantenha a posse do arco da nação Tocantim e o governo da nação, elegendo então outro índio para “abrir o caminho da guerra”. No entanto, Itaquê recusa a sugestão de Guaribú, que dividiria o governo da taba. Para evitar essa disposição, Itaquê determinou sua permanência apenas no carbeto e convocou os guerreiros para a nomeação do novo chefe Tocantim. O critério, para além da força e da coragem, residia no manejo do “grande arco da nação”, que segundo o narrador, “parecia um dos esteios da cabana, e tinha a corda tão grossa como a da rede do chefe.” Dada a descrição, o leitor deve imaginar

⁴²² Ibidem, p. 135.

⁴²³ Menino. Cf. CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário tupi (antigo) português*. Salvador: Moacyr Ribeiro de Carvalho, 1987. p. 155.

⁴²⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Gamier, 1874. p. 138.

⁴²⁵ Ibidem, p. 139.

a força exigida para brandir o arco, circunstância que eliminou diversos candidatos,⁴²⁶ inclusive Pojucã, que embora tenha conseguido disparar uma seta, o som da arma não era o mesmo de quando Itaquê manjava o arco.

Os Tocantim estavam sem líder no momento em que os Tapuias retornam sob o signo da vingança liderados por Agniná, irmão de Canicrã. “Era grande a multidão dos guerreiros; e maior tornavam a sanha da vingança e a fama do chefe que a conduzia.”⁴²⁷ O narrador descreve que os abarés Tocantim meditaram, mas não alcançaram uma solução, deixando a Itaquê a palavra final. A decisão do índio já é entrevista no diálogo entre Pojucã e Itaquê no final do penúltimo capítulo do livro quando o guerreiro Tocantim não conseguiu brandir o arco de sua nação:

Pojucã mostrou que em suas veias corre o sangue generoso de Itaquê. Mas o grande arco pesa em sua mão. Só há um guerreiro na terra que o possa brandir como Itaquê: esse não cinge a fronte com o cocar das penas de tucano.

Pojucã negou a Itaquê esta última consolação. O arco invencível do grande Tocantim que foi o pai da nação, vai sair de sua geração. Tocantim o transmitiu a seu filho Javari, que me gerou; mas eu não soube gerar com seu sangue um guerreiro digno deles.⁴²⁸

Ambos anteviram que o arco da nação Tocantim não permaneceria entre sua etnia, como confirmou a fala de Itaquê no último capítulo do romance: “A voz do coração diz ao neto de Tocantim, que a glória da nação que ele gerou, não se pode extinguir. O sangue de Itaquê passando pelo seio de Araci, se unirá a outro sangue generoso para brotar maior e mais ilustre.”⁴²⁹ O discurso de Itaquê reconhecia que a nação Tocantim viveria através do casamento de Araci com Ubirajara. Para concretizar essa disposição, toda a nação se dirigiu até o campo Araguaia, onde expressou o seguinte:

O arco de Itaquê é como o gavião que perdeu as azas e não pode mais levar a morte ao inimigo. As andorinhas zombam de suas garras. Empunha o arco de Itaquê, chefe dos Araguaia e tu conquistarás por teu heroísmo uma esposa e uma nação.⁴³⁰

⁴²⁶ Ibidem, p. 141.

⁴²⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 145.

⁴²⁸ Ibidem, p. 142.

⁴²⁹ Ibidem, p. 146-147.

⁴³⁰ Ibidem, p. 141.

Ao empunhar o arco Tocantim, Ubirajara disparou uma seta, cujo som alterou o semblante de Itaquê, porque “recordava-lhe o tempo de seu vigor. Era assim que ele brandia o arco outrora, quando as luas cresciam aumentando a força de seu braço.” Em seguida, Ubirajara brandiu o arco Araguaia, cuja flecha transpassou a seta Tocantim, que retornam ao chão conectadas, símbolo, segundo o chefe Araguaia, “da união. Ubirajara fará a nação Tocantim tão poderosa como a nação Araguaia. Ambas serão irmãs na glória e formarão uma só, que há de ser a grande nação de Ubirajara, senhora dos rios, montes e florestas.”⁴³¹ Depois, Ubirajara solicitou que ambas as hastes dos arcos fossem unidas, representando a união das duas tabas. Momento em que Ubirajara e Araci concretizaram seu casamento: “a formosa virgem rompeu a liga vermelha que lhe cingia a perna, e atou-a ao pulso de seu guerreiro.”⁴³²

No dia seguinte, os Tapuias se aproximam. Ubirajara convocou mil guerreiros das duas nações sob sua liderança e parte para a guerra. Com alta dose de idealização, Ubirajara foi descrito brandindo o arco com os pés enquanto segurava seu escudo para lhe proteger das setas inimigas. Nessa posição, o índio disparou flechas que carregavam as cores vermelha e amarela e que atingiram os chefes Tapuias na cabeça, circunstância que enfureceu o inimigo e o levou a se arrojar com maior ímpeto contra os Araguaia e Tocantim. No entanto, Ubirajara, portando sua lança de duas pontas, venceu Agniná, condição que desencorajou os índios Tapuia a continuarem a luta.

Vencida a guerra, Ubirajara retornou à sua cabana e foi surpreendido pela presença de Jandira, seguida da intervenção de Araci: “Araci, tua esposa, é irmã de Jandira. Ubirajara é o chefe dos chefes, senhor do arco das duas nações. Ele deve repartir seu amor por elas, como repartiu a sua força.”⁴³³ Desse modo, Jandira também se tornou esposa de Ubirajara, como o próprio índio reconheceu: “Araci é a esposa do chefe tocantim; Jandira será a esposa do chefe Araguaia; ambas serão as mães dos filhos de Ubirajara, o chefe dos chefes, e o senhor das florestas.”⁴³⁴ Esta é a última fala do romance, seguida da intervenção etnográfica do narrador, que reconheceu ser a união dos Araguaia e Tocantim a origem da “grande nação dos Ubirajaras, que

⁴³¹ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 150.

⁴³² Ibidem, p. 151.

⁴³³ Ibidem, p. 154.

⁴³⁴ Ibidem, p. 155.

tomou o nome do herói”, etnia que ainda vivia “nas margens do grande rio” quando da chegada dos “caramurus” ou os guerreiros do mar.⁴³⁵

Ao afirmar que a nação *Ubirajara* ainda vivia às margens do grande rio no momento da chegada dos europeus, o enredo do romance se vinculou às preocupações da etnografia de meados do século XIX, uma vez que naquele momento discutia-se o modo de vida das etnias indígenas que mantiveram os primeiros contatos com os invasores ou mesmo de período anterior. Portanto, o comentário final do narrador permite inserir o romance na perspectiva de uma *pré-história*⁴³⁶ do presente, uma vez que a cultura indígena contribuiu para a construção da nacionalidade e da nação brasileira, como bem demarcado pelo percurso histórico proposto por Carl Friedrich von Martius em sua dissertação premiada pelo IHGB. Em *Como se deve escrever a história do Brasil*, von Martius defendia que “qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem”. E, sob este viés, o naturalista alemão sustentou que acorreram para a formação brasileira “três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou etiópica”.⁴³⁷

A conexão do romance com a etnografia praticada em meados do século colocou em pauta a importância do caráter testemunhal das descrições das populações indígenas do pretérito, uma vez que a “nova” etnografia, que passou a ser praticada entre as décadas de 1860 e 1870, tendeu a valorizar o indígena contemporâneo. Desse modo, o narrador se colocava como um etnógrafo que testemunhou a cultura indígena protagonizada por Araguaia e Tocantim, etnias indígenas que compartilhavam a mesma língua e costumes. Por conseguinte, ao invés de recorrer a um documento escrito, ficcional ou não, como muitos romances históricos, em *Ubirajara*, o documento mobilizado foi a voz do narrador-etnógrafo implicada no relato da experiência do olhar.

⁴³⁵ Ibidem, p. 155.

⁴³⁶ LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

⁴³⁷ MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6, n. 24, p. 381-403, (1844) 1973, p. 381-382.

3.3 “PELO ÚLTIMO VAPOR”: CIRCULAÇÃO E RECEPÇÃO DO ROMANCE *UBIRAJARA* (1874-1879)

Em 1870, Antônio Carlos Gomes compôs, em Florença, a ópera *O Guarani*, baseada no romance homônimo publicado em 1857. Sua estreia aconteceu em 19 de março de 1870 em Milão⁴³⁸ e, no Brasil, no dia 2 de dezembro, em homenagem ao aniversário do Imperador no Teatro Lírico Fluminense.⁴³⁹ A peça foi considerada como o primeiro sucesso de uma obra musical brasileira no exterior,⁴⁴⁰ além de aplaudida no Brasil, visto que Alencar foi ovacionado após a estreia com discursos e aclamações de poemas, como registrou L. Guimarães Júnior nas páginas do *Diário do Rio de Janeiro*.⁴⁴¹

No entanto, o sucesso da ópera *O Guarani* não respingou em *Ubirajara*, quatro anos depois, visto que a imprensa não registrou muitos comentários ao romance, embora sua publicação tenha sido anunciada em diversos periódicos do país até 1879. No periódico catarinense *O Conservador: jornal político, noticioso e comercial* (1875), foi anunciada a comercialização do romance in-8º pela Editora Garnier,⁴⁴² ou ainda sua publicação como folhetim no periódico catarinense *O Despertador*, entre 18 de janeiro e 30 de maio de 1876,⁴⁴³ formato que se repetiu em 1879 pelas páginas do jornal paulista *A Constituinte: Órgão Liberal*.⁴⁴⁴

O mapeamento da circulação de *Ubirajara* no país se deu a partir do escrutínio da imprensa, em especial nos anúncios de venda de livros e em comentários que registraram a chegada do livro à cidade, cobrindo o recorte que se estende de 1874 a 1879, marcas da cultura escrita que indicam a importância dos jornais como suporte de divulgação da escrita ficcional ao longo do XIX.⁴⁴⁵ Esse período refletiu o aumento

⁴³⁸O GUARANI – Carlos Gomes. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/destaques-do-acervo/guarani-carlos-gomes>. Acesso em: 06 jul. 2017.

⁴³⁹*DIÁRIO do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 30 nov. 1870. p. 04.

⁴⁴⁰O GUARANI, op. cit..

⁴⁴¹JUNIOR, L. Guimarães. Revista do Domingo. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1870. p. 01.

⁴⁴²LIVROS Novos. *O Conservador: jornal político, noticioso e comercial*. Desterro, 26 jun. de 1875, p. 04.

⁴⁴³ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Literatura. *O Despertador*. Desterro, 18 jan. 1876, p. 03-04; Idem. *Ubirajara: lenda Tupi*. Literatura. *O Despertador*. Desterro, 30 mai. 1876, p. 03-04.

⁴⁴⁴Idem. *Ubirajara: lenda Tupi*. *A Constituinte: órgão liberal*. São Paulo 18 nov. 1879, p. 01; Idem. *Ubirajara: lenda Tupi*. *A Constituinte: órgão liberal*. São Paulo, 08 dez. 1879, p. 02.

⁴⁴⁵FRANÇA, Lueny Amanda Oliveira; QUEIROZ, Juliana Maia de. A trajetória de romances portugueses no território brasileiro oitocentista. *Letras Escreve*. Macapá, v. 8, n. 1, p. 107-129, 1º sem. 2018.

de espaços de leitura como bibliotecas, gabinetes de leitura ou mesmo livrarias, como anotou o historiador Nelson Schapochnik, que em cuidadoso levantamento identificou que, entre 1861 e 1880, o país vivenciou “um *boom* de novos contextos da leitura, com a criação de 108 bibliotecas”.⁴⁴⁶ Ampliação conectada à melhoria da circulação do material escrito no Brasil, que teve seu ponta pé com a extinção do tráfico escravo em 1850, fato que impulsionou as melhorias na infraestrutura nacional, especialmente no sistema de comunicação interprovincial, como a implantação das primeiras linhas telegráficas e de navegação e o investimento nas linhas ferroviárias.⁴⁴⁷ Essas modificações contribuíram para acelerar a distribuição nacional do material escrito que circulava no Rio de Janeiro, isso porque a província abrigava a Corte e ocupava “posição de liderança”⁴⁴⁸ política no cenário nacional, além de encabeçar os estudos históricos brasileiros por meio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Portanto, era de interesse às províncias estar alinhadas aos debates que aconteciam na capital do Império.⁴⁴⁹

Na região que configura o atual nordeste, algumas livrarias utilizaram a imprensa como suporte de veiculação publicitária de seus catálogos de títulos. Esse fato atesta o trânsito da literatura brasileira no país, como a livraria de J. J. D’Oliveira & Comp., que no dia 29 de setembro de 1875 anunciou, pelas páginas de *A Constituição* (29/09/1875), do Ceará, que recebeu, “pelo último vapor”, o romance *Ubirajara*,⁴⁵⁰ situação semelhante à da Livraria Acadêmica, da Bahia, que no dia 26 de outubro de 1879 anunciou a venda de *Ubirajara* em seu estabelecimento localizado na Rua da Misericórdia, nº 12.⁴⁵¹ Para além dos anúncios de venda, outros periódicos apenas registraram a circulação do romance, como o *Diário do Maranhão: jornal do*

⁴⁴⁶ “O período de 1861 a 1880 foi marcado por um *boom* de novos contextos da leitura, com a criação de 108 bibliotecas. Além da magnitude desta cifra, é importante sublinhar a ampla circunscrição territorial destas bibliotecas que estavam distribuídas da seguinte forma: Espírito Santo (1), Goiás (1), Maranhão (1), Mato Grosso (1), Alagoas (3), Ceará (3), Rio Grande do Norte (4), Minas Gerais (5), Santa Catarina (5), Pará (8), Rio Grande do Sul (8), Pernambuco (10), Bahia (11), Paraná (13), São Paulo (14), e Rio de Janeiro (19).” A somatória apontada por Nelson Schapochnik está incorreta. O resultado correto é 107. SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 233.

⁴⁴⁷ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do imperador*. D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 102.

⁴⁴⁸ GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias*: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 10.

⁴⁴⁹ FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Comércio de livros*: livreiros, livrarias e impressos. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 5, p. 41-52, 2011. p. 49.

⁴⁵⁰ PELO último vapor recebeu a livraria de J. J. D’Oliveira & Comp. as obras seguintes. *Constituição*: folha política, comercial e noticiosa. Ceará, 29 set. 1875, p. 04.

⁴⁵¹ LEIAM... *O Monitor*. Bahia, 26 out. 1879, p. 02.

Comércio, Lavoura e Indústria, que em sua edição nº 550 registrou a chegada, “pelo vapor ‘Pará’”, de alguns romances publicados pelo editor Garnier, considerado pelo jornal alguém “incansável na propagação dos bons livros nacionais como estrangeiros que faz verter em português.”⁴⁵² E também o comunicado de recebimento do romance pelo Gabinete Português de Leitura de Recife nas páginas do *Diário de Pernambuco* (11/12/1877).⁴⁵³

Na região que compõe o atual norte do Brasil, a editora Garnier ofereceu o livro ao jornal *Commercio do Amazonas*, de Manaus, como noticiado no dia 19 de junho de 1875,⁴⁵⁴ além da circulação de anúncios de venda como o publicado pela Livraria de José Maria da Silva nas páginas do *Diário de Belém: folha política, noticiosa e comercial* (08/03/1876).⁴⁵⁵ Já em nosso atual centro-oeste, no recorte temporal privilegiado pela pesquisa, localizamos apenas uma menção à circulação de *Ubirajara*, encontrada na coluna “Livros novos” do dia 30 de maio de 1875 nas páginas de *O Mineiro: semanário noticioso, comercial e literário*, de Pouso Alegre.⁴⁵⁶

Quanto a sua circulação internacional, em 1876 o romance conheceu ares europeus pelas mãos do romancista. Durante viagem pela Europa em busca de melhores condições de saúde, Alencar dedicou um volume de *Ubirajara* a Ferdinand Denis, diretor da Bibliothèque Saint-Geneviève na França. Sete anos depois, o romance foi traduzido ao italiano sob o título *Ubirajara leggenda tupica di J. de Alencar* e ao alemão, em 1886, por Georg Theodor Hoffmann (1848-1919), intitulado *Ubirajara. Roman aus den Urwäldern Brasiliens*. Já no Brasil, o leitor de fins do século recebeu a terceira edição de *Ubirajara* (1895), por Hippolyte Garnier e em 1899, uma nova edição de *Ubirajara* publicada por Viúva Azevedo & C. – Editores.

Na questão da recepção, os poucos artigos localizados ressaltaram a vinculação do romance ao indianismo e sua contribuição à literatura brasileira, caso do comentário publicado na coluna “Noticiário” do jornal *O Espírito-Santense: jornal político, científico, literário e noticioso*. Ali, foi registrado que *Ubirajara* seria “mais uma obra que vem enriquecer a nossa literatura, pois que a pena de tão distinto escritor, ao traçar as linhas de seus romances, deixa sempre após eles um rastro de luz para

⁴⁵² BIBLIOGRAPHIA. *Diário do Maranhão*: jornal do comércio, lavoura e indústria. Maranhão, 04 jun. 1875, p. 02.

⁴⁵³ PERNAMBUCO. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 jan. 1877, p. 01.

⁴⁵⁴ LIVROS. *Commercio do Amazonas*. Manaus, 19 jun. 1875, p. 03.

⁴⁵⁵ LIVROS. *Diário de Belém*. Belém, 08 mar. 1876, p. 03.

⁴⁵⁶ LIVROS Novos. *O Mineiro*: semanário noticioso, comercial e literário. Pouso Alegre, 30 mai. 1875, p. 02.

a nossa história”, encerrando a curta menção ao romance com o destaque para as notas, compreendidas como “de grande valor”.⁴⁵⁷ Percepção muito próxima ao breve comentário publicado em Pouso Alegre (MG), que reconheceu a importância das notas e ressaltou que *Ubirajara* era uma literatura “embalsamada da fragrância de nossas florestas seculares.”⁴⁵⁸

Já na Corte, o romance recebeu atenção de um leitor anônimo em três folhetins caracterizados como “estudos” e publicados no jornal *A Reforma: órgão democrático* em 1875, como deixou escrito o crítico no primeiro folhetim: “Estudarei esse romance não com o ânimo de achar tudo bom; mas com a consciência de quem quer avaliar o seu mérito, o que espero fazer com tanto maior imparcialidade quanto não conheço o Sr. José de Alencar senão pelos seus escritos.” Como introdução ao escrutínio, o romance foi considerado “um delicado estudo dos costumes indianos, mais uma riquíssima amostra dessa opulenta mina”, especialmente porque “o romance passa-se antes da descoberta do Brasil; o índio ainda não viu o invasor, e só conhece a natureza selvagem que o rodeia”,⁴⁵⁹ consideração que evidencia a relevância da temática indígena para a literatura brasileira.

Como porta de entrada, o primeiro estudo sobre *Ubirajara* discorreu a respeito do uso da língua portuguesa, discussão cara à literatura brasileira, especialmente porque algumas vozes deslegitimavam a literatura produzida aqui ou mesmo declarando a inexistência das belas letras, uma vez que escritas na língua da antiga metrópole. Diante de tais posicionamentos, o crítico anônimo ressaltou o fato de que a língua está sujeita “a perpétuas transformações”, o que, por consequência, alteraria o modo de “se falar no Brasil” até que a língua daqui se tornasse incompreensível lá “e vice versa.” Fenômeno atrelado ao contato com novas populações, como se sucedeu com o “latim em toda Europa meridional” durante as invasões romanas. No caso da América, o crítico destacou o contato entre indígenas e europeus e a miscigenação, uma vez que a mãe índia não tratava seu filho “mestiço” com as canções europeias, mas sim “muito naturalmente, fazendo aquilo que sua mãe lhe

⁴⁵⁷ BIBLIOGRAPHIA. *O Espírito-Santense: jornal político, científico, literários e noticioso*. Vitória, 01 de jun. de 1875, p. 03.

⁴⁵⁸ LIVROS, op. cit., 1875, p. 02.

⁴⁵⁹ FACTOS Diversos. *Ubirajara. A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 02.

havia feito quando pequena, pedia ao *quatipuru* que lhe emprestasse seu sono para adormecer o filhinho.”⁴⁶⁰

Com esse exemplo, o crítico desejava demonstrar a existência das trocas entre as culturas e seu reflexo na alteração do português brasileiro, incrementado com diversas palavras de origem Tupi, circunstância que atingiu diretamente a escrita literária brasileira, mencionando como exemplo os escritores José Basílio da Gama, Gonçalves Dias e José de Alencar.

Foi sob o mote da língua Tupi que o crítico anônimo iniciou suas considerações ao romance, ressaltando, em primeiro lugar, o erro que incorreu o romancista ao traduzir lanceiro como Ubirajara, título do romance. Para ele, a grafia correta seria “*Ybyrá-jara*”, sob a seguinte explicação:

Não havendo ortografia assentada para a língua tupi, até certo ponto não é arbitrário o modo de escrever os nomes que lhe pertencem?

Assim é, até certo ponto.

Mas este é justamente um dos pontos em que tal árbitro não pode ter lugar.

Há na língua tupi um som que não tem correspondente em português, espanhol, italiano, inglês e alemão: é o *i* gutural.

Esse som pode ser emitido por quem pronunciar com a boca aberta o pronome *eu*, em alemão, que é *ich*, ou por quem, encostando a ponta da língua na raiz dos dentes do maxilar inferior proferir a vogal *i* no meio da boca.

Os portugueses antigos, que falavam o tupi, representaram tal som por *y*, por *yg* e por diversas formas, que todas eram convencionais, mas das quais o erro que podia resultar era o de pronunciar o *i* gutural como o nosso *i* português, no que não havia grande inconveniente.

Os franceses, cujo *u* tem som entre *u* e *i*, empregaram muitas vezes o *u* para representar o tal *i* gutural.

Mas, na língua portuguesa e naquela bela, remozada, e enérgica língua em que escreve o Sr. José de Alencar, o *u* não tem o som de *i*, e pois não lhe é permitido o uso do *u* para exprimir o *i* gutural, como lhe seria se escrevesse em francês.

O crítico reconheceu uma alteração gráfica na composição do termo Tupi para lanceiro na substituição do *i* gutural pela letra *u*, cujo som na língua portuguesa estava distante foneticamente do Tupi. Por conseguinte, se manifestou contrário quanto a existência, na língua, indígena do radical *ubi*, a exceção como tradução de verde ou azul, que não se aplicava à designação dada por Alencar. Identificado a incongruência linguística, o minucioso leitor sugeriu que Alencar não deveria, nas “suas investigações filológicas”, se deixar “guiar pelas traduções dos viajantes”, posto que

⁴⁶⁰ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 01.

“dizem eles tantos disparates sobre a língua que será uma pena que o chefe da escola do romance brasileiro os recomende com o prestígio de seu belo nome.”⁴⁶¹

Na sua crítica, o leitor anônimo utilizou a designação de viajante genericamente, uma vez que não identificou nenhum escritor que caberia nessa categoria, contudo, diante do recorte temático, ao voltarmos nossos olhos a acribia alencariana, pode-se considerar que seja uma provável desaprovação do uso dos dicionários preparados por von Martius e Gonçalves Dias, letrados que podem ser tomados sob a chave de viajantes e citados por Alencar nas questões linguísticas em *Iracema*.⁴⁶² Como sugestão de dicionários confiáveis, o crítico mencionou a existência de “duas únicas autoridades que podem ser consultadas, por quem começa os estudos sem o auxílio de um natural: é o *Vocabulário* que acompanha a gramática do padre Figueira, e o *Vocabulário e Tesouro da língua guarani*, ambos do padre Antonio Rodrigues de Montoya.”⁴⁶³ Nomes que provavelmente não eram desconhecidos a Alencar, uma vez que nas próprias notas de *Ubirajara* o romancista citou a *Gramática da Língua do Brasil*, do padre Figueira.⁴⁶⁴

Ao enveredar pelas questões linguísticas, o leitor anônimo reforçava a crítica romântica quanto ao rompimento brasileiro com as tradições lusas, postulação que foi reforçada quando da publicação do segundo folhetim em 20 de maio de 1875. Segundo ele, as vozes portuguesas contrárias à independência desacreditavam o surgimento aqui de instituições como “exército, armada, estadistas e pensadores capazes de formar um povo”. No entanto, a Independência se fez e as instituições foram criadas, muito embora ainda sob o influxo português, circunstância, que mesmo anos depois de nosso importante evento político, ainda era presente como na literatura brasileira, uma vez que o crítico anônimo identificava o país como um “grande mercado dos livros de Portugal.” Desse modo, defendia “uma literatura brasileira, que se não alimente nas tradições da Europa”, método considerado “uma

⁴⁶¹ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 01.

⁴⁶² Ver as notas *Ibyapaba*, *Quixeramobim*, *Maranguab* e *Manacá*, adicionadas ao romance *Iracema*. ALENCAR, José de. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1865. p. 166; 182; 183; 190.

⁴⁶³ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 01.

⁴⁶⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 190; 169.

declaração de independência desta terra, que é ainda colônia literária tantos anos depois de ter sido colônia política.”⁴⁶⁵

Portanto, o leitor de *Ubirajara*, tomava como lentes de análise a crítica romântica, contrapondo-se a interferência portuguesa nas letras nacionais e ao antiromantismo que emergiu nos círculos letrados na década de 1870. Sua posição recuperava premissas que distam do começo do século, como a definição e constituição da literatura brasileira por meio de três perspectivas: 1) as “tradições e costumes dos indígenas”; 2) os “episódios que se prendem à luta das duas raças”; e 3) “O terceiro manancial é essa raça mestiça meia selvagem meia civilizada, que faz o grosso de nossa população cheia de originalidade e heroísmo, que já ministrou ao Sr. José de Alencar o belo tipo do *Gaúcho*.”⁴⁶⁶

O peso do indígena para as letras nacionais era inequívoco para esse leitor, no entanto, o mesmo apresentava a mesma preocupação de José de Alencar (cap. 4) quanto aos registros coloniais, pondo que a raça “branca, com o pretexto de salvar a vermelha das garras do inferno, exercendo sobre ela atos de crueldade, devassidão e miséria que excedem a tudo quanto dos selvagens diziam, no intuito de rebaixá-los a condição do animal, para como a animais pode-los tratar.” Para o crítico anônimo, *Ubirajara* trazia outra visão sobre os indígenas, ao desconhecer a barbaria anotada por cronistas portugueses “que queriam os homens para escravos, e as mulheres para satisfação de gozos impuros.”⁴⁶⁷

No entanto, embora o crítico valorize as descrições do cenário e do indígena no romance, em seu último folhetim fará uma crítica referente à “liberdade do poeta”, no sentido de entender que em determinadas situações, o indígena alencariano superaria o verossímil. Assim, para ele, “a liberdade do poeta, com referência ao selvagem, nunca pode ser admitida a ponto de inverter as leis que a natureza pôs no coração de todos para regular o ascendente das paixões sobre nossos atos.” Como exemplo de inverossimilhança quanto ao caráter do indígena, o crítico mencionou a cena em que “a amante do *Ubirajara*, infeliz e desprezada, é contudo generosa para com sua rival.” Para o crítico, esse comportamento contradizia “o domínio humano”, uma vez que seria mais plausível se Jandira se mostrasse “furiosa, dilacerando as

⁴⁶⁵ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1875, p. 01.

⁴⁶⁶ Ibidem, p. 01.

⁴⁶⁷ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1875, p. 01.

próprias carnes, se não se pudesse vingar da mulher preferida; pintá-la, porém, perdendo, no memento em que conhece que já não é amada, para que isso acontecesse fora mister que ela se tornasse um anjo, e os anjos não interessam nesse caso.”⁴⁶⁸

Apesar de reconhecer o desvio comportamental do indígena em certas circunstâncias, o insucesso da descrição não serviu ao crítico como elemento desqualificador do romance alencariano. A percepção do comentador era a necessária aplicação do controle criativo, no afã de não se desviar do verdadeiro. Foi assim que o crítico encerrou sua digressão analítica, ao afirmar que “seja o escritor tão verdadeiro no desenvolvimento das paixões, quanto é feliz no colorido das pinturas, e ele legará à pátria não somente excelentes romances, mas uma escola, a escola que é hoje reclamada pela mocidade brasileira. Esta sente a necessidade invencível de criar sua autonomia literária, assim como outrora sentiu a de criar sua autonomia política.”⁴⁶⁹

Ao não deslegitimar *Ubirajara* como contribuição para a literatura brasileira, a crítica do leitor anônimo se afastou da percepção de Joaquim Nabuco, que no mesmo ano empreendeu polêmica com José de Alencar pelo jornal *O Globo*. Ao tratar do indianismo alencariano, Joaquim Nabuco assumiu a postura já comentada de deslegitimar a conformação da literatura brasileira a partir do indígena, como mencionado no folhetim de 14 de novembro de 1875:

Essa literatura indígena tem certa pretensão a tornar-se a literatura brasileira. Sem dúvida quem estuda os dialetos selvagens, a religião grosseira, os mitos confusos, os costumes rudes dos nossos indígenas, presta um serviço à ciência, e mesmo à arte. O que porém é impossível, é querer-se fazer dos selvagens a raça, de cuja civilização a nossa literatura deve ser o monumento.⁴⁷⁰

Foi sob este prisma que Nabuco leu *Ubirajara* e os outros romances indianistas alencarianos. Para ele, “os índios em *Iracema*, em *Ubirajara* e no *Guarani*, não são verdadeiros selvagens”, uma vez que o romancista “faz do seu selvagem um homem, muitas vezes superior ao de nossa raça. Os seus índios pensam e sentem como nós,

⁴⁶⁸ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1875, p. 01.

⁴⁶⁹ UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1875, p. 01.

⁴⁷⁰ NABUCO, Joaquim. Aos Domingos VI (*O Globo*, 14/11/1875). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p. 190.

e falam melhor, como se fossem todos poetas. Onde existe essa raça?” Nabuco, embora não mencione no folhetim em questão, estava imbuído das ideias científicas que preconizavam uma hierarquização entre os seres humanos, tomando a raça branca como o ápice da evolução, circunstância que o fazia deslegitimar os indígenas do romance, a ponto de desconhecer a “honra” dos autóctones e criticar a ação pelo amor em *Ubirajara*.⁴⁷¹

O descrédito atribuído por Nabuco ao indígena dos romances alencarianos se devia em grande medida pela falta de verossimilhança das descrições, uma vez que o romancista se pautava em estudos de gabinete, como frisou o crítico:

A natureza americana ele estudou-a nos livros; as flores na botânica; o escritor não conhece a linguagem que fala a natureza, não tem o desenho, não tem as tintas para exprimir-lhe as formas e o relevo, e não tem o que supre muitas vezes a pintura e a arte, a análise das suas impressões diante do belo. [...] O homem que ele nos pinta nunca está em comunicação com o meio em que vive.⁴⁷²

A crítica de Nabuco apontava para a deficiência do modo de criação literária quando da ausência da experiência empírica, leitura baseada nas correntes realistas e que adentravam o país naquele momento. Entendimento também expresso, cerca de três meses antes, em *O novo mundo: periódico ilustrado do progresso da idade*, editado em português e impresso nos Estados Unidos para distribuição no Brasil.⁴⁷³ No artigo em questão, o articulista, sob o pseudônimo Araucarius, reconheceu a ausência de “localismo” no romance, derivado do defeito de muitos escritores desejarem “pintar os nossos sertões sem deixarem o aconchego do gabinete, e os cômodos da vida civilizada.”⁴⁷⁴ Vale mencionar que Alencar já fora alvo de opinião semelhante no início da década de 1870 através dos comentários de Franklin Távora (cap. 4). No entanto, ao contrário do que aconteceu aos textos de Távora e Araucarius,

⁴⁷¹ Ibidem, p. 189-190.

⁴⁷² NABUCO, Joaquim. Aos Domingos VII (*O Globo*, 21/11/1875). In: COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. p. 209.

⁴⁷³ Segundo Mônica Ascitti, no periódico, “apreende-se de suas páginas a expressão de um ideário relativo à literatura brasileira: seu papel no contexto sócio-político da década de 1870 e na conformação de uma identidade nacional. Tendências literárias, autores e obras do repertório literário nacional e internacional também constituem assunto do periódico, frequentemente articulados à visão da necessidade de especialização da atividade literária no Brasil.” ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 11.

⁴⁷⁴ ARAUCARIUS. Literatura. Revista Brasília-Literária. *O novo mundo: periódico ilustrado do progresso da idade*. Nova Iorque, v. 59, n. 59, p. 257-276, 23 ago. 1875, p. 268.

Alencar respondeu aos folhetins assinados por Nabuco utilizando o mesmo jornal como suporte. Em um folhetim de “Às quintas”, Alencar rebateu Nabuco quando este entendeu que o romancista sobrevalorizou o amor entre os indígenas em *Ubirajara*. Para tanto, Alencar indicou a leitura de Alexander von Humboldt, viajante que registrou a “influência que essa paixão exercia entre os indígenas. As guerras mais ardentes desses povos, foram as Helenas guaranis que as acenderam.” Assim, recomendou ao jovem polemista que “é bom estudar as cousas antes de falar delas”.⁴⁷⁵

A comparação do comportamento indígena aos escritos gregos da antiguidade foi tema para a recepção do romance no artigo assinado por Araucarius. Nele, o articulista afirmou ser *Ubirajara* um romance inspirado nos feitos heroicos relatados nos poemas de Ossian e cujo enredo entendia ser uma espécie de *Ilíada* brasileira ao comparar as personagens aos heróis do poema épico grego: “Ubirajara e Pojucã são o Aquiles e o Heitor dessa *Ilíada* brasílica, na qual os velhos Itaquê e Camacã representam os papeis de Príamo e de Anquises.”⁴⁷⁶

A digressão de Araucarius terminou sem avançar no campo da demonstração quanto a comparação de *Ubirajara* à *Ilíada*, no entanto, essa perspectiva analítica foi empreendida por estudo recente publicado no periódico *Acta Scientiarum* da Universidade Estadual de Maringá. Assinado pela pesquisadora Maria Celeste Dezotti, o artigo “Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar”, defende a existência de “pontos de contato entre esse romance e as epopeias da Antiguidade clássica”, como o “universo heroico da *Ilíada* e da *Odisseia* de Homero, e também da *Eneida* de Virgílio.” Portanto, para a autora, esses pontos de convergência residiriam em três aspectos: “a conquista de glória pelo guerreiro, a prática da hospitalidade para com o estrangeiro, e a noiva como prêmio a ser conquistado.”⁴⁷⁷

Como forma de demonstração da tese, a autora empreendeu a comparação de enredos para cada um dos três eixos mencionados acima. Na questão da glória do herói, o leitor deve se lembrar logo da primeira parte do romance, que narra o confronto travado por Jaguarê contra Pojucã em busca do nome de guerra. Essas

⁴⁷⁵ ALENCAR, José de. Às Quintas VI (O *Globo*, 18/11/1875). In: p. COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978. 203.

⁴⁷⁶ ARAUCARIUS. Literatura. Revista *Brasílico-Literária*. *O novo mundo*: periódico ilustrado do progresso da idade. Nova Iorque, v. 59, n. 59, p. 257-276, 23 ago. 1875, p. 268.

⁴⁷⁷ DEZOTTI, Maria Celeste. Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar. *Acta Scientiarum. Linguagem e Cultura*. Maringá, v. 42, n. 1, p. 01-11, jan./jun. 2020. p. 02.

cenar, segundo Dezotti, se aproximam do “ideal que move os guerreiros homéricos, quando se lançam destemidos nas batalhas em busca do *kleos* (renome, glória)”, uma vez que “nesse contexto, interessa-lhes conhecer a identidade do adversário que vão enfrentar, pois quanto mais ilustre ele for, maior será o *kleos* obtido ao derrotá-lo”.⁴⁷⁸ Conceção muito próxima daquela adotada no romance, pois o indígena a ser vencido deveria ser reconhecido como um guerreiro valente, como demonstra abaixo o diálogo entre Jaguarê e Pojucã utilizado como demonstração pela pesquisadora:

– Eu sou Jaguarê, filho de Camacã, chefe da valente nação dos Araguaias, que vem de longe em busca da terra de seus pais. Minha fama corre as tabas e tu já deves conhecer o maior caçador das florestas. Mas Jaguarê despreza a fama do caçador; ele quer um nome de guerra, que diga às nações a força de seu braço e faça tremer aos mais bravos. Se tua nação te aclamou forte entre os fortes, prepara-te para morrer; senão, passa teu caminho, guerreiro vil, para que o sangue do fraco não manche o tacape virgem de Jaguarê.
 – O caraíba guiou teu passo ao encontro de Pojucã, o matador de gente, guerreiro chefe da terrível nação Tocantim, que enche de terror as outras nações. Há três luas, desde que fugiram espavoridos os bárbaros Tapuias, que Pojucã não combate; e seu tacape tem fome do inimigo. Tu não és digno dos golpes de um guerreiro chefe; mas Pojucã se compadece de tua mocidade e consente em combater contigo. Terás a glória de ser morto pelo mais valente guerreiro Tocantim.”⁴⁷⁹

Para a pesquisadora, esse diálogo muito se assemelha à algumas cenas da *Ilíada*, onde, “antes do embate, um guerreiro dialoga com o inimigo para conferir se ele é de linhagem ilustre”. Como exemplo, a cena mais “famosa” seria o “encontro entre Diomedes, guerreiro grego, e Glauco, aliados dos troianos”,⁴⁸⁰ momento em que o primeiro indaga ao segundo: “Quem és tu, valentão dentre os homens mortais? Pois antes nunca te vi na peleja exaltadora de homens.”⁴⁸¹ Da honra de vencer um inimigo se extrai ainda a morte gloriosa, exigida por Pojucã após ser derrotado por Jaguarê, pedido que “faz lembrar o troiano Heitor, ante a iminência de ser morto por Aquiles, e seu desejo de morrer gloriosamente (*eukleios*) diante da cidade.”⁴⁸²

Quanto ao segundo eixo de análise, a hospitalidade, a perspectiva adotada pela pesquisadora indica a existência de proximidades entre as práticas de hospitalidade indígena e grega, “sobretudo no tocante ao conhecimento da identidade do

⁴⁷⁸ Ibidem, p. 03.

⁴⁷⁹ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 13.

⁴⁸⁰ DEZOTTI, Maria Celeste. Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar. *Acta Scientiarum. Linguagem e Cultura*. Maringá, v. 42, n. 1, p. 01-11, jan./jun. 2020. p. 03.

⁴⁸¹ HOMERO apud DEZOTTI, Maria Celeste. Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar. *Acta Scientiarum. Linguagem e Cultura*. Maringá, v. 42, n. 1, p. 01-11, jan./jun. 2020. p. 03.

⁴⁸² DEZOTTI, op. cit., p. 03.

estrangeiro: também entre os gregos só se perguntava ao hóspede o seu nome depois de lhe ter sido oferecido alimento.”⁴⁸³ Esse costume grego, na leitura de Dezotti, lembraria a passagem em que o narrador-etnógrafo afirma que “a lei da hospitalidade não consentia que se perguntasse o nome ao estrangeiro que chegava; nem que se indagasse de sua nação.”⁴⁸⁴ Embora possamos identificar uma distinção entre o andamento da prática da hospitalidade, uma vez que entre os indígenas o silêncio quanto ao nome do forasteiro parece ser inquestionável, já entre os gregos a quebra da lei se daria logo após a alimentação. Ainda na questão da hospitalidade, a pesquisadora lembra a dimensão sagrada que envolvia o forasteiro indígena, visto que os cantores Tocantim registraram que Jaguarê seria o mensageiro de Tupã, a encarnação de Sumé, atribuição mística que poderia estar sustentada “pela concepção mística de que os deuses gregos podiam assumir forma humana e frequentar a casa dos mortais”.⁴⁸⁵

Por fim, o último olhar da pesquisadora se direciona para “a noiva como prêmio de guerra”. Uma das cenas do romance utilizada como demonstração é aquela em que Itaquê, após perder a visão, decide entregar a chefia dos Tocantim a Ubirajara, caso ele possa manejar seu arco, decisão que culminava com a entrega de Araci como esposa ao chefe Araguaia. Essa “prova do arco” é comparável a um episódio da *Odisseia*, “em que Penélope decide tomar para marido aquele dentre os pretendentes que fosse capaz de manejar o grande arco de Ulisses”.⁴⁸⁶

A um olhar rápido, a comparação proposta por Araucarius e pela pesquisadora Dezotti pode parecer despropositada, uma vez que o espaço temporal entre as obras gregas e o romance alencariano é tamanho. No entanto, quando da polêmica com Magalhães, Alencar demonstrou conhecimento dos escritores gregos, “citando reiteradas vezes os nomes de Virgílio e de Homero”, embora seja plausível questionar essa conclusão, uma vez que Alencar discordava do uso da forma antiga como gênero para a literatura brasileira. A pesquisadora não adentrou na problemática, então fica aqui a questão. Talvez uma resposta possível, a partir da leitura do artigo, seja entender que *Ubirajara* seria um romance híbrido, por congregar aspectos da epopeia grega e do romance, pois o livro assumiu “uma narrativa que explica a causa (*aitía*)”,

⁴⁸³Ibidem, p. 05.

⁴⁸⁴ ALENCAR, op. cit., p. 64.

⁴⁸⁵ DEZOTTI, Maria Celeste. Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar. *Acta Scientiarum. Linguagem e Cultura*. Maringá, v. 42, n. 1, p. 01-11, jan./jun. 2020. p. 05.

⁴⁸⁶ Ibidem, p. 07.

utilizada pelos poetas helenos para narrar a origem de cidades e povos, uma vez que a narrativa de *Ubirajara* conta a formação da etnia homônima, que se deu através da união dos arcos dos Araguaia e Tocantim.⁴⁸⁷

A cena da união dos arcos é central para compreender o projeto alencariano de conciliação que sustentava seu olhar ao passado colonial, bem como apontava para o reforço do status imperial sustentado pelo indianismo romântico. No entanto, uma parcela da recepção crítica, mesmo que tenha reconhecido a contribuição alencariana para a literatura brasileira, indicava a necessidade de mudanças na matéria romanesca calcada nos princípios realistas e cientificistas. Nesse sentido, mesmo que sustentado por importantes notas e nomes de cronistas e historiadores, *Ubirajara* se colocava como um romance vinculado a um Romantismo em decadência, mas ainda muito presente em meio a um processo gradual de alterações políticas, culturais e sociais.

⁴⁸⁷ Ibidem, p. 10.

4 O “ESTUDO DOS MESTRES” NA FICCIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA DE UBIRAJARA: JOSÉ DE ALENCAR E A ETNOGRAFIA DE GABINETE

4.1 AO INDÍGENA, DESCRIÇÕES FIDEDIGNAS: O INDIANISMO ALENCARIANO SOB ATAQUE

Enquanto a literatura romântica era reprovada pelo seu excesso de sentimentalismo, pelo indianismo e pela ausência de descrições fidedignas à realidade, o universo político e social mantido pela monarquia via seus sustentáculos serem atacados, especialmente a escravidão. No caso da política científica, os discursos localizavam na escravidão o empecilho para o progresso nacional, pois o sistema escravista enfraquecia as instituições e a economia, impedindo a formação de um povo brasileiro. Nessa perspectiva, os positivistas abolicionistas defendiam, além do fim da escravidão, a integração econômica do ex-escravizado à sociedade.⁴⁸⁸

Destoando da perspectiva abolicionista liberal e de outros grupos abolicionistas, o político e romancista José de Alencar advogava o fim da escravidão pela alteração “nos costumes, que são a medula da sociedade”.⁴⁸⁹ Posicionamento que estava na contramão das medidas legislativas propostas, como a Lei do Ventre Livre (1871), que encontrou em Alencar um opositor, sob o argumento de que medidas legislativas tomadas anteriormente não impediram a continuidade da escravidão e do tráfico. Citou como exemplo as leis promulgadas em 1831 e também 1850, quando “todos os indivíduos novamente importados eram lançados a conta do tempo em que era lícita essa aquisição”. Sob a ótica de Alencar, essa circunstância era passível de repetição caso a Lei do Ventre Livre fosse aprovada, quando retroagindo “ao cativo os nascimentos acontecidos já no período de liberdade”.⁴⁹⁰

A argumentação de Alencar frente aos debates abolicionistas contemplava a posição conservadora do Segundo Reinado: “o partido conservador sempre esteve convencido da necessidade de deixar que o problema da emancipação se resolvesse

⁴⁸⁸ ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

⁴⁸⁹ ALENCAR, José de. Elemento Servil (Sessão 30/09/1870). In: ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar: Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977. p. 197.

⁴⁹⁰ Idem. Quarta Carta - Sobre a Emancipação (26/07/1867). In: ALENCAR, José de. *Ao Imperador: Novas Cartas Políticas*. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro & Cia, 1867-1868. p. 42.

por si, por uma transformação lenta e pela revolução social dos costumes”.⁴⁹¹ Concepção que se aproximou da proposta emancipacionista apresentada na revista conservadora inglesa *Quarterly Review* na primeira metade do século XIX, ao defender que o fim da escravidão “deveria ser gradual e não o resultado de leis votadas”.⁴⁹²

A posição antagônica à aprovação da Lei do Ventre Livre colocava o romancista como defensor da ordem imperial sustentada pelo regime escravocrata. Postura que encontrou no português José Feliciano de Castilho um opositor que, através da publicação do jornal *Questões do Dia*, pretendia discutir as pautas colocadas na Câmara dos Deputados, dentre elas, a Lei do Ventre Livre. A posição editorial era favorável à aprovação da Lei Rio Branco e, portanto, passou a manifestar oposição a José de Alencar. Segundo Valdeci Rezende Borges, Castilho foi “censor ferrenho da obra alencariana”,⁴⁹³ sinalizando suas críticas a *O Gaúcho* e *Til* no jornal (1871). Junto a Castilho, acercou-se Franklin Távora (1842-1888) que, por meio da adoção do pseudônimo Semprônio, escreveu cartas endereçadas a Cincinato (Castilho) e publicadas em *Questões do Dia* com críticas aos romances *Iracema* (1865) e *O Gaúcho* (1870).

Segundo Cristina Ribeiro, as críticas de Franklin Távora “incidem especialmente sobre os métodos de criação literária empregados por José de Alencar”, além de acusar o autor de *O Guarani* de “apresentar descrições debilitadas pela imaginação e de ignorar as referências linguísticas e literárias que o precederam.”⁴⁹⁴ Távora foi integrante do grupo letrado que configuraria a chamada Escola de Recife, problematizadora do “modelo literário dos românticos”. Junto dele também estavam Tobias Barreto e Silvio Romero, cujas críticas ao Romantismo ressaltavam a “ausência dos negros e mulatos; dos novos grupos sociais urbanos; e

⁴⁹¹ ALENCAR, José de. Sessão de 13 de julho. In: ALENCAR, José de. *Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1871. p. 95.

⁴⁹² RICHET-COOPER, Diana. As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira metade do século XIX. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (orgs.) *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 428.

⁴⁹³ BORGES, Valdeci Rezende. Observações literárias de um cidadão português sobre a produção de José de Alencar na revista fluminense *Questões do Dia*. *Emblemas – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais UFG/CAC*. Catalão, v. 9, n. 1, p. 111-128, jan./ jun., 2012, p. 113.

⁴⁹⁴ RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 76-77.

das sociedades rurais”, circunstâncias que seriam emblemáticas “da resistência dos românticos às novas transformações sociopolíticas.”⁴⁹⁵

Portanto, descortinava-se em Recife um grupo letrado antagônico à hegemonia romântica, tornando-se assim, mais uma voz dissonante da ordem imperial reinante na segunda metade do século XIX. Além das críticas destinadas à posição de Alencar quanto a emancipação dos escravos, as críticas aos romances alencarianos por Semprônio, elaboradas em Recife e enviadas ao periódico *Questões do Dia* no Rio de Janeiro, podem ser interpretadas como um juízo que procurava enfraquecer a posição romântica e ressaltar a necessidade de urgente modificação das concepções estético-literárias. Logo, opondo-se à idealização e defendendo a importação e apropriação das ideias estrangeiras. Isso porque Távora era leitor de Hippolyte Taine, e segundo Cristina Ribeiro, adotava o que ela chama de método taineano, que “parece propor uma releitura do conceito de *mimesis*, recomendando uma aplicação das ‘ciências naturais’ às ‘ciências morais’, de forma que o artista ‘imite’ o real, tal como o botânico capta e descreve cientificamente a vegetação natural”.⁴⁹⁶

Logo na primeira carta de Semprônio, Távora afirmou que “*Iracema* tem a pretensão confessa de realizar o tipo da poesia brasileira!” Tese fruto da leitura e interpretação da Carta ao Dr. Jaguaribe, posfácio à *Iracema*, cujo teor alinhava a literatura brasileira ao protagonismo indígena na poesia e linguagem nacional.⁴⁹⁷ No entanto, sua crítica não segue a linha de Sílvio Romero no que tange à incorporação do indígena como parte da literatura brasileira. Távora se opôs ao indígena de *Iracema* porque para ele, sua descrição não coadunava com a realidade. A crítica de Távora esclarecia que

o candidato a realizador do tipo da literatura propriamente brasileira, quando já não era possível estudar no vivo as paixões de uma raça quase desaparecida, ou, pelo menos, decaída da sua primitiva grandeza, se voltasse para a história e para o estudo dos mestres, feito sobre o índio

⁴⁹⁵ NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira geração romântica versus Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. p. 16.

⁴⁹⁶ RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016. p. 80.

⁴⁹⁷ TÁVORA, Franklin. Carta I. In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinato: estudos críticos de Semprônio sobre O Gaúcho e a Iracema, obras de Sênio (J. de Alencar)*. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872. p. 139.

colonial, e daí apanhasse a expressão complexa e fiel deste, seus costumes, suas inclinações, sua poesia enfim.⁴⁹⁸

A centralidade da crítica residia na desconexão observada por Távora entre o indígena do romance *Iracema* e as descrições elaboradas por historiadores, cronistas coloniais e viajantes pautados na observação, a exemplo de Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Gonçalves Dias. Isso porque, Alencar

Principia, contrapondo-se aos mais autorizados mestres. Sem nunca haver tido ocasião de estudar eficazmente o elemento de que se presume conhecedor, nutre a vaidade de supor que achou o caráter deste na sua mesa de estudo e sem dúvida mediante os subsídios, devidos aos mesmos escritores, contra os quais rompe.⁴⁹⁹

Para Távora, uma pintura realista do índio demandava a compilação das informações registradas pelos “mestres”. Porém, Alencar preferiu a idealização do indígena através do “esbanjamento de imaginação, que, desde à primeira vista, se nota que está muito longe de aproximar-se da verdade”.⁵⁰⁰ Essa posição seria resultado da reclusão de Alencar ao gabinete, ao invés de adotar uma postura de observador, como Gonçalves Dias, ou quando da impossibilidade, a consulta aos “mestres”. Crítica que se repetiu em 1875, quando Joaquim Nabuco afirmou: “Quem lê os romances do Sr. J. de Alencar, vê que ele nunca saiu do seu gabinete e nunca deixou os óculos.”⁵⁰¹ Juízo que também se estendeu à mobilização da língua tupi em *Iracema* nos seguintes termos:

Ora, como há de conhecer essa língua quem não penetrou nas tribos, quem não se achou em contato com o povo, quem a não estudou nos tempos primevos, porque era impossível fazê-lo, nem mesmo nos tempos atuais em que já o verdadeiro caráter indígena decaiu e se corrompeu? Há de forçosamente estudá-la nas obras e dicionários que nos deixaram os nossos predecessores.⁵⁰²

⁴⁹⁸ TÁVORA, Franklin. Carta II. In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinnati: estudos críticos de Semprônio sobre O Gaúcho e a Iracema*, obras de Sênio (J. de Alencar). 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872. p. 151.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, p. 152.

⁵⁰⁰ *Idem*. Carta III. In: TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinnati: estudos críticos de Semprônio sobre O Gaúcho e a Iracema*, obras de Sênio (J. de Alencar). 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872. p. 170.

⁵⁰¹ NABUCO, Joaquim. Aos Domingos – VIII. In: COUTINHO, Afranio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965. p. 209.

⁵⁰² TÁVORA, op. cit., p. 152-153.

Foi nos escritos dos “predecessores” que Alencar se debruçou para escrever *Ubirajara*, circunstância que levou nomes da historiografia literária como Antonio Candido e David Treece, a alertarem para a possibilidade de que *Ubirajara* fosse uma provável resposta às críticas de Távora.⁵⁰³ Isso porque o romance é recheado de notas com comentários e referências a cronistas e viajantes coloniais, condição que revela que a polêmica literária “colabora de modo tortuoso para a explicitação dos problemas estéticos”.⁵⁰⁴ No caso de Alencar, tanto os nomes do paratexto mobilizados bem como a própria matéria ficcionalizada filiam o romancista à posição romântica de meados do século XIX. As críticas de Távora são representativas da alteração que o mundo letrado passava, inclusive no campo dos estudos etnográficos que atingiam diretamente a ficção de mesma matéria, como já discutido. No entanto, diante desse cenário, Alencar permaneceu conectado à perspectiva etnográfica produzida entre os anos 1840 e 1860, quando predominava a chamada “etnografia de gabinete”, momento em que a “realidade” do cotidiano indígena era apreendida por intermédio dos relatos escritos por missionários e cronistas coloniais.

4.2 A "HISTÓRIA ANTERIOR" EM *UBIRAJARA*: CRONISTAS, MISSIONÁRIOS E HISTORIADORES NA FICIONALIZAÇÃO DO INDÍGENA

Os documentos produzidos pelos “mestres” consultados por José de Alencar foram produzidos após 1500, circunstância que coloca a seguinte dúvida: como Alencar conciliou documentos elaborados após os primeiros contatos na ficcionalização de populações indígenas em contexto anterior ao desembarque português? Aparentemente esse modo de proceder pode suscitar a suspeita de descrições anacrônicas em *Ubirajara*, contudo, essa hipótese não se sustenta ao verificarmos trabalhos etnográficos produzidos na segunda metade do século XIX. Em 1867, a revista do IHGB publicou o estudo intitulado *Brasil e Oceania*, assinado pelo poeta e membro do Instituto Antônio Gonçalves Dias, com o objetivo de “descrever o estado físico, moral e intelectual dos indígenas do Brasil, no tempo em que pela primeira vez se acharam em contato com os seus descobridores”. Para alcançar o

⁵⁰³ CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981; TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

⁵⁰⁴ EULÁLIO, Alexandre. O Ensaio Literário no Brasil. *Língua e Literatura*, São Paulo, 17, p. 09-54, 1989, p. 33.

escopo de seu trabalho, produzido a partir da proposição de estudar quais indígenas ofereciam melhores oportunidades à viabilização da empresa civilizatória feita pelo Imperador D. Pedro II,⁵⁰⁵ o primeiro capítulo do estudo goçalvino investigou as populações nativas no decurso nomeado por ele “história anterior”, clara alusão ao período que antecedeu os primeiros contatos entre nativos e europeus. Para o escrutínio da história indígena desta época, seguindo o plano apresentado por Ferdinand Denis, Gonçalves Dias afirmou que as “as considerações tiradas do estado em que achamos os habitantes desta parte do novo mundo”⁵⁰⁶ possibilitariam a constituição de conjecturas quanto ao modo de vida dessa população em tempos anteriores. Ou seja, os primeiros relatos produzidos forneceriam descrições mais “puras” a respeito do modo de vida indígena.

José de Alencar não explicitou o método utilizado na ficcionalização de populações autóctones anteriores a 1500, contudo, é possível apreender que o seu modo de apropriação seguiu a mesma trilha do poeta indianista, pois creditava aos mesmos escritores coloniais as características dos índios figurados em *Ubirajara*. É assente na historiografia literária que a apropriação destes escritores por parte do autor de *O Guarani* aconteceu com o fito de “sustentar as imagens apresentadas no texto literário, na tentativa de convencer o leitor da proximidade com o ‘real’. Isso porque esses relatos constituíam o que havia de registro (sobre os índios, seus costumes e a natureza brasileira) disponível na época.”⁵⁰⁷ Desse modo, Alencar tornava seu enredo verossímil e favorecia “a compreensão dos sentimentos e ações dos personagens, dando-lhes maior credibilidade.”⁵⁰⁸

Foi a partir do pequeno relato de Gabriel Soares de Sousa sobre os Ubirajaras que Jaguarê manejou uma espécie de lança fabricada de “uns paus tostados muito agudos, de comprimento de três palmos, pouco mais ou menos cada um, e tão agudos de ambas as pontas, com os quais atiram a seus contrários como com punhais”.⁵⁰⁹

⁵⁰⁵ KODAMA, Kaori. O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em *Brasil e Oceania. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 01-14, jul./set., 2007.

⁵⁰⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. *Brasil e Oceania. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 07.

⁵⁰⁷ RAMOS, Ivana Pinto. *Ubirajara: ficção e fricções alencarianas*. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. p. 02.

⁵⁰⁸ NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. p. 245.

⁵⁰⁹ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 348.

Além da precisão de Jaguarê arrojando a lança contra o “grosso tronco da imburana”,⁵¹⁰ visto que os índios desta etnia “não erram tiro”.⁵¹¹ Foi com esta arma e o seu arco e flechas que Jaguarê procurava, pelas margens do “grande rio” um inimigo a ser vencido. Buscava superar um oponente e alcançar o “nome de guerra”, expressão que recebeu uma nota remetendo o leitor a um costume Tupinambá, mencionado pelo historiador inglês Robert Southey e Gabriel Soares. A nota se abre com uma citação de Southey, que em determinada altura diz que o jovem indígena, “ao chegar à idade de ir à guerra, dava-se outro nome ao mancebo que aos seus títulos ia acrescentando um por inimigo que trazia para casa a ser imolado.”⁵¹² Alencar acrescentou ainda que “acerca do nome que tomava o tupinambá quando matava o contrário”⁵¹³ o leitor poderia consultar Gabriel Soares de Sousa. Portanto, o novo nome estava condicionado ao aprisionamento de um inimigo e sua execução no ritual antropofágico, quando o guerreiro assumiria o novo nome em meio a festividades.⁵¹⁴

Vencido Pojucã, representado pela ação de calcar “a mão direita sobre o ombro esquerdo do vencido”,⁵¹⁵ cena construída a partir do relato de Yves d’Evreux, que afirmou que com este gesto o malogrado, “por maior que seja entre os seus se reconhece escravo e vencido”.⁵¹⁶ A partir daquele instante o perdedor segue o vencedor do combate para as festividades e o ritual antropofágico praticados na taba inimiga.

O aprisionamento de um inimigo mobilizava todo o povoado na organização do festim acompanhado por grande número de espectadores, incluídas as povoações vizinhas convocadas pelo toque do *trocano*, espécie de tambor utilizado para comunicação entre os povoados indígenas e instrumento de guerra.⁵¹⁷ Organizado o evento, o narrador descreveu a praça existente no interior da aldeia apinhada por uma “multidão de guerreiros”: “primeiro os chefes das tabas; depois os varões; por último os moços guerreiros”, acompanhados ainda pelos “jovens caçadores” que almejam

⁵¹⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 159.

⁵¹¹ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 348.

⁵¹² SOUTHEY, Robert. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. t. I. p. 336.

⁵¹³ ALENCAR, op. cit., p. 162.

⁵¹⁴ SOUSA, op. cit., p. 333-334.

⁵¹⁵ ALENCAR, op. cit., p. 19.

⁵¹⁶ D’EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874. p. 42.

⁵¹⁷ TROCANO. In: DIAS, Antônio Gonçalves. *Dicionário da Língua Tupy Chamada Língua Geral dos Indígenas do Brasil*. Límpsia: F. A. Brockhaus, 1858. p. 172-173.

logo tornarem-se guerreiros. E de longe, acompanham as mulheres, “que segundo o rito pátrio não podem ser admitidas nas festas guerreiras.”⁵¹⁸

Este era o público que acompanhou a festividade na qual Jaguarê contaria a sua história de guerra. No romance, o ato de narrar uma experiência guerreira foi traduzido para a língua Tupi como *maranduba*, prática ainda presente no século XIX entre os indígenas do Amazonas, conforme relatou o Dr. João Martins da Silva Coutinho (1830-1889), “incansável explorador do vale do Amazonas”.⁵¹⁹ Costume também narrado por outros pesquisadores, como o engenheiro e naturalista João Barbosa Rodrigues (1842-1909). Em nota ao seu “Exploração e estudo do Vale do Amazonas”, escreveu que “os tupinambás, assim como os tapuias de hoje, sempre têm a contar alguma *maranduba* [...], isto é, história de seus feitos, quer de guerra, caça, etc.”⁵²⁰

Jaguarê passa então a narrar como se deu a luta entre ele e o guerreiro Tocantim que culminou em sua vitória. Seguido deste momento, o índio Araguaia anunciou seu nome: Ubirajara, o senhor da lança, sendo-lhe também entregue o arco de chefe dos Araguaia por seu pai Camacã. De acordo com Alencar, para tornar-se chefe, “o mais audaz e o mais forte impunha-se: a permanência de sua autoridade, bem como sua extensão, dependia do respeito que ele conseguia infundir a seus guerreiros.” Jaguarê carregava em si estas características tal como seu pai, “o maior guerreiro Araguaia, o grande Camacã.”⁵²¹ Entendimento que não pode ser desvinculado da perspectiva hereditária presente entre os tapuias e relatada por Gaspar Barléu (1584-1648), ao afirmar que estes nativos “julgam que os melhores nascem dos melhores e que não é vão o nome da nobreza, mas se transfunde com o sangue.”⁵²² E também entre os Tupinambá, “onde o chefe era ao mesmo tempo eletivo e hereditário, isto é, escolhiam de preferência o filho para suceder ao pai”.⁵²³ Ao transferir a liderança dos Araguaia ao filho, Camacã passou a integrar o conselho de anciões, importante instituição governativa entre os indígenas, especialmente nas

⁵¹⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 24.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 180.

⁵²⁰ RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875. p. 45.

⁵²¹ ALENCAR, op. cit., p. 171; 18.

⁵²² BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos ano Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 264.

⁵²³ DENIS, Ferdinand. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955. p. 41.

decisões envolvendo a deflagração de uma guerra, como contou o padre Claudio D'Abbeville.⁵²⁴

Esta festa em comemoração aos feitos do então *Ubirajara* era recheada de cantos e danças, característica oriunda de descrições dos Tupinambá anotadas em diversos relatos coloniais. Segundo Alencar, o religioso francês Jean de Léry (1536-1613) “fala com entusiasmo da doçura”⁵²⁵ dos cantos Tupinambá, enquanto o cronista Gabriel Soares de Sousa relatou que os desta etnia “se prezam de grandes músicos” sendo que entre eles são “os músicos mui estimados, e por onde quer que vão, são bem agasalhados, e muitos atravessaram já o sertão entre seus contrários, sem lhe fazerem mal.”⁵²⁶ Informação apropriada pelo narrador para descrever a circulação dos cantores como mensageiros ao manter comunicação com os tapuias que ameaçavam atacar os Tocantim. Além das músicas e dos cantos, as festividades eram regadas por uma bebida chamada cauim. Segundo Jean de Léry, ela era preparada pelas mulheres a partir da mandioca e servida quente,⁵²⁷ logo por isso Jurandir (*Ubirajara*) afirmou: “O cauim queima a boca do guerreiro; mas derrama a alegria dentro d'alma.”⁵²⁸

Celebrava-se em *Ubirajara* a vitória de Jaguarê sobre Pojucã, o mais valente guerreiro Tocantim. Como prisioneiro, seu destino era ser sacrificado no ritual antropofágico para consolidar a nova posição social de *Ubirajara* entre os Araguaia. Para tanto, Alencar não podia se furtar a embasar sua descrição nos testemunhos produzidos no período colonial. O romancista destinou três notas formadas de comentários e referências para explicar em maiores detalhes a ritualística exigida pela antropofagia Tupinambá que foi realocada para descrever os índios Araguaia.

A morte não assustava o cativo, pois, segundo o Frei André Thevet (1502-1590), as vítimas estavam certas de que “seus amigos os vingariam”.⁵²⁹ O que aterrorizava o prisioneiro era não receber uma morte honrada por seu matador. Todavia, isso não acontecia imediatamente ao aprisionamento nem mesmo existia

⁵²⁴ D'ABBEVILLE, Claudio. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Suas Circunvizinhanças*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874. p. 336.

⁵²⁵ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 181.

⁵²⁶ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 324.

⁵²⁷ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 129-130.

⁵²⁸ ALENCAR, op. cit., p. 106.

⁵²⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. p. 240.

uma data prévia entre os “gentios” para a execução do sacrifício, como registrou Jean de Léry,⁵³⁰ muito embora o chefe Araguaia tenha anunciado o suplício de Pojucã para quando do seu retorno na próxima lua. Até este momento, o guerreiro Tocantim usufruiria da hospitalidade e conviveria com o cotidiano Araguaia, sendo a fuga desonrosa ao cativo, mesmo que persuadido, como esclareceu o historiador oitocentista Robert Southey.⁵³¹

Portanto, o cativo passava a viver como hóspede e usufruía de certas concessões na taba inimiga, como uma cabana e a designação de uma mulher como “esposa do túmulo”. Gabriel Soares afirmou que entre os Tupinambá era destinada ao prisioneiro “a mais formosa moça que há na sua casa, com quem se ele agasalha, todas as vezes que quer, a qual moça tem cuidado de o servir, e de lhe dar o necessário para comer e beber, com o que o cevam cada hora, e lhe fazem muitos regalos.”⁵³² No romance, Jandira foi prometida como esposa a Pojucã, circunstância que muito honrava Magé diante dos anciões pois, segundo Florestan Fernandes, “o parentesco com um prisioneiro inimigo era altamente desejado”.⁵³³ A citação é diretamente conectada ao entendimento Tupinambá quanto à gestação de um filho,⁵³⁴ descrito por Robert Southey: “Era a opinião deles que o filho provinha unicamente do pai, recebendo sim nutrição e nascimento da mãe, nada mais porém.” Tendo seguimento a interpretação de que “as circunstâncias do lugar do seu nascimento e criação nenhum sentimento humano a favor dela provocavam; não se esquecia que era do sangue e carne dos inimigos, e logo que se achava para isso nas condições mais favoráveis, era morta e devorada.”⁵³⁵

O ato de entregar uma mulher ao estranho que se chega à taba se repete nos costumes Tupinambá ligados à hospitalidade e que, segundo o autor de *As minas de prata*, era uma das virtudes “mais veneradas entre os indígenas”.⁵³⁶ No romance, a recepção Tocantim dada a Ubirajara se aproximou dos relatos coloniais, como o

⁵³⁰ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 193.

⁵³¹ SOUTHEY, Robert. *Historia do Brazil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. t. I. p. 309.

⁵³² SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 334.

⁵³³ FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambás*. 2ª Ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963. p. 229.

⁵³⁴ SEVERIANO, Rafael. *Os Tupinambás no Brasil Colonial: aspectos da transmissão musical*. 2016. 177 f. Dissertação. (Mestrado em Artes) – Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. p. 48.

⁵³⁵ SOUTHEY, op. cit., p. 308.

⁵³⁶ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 194.

produzido pelo capuchinho Ives d'Evreux, que afirmou que a "hospitalidade ou compadresco é entre eles muito íntima, porque estimam seus hóspedes, como se fossem seus próprios filhos, vão caçar e pescar para eles e conforme o seu costume entregam-lhes as filhas".⁵³⁷

O índio Araguaia foi recebido pelo chefe Tocantim Itaquê juntamente com os anciões para compartilharem "a fumaça da erva de Tupã".⁵³⁸ O fumo era de grande importância para a execução de ritos religiosos bem como de práticas medicinais, além da crença que o fumo do tabaco os tornaria "discretos, judiciosos, e eloquentes", como confirmou o padre D'Evreux que, após experimentar o fumo, reconheceu "que a sua fumaça esclarece o entendimento dissipando os vapores dos órgãos do cérebro, fortalece a voz secando a humidade e escarros da boca permitindo assim facilidades à língua para bem exercer suas funções."⁵³⁹ Circunstância que justificava sua utilização em celebrações importantes como a chegada de um hóspede e a discussão entre os anciões quanto a deflagração de guerra e a substituição do líder, como aconteceu após Itaquê perder a visão ao ser atingido por uma seta disparada por um jovem tapuia.

A origem, o motivo de sua passagem, nem mesmo o nome do estrangeiro eram questionados pelo hospedador, como atestou Gabriel Soares e Ives D'Evreux. Portanto, diante dos costumes indígenas, o forasteiro poderia escolher como gostaria de ser chamado, caso contrário, os anciões da taba indicariam um nome "entre as coisas naturais, existentes no seu país, e o mais apropriado à vossa fisionomia, gênio, ou maneira de viver, que por ventura descobrirem em vossa pessoa."⁵⁴⁰ Ubirajara optou por escolher o nome Jurandir, que, segundo Alencar, seria a contração da frase tupi "o que veio trazido pela luz",⁵⁴¹ como bem respondeu o índio ao chefe Tocantim.

A luz a que se refere Jurandir é Araci, a filha do chefe Tocantim, com quem travou contato enquanto procurava um inimigo para vencer e alcançar o nome de guerra. Nesta ocasião a índia convidou o então jovem caçador a partir com ela até a sua taba para superar os outros indígenas e romper "a liga de Araci". O convite da índia está vinculado ao costume indígena que configurava parte dos ritos de

⁵³⁷ D' EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Maranhão: Typ. do Frias, 1874. p. 13.

⁵³⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 64.

⁵³⁹ D' EVREUX, op. cit., p. 99.

⁵⁴⁰ Ibidem, p. 195.

⁵⁴¹ ALENCAR, op. cit., p. 196.

casamento, que no romance tem como referente as tradições dos Tupinambá descritas pelos escritores coloniais. Para constituir as cenas que desenvolvem estes rituais, o romancista tomou como referentes principais os registros de Gabriel Soares de Sousa e Gaspar Barléu.

O cronista português descreveu a utilização pelas jovens índias de uma espécie de faixa de algodão simbolizando a preservação da virgindade, com a peculiaridade de serem tecidas a evitar a possibilidade de retirada a não ser rompendo a tira. O rompimento dava conhecimento de que a índia era “feita dona”, ou seja, estava casada. Contudo, o cronista ainda ressaltou que a jovem deveria rasgar a faixa de algodão caso fosse “deflorada”, circunstância que não a impedia de ser pedida em casamento ao pai.

No convite feito pela jovem índia constava a necessidade de superar os índios de sua taba na constância e no trabalho, circunstância que justifica o labor dedicado por Jurandir a Itaquê e a participação nos desafios de demonstração de agilidade e força. O cronista seiscentista afirmou que quando uma jovem desperta o interesse de um mancebo, este serve os pais da índia fazendo “a roça e vão pescar e caçar para os sogros que desejam de ter, e lhes trazem a lenha do mato”.⁵⁴² Contudo, o romance narra outras etapas que configurariam a legitimidade do índio como pretendente e, nesse sentido, extrapolou os hábitos e costumes dos Tupinambá descritos por Gabriel Soares como referente. As cenas do combate nupcial estão assentadas nas descrições dos índios que integram o tronco linguístico Tupi, como informou o poeta Gonçalves Dias a partir dos relatos de Gaspar Barléu e Marcgraff, nomes que também compuseram as notas ao romance redigidas por José de Alencar.

Gaspar Barléu foi mencionado pelo romancista para sustentar a cena de combate entre os índios com a finalidade de eleger um vencedor que poderia ser ambicionado pelas virgens, porque no entendimento das jovens, “os melhores nascem dos melhores e que não é vão o nome da nobreza, mas se transfunde com o sangue”.⁵⁴³ Citação que sustenta a fala de Araci diante dos combatentes: “Araci ama o mais forte e mais valente. Ela pertencerá ao vencedor, que vencer a bravura dos

⁵⁴² SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 312-313.

⁵⁴³ BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940. p. 264.

outros guerreiros”.⁵⁴⁴ Após se enfrentarem com os tacapes, Jurandir saiu vitorioso. A próxima etapa consistia em uma espécie de corrida com obstáculos em que os concorrentes deveriam disputar com um tronco, como anotou Gonçalves Dias. Esta prova de agilidade e força simbolizava a capacidade de “defender a mulher” e para que “em ocasião de perigo a pudesse salvar fugindo”.⁵⁴⁵ Lembrando que o poeta afirmou a preservação deste costume por etnias do Piauí.

Findas as duas etapas em que o vencedor demonstrava sua força e agilidade, o índio ainda precisava demonstrar sua constância através de uma prova de resistência a dor. Para tal, o referente do romancista foi o relato produzido no século XVIII pelo padre João Daniel, que integrou a Companhia de Jesus e viveu na Amazônia entre 1741 e 1757.⁵⁴⁶ Transcrito na Revista do IHGB, o relato é intitulado *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas* e descreve etnias indígenas, dentre elas os Arapium, que foi aldeada “em uma missão no rio Topajoz”. Dentre os costumes desta etnia está “a prova de valentia”, que consistia em “enxerem uns grandes e compridos cabaços” com formigas chamadas saúvas, onde o noivo introduz as mãos e os braços, momento em que recebe as dolorosas mordidas da saúva. No romance, Jurandir não demonstrou sinal de dor, mas isto não era regra, pois o padre narrou que outros foram atormentados por espasmos e lágrimas de dor.⁵⁴⁷

Eram estas as provas que o índio deveria superar para ser digno da escolha da virgem. Contudo, o narrador ainda descreveu mais um desafio chamado “prova da virgem”, que se destinava a verificar a capacidade da índia fugir de um esposo que “não soubera ganhar-lhe o afeto.”⁵⁴⁸ José de Alencar não deu pistas sobre como construiu esta cena no romance. Embora realizadas pesquisas, não localizamos em nenhum cronista, missionário ou historiador citado, referência a tal evento. Porém, o romancista aludiu a possibilidade do “divórcio por mútuo conhecimento”,⁵⁴⁹ informação registrada também por Claude Abbeville quando informou que entre os Tupinambá

⁵⁴⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 98.

⁵⁴⁵ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 05.

⁵⁴⁶ DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v. Resenha de: ALMEIDA E VAL, Vera Maria Fonseca de; FERREIRA, Nazaré. Máximo Rio Amazonas: as jóias do Tesouro. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. VIII, n. 01, p. 01-09, jan./ jun. 2005.

⁵⁴⁷ DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas* (Parte Segunda). *Revista Trimensal de História e Geografia*, Rio de Janeiro, t. III, p. 158-183, 1841, p. 169.

⁵⁴⁸ ALENCAR, op. cit., p. 107.

⁵⁴⁹ *Ibidem*, p. 173.

“tão fácil é contrair como desmanchar o casamento, bastando apenas às vontades recíprocas dos dois esposos.”⁵⁵⁰

O casamento era consumado pelo rompimento da faixa de algodão ligada à perna de Araci, seguindo o costume dos Tupinambá.⁵⁵¹ Contudo, no romance, a concretização da união foi impedida pela descoberta de que Ubirajara era o matador de Pojucã, filho do chefe Tocantim. Como a lei da hospitalidade Tupinambá impedia que mesmo inimigos fossem hostilizados, os dois chefes se despedem com a promessa de guerra. O interessante no desenrolar destas cenas é o sentimento de Araci, que não se abalou diante da possibilidade da guerra entre as duas nações, mas sentiu tristeza pela separação de Ubirajara. A aparente insensibilidade de Araci diante da guerra entre a sua nação e a de seu esposo certamente está associada à função social da guerra entre os indígenas, como explicou o padre Jean de Léry ao tratar dos Tupinambá:

Os selvagens se guerreiam não para conquistar países e terras uns aos outros, porquanto sobejam terras para todos; não pretendem tampouco enriquecer-se com os despojos dos vencidos ou o resgate dos prisioneiros. Nada disso os move. Confessam eles próprios serem impelidos por outro motivo: o de vingar pais e amigos presos e comidos, no passado, do modo que contarei no capítulo seguinte. E são tão encarniçados uns contra os outros que quem cai no poder do inimigo não pode esperar remissão.⁵⁵²

Cronistas e missionários coloniais assentaram que os conflitos bélicos empreendidos pelos indígenas se motivavam pela honra e vingança,⁵⁵³ aspecto que segundo Flora Süssekind, foram adaptados por José de Alencar “como mola mestra das atividades guerreiras dos índios [...]. Mesclam-se vinganças e ódios novelescos a sentimentos que seriam ‘da terra’.”⁵⁵⁴ Portanto, não havia como Araci entristecer-se pela guerra motivada pela vingança de Pojucã, pois o conflito integrava a realidade indígena e reproduzida no século XIX por estudos etnográficos como *Brasil e Oceania*, de Gonçalves Dias, onde se disse que “tudo nos Tupis respirava guerra; o nascimento,

⁵⁵⁰ D'ABBEVILLE, Claudio. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Suas Circunvizinhanças*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874. p. 324.

⁵⁵¹ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 312.

⁵⁵² LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 183.

⁵⁵³ D'ABBEVILLE, op. cit., p. 335.

⁵⁵⁴ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 194.

a educação, o casamento e a morte; os seus hábitos, as suas ideias e a sua religião.”⁵⁵⁵

Ao pisar nas terras Araguaia, Ubirajara convocou o conselho dos anciões para deliberar sobre a guerra ao modo Tupinambá. Reunidos os velhos, Ubirajara arrogou a si a atitude de afrontar o conselho em caso de decisão a favor da paz. Esse comportamento distava daquilo que foi anotado por Claudio D’Abbeville: “o que deliberam os velhos, a favor da paz ou da guerra, cumprem os moços, imediatamente, e sem subterfúgios”.⁵⁵⁶ No entanto, diante da postura assumida por Ubirajara, “os abarés estremeceram. Mas o carbeto meditou, e decidiu que a maior glória e sabedoria da nação era ter o seu grande arco de guerra na mão de um chefe, como Ubirajara”,⁵⁵⁷ pois conforme o conselho Tupinambá, o líder deveria ser o índio “mais valente e jeitoso”,⁵⁵⁸ momento em que o chefe “assumia o poder supremo”.⁵⁵⁹

Outra cena que foge às descrições dos cronistas e missionários é a liberdade concedida a Pojucã por Ubirajara. O grande guerreiro Tocantim aguardava a morte honrada do ritual antropofágico, mas foi surpreendido por Ubirajara ao ouvir: “és livre, Pojucã; parte e voa, que a guerra dos Araguaia te segue os passos.”⁵⁶⁰ Surpreso, Pojucã argumentou que a desonra recairia sobre ele caso assumisse tal resolução, como bem anotou no século XVII o capuchinho Claudio D’Abbeville, ao dizer que “se algum prisioneiro, porém foge e procura sua terra, é tido por poltrão e covarde”.⁵⁶¹ O narrador e Ubirajara alegaram que a liberdade ofertada a Pojucã está associada à hospitalidade obsequiada por Itaquê, chefe e pai do guerreiro Tocantim e, portanto, não poderia ser negada, sob a promessa de lutarem na guerra entre as duas nações. Contudo, essa cena não pode ser dissociada da idealização referida por Alencar em sua autobiografia,⁵⁶² o que lhe permitia criar cenas parcialmente sustentadas nos registros históricos que, como veremos, estava apoiado em sua percepção quanto os registros coloniais e históricos.

⁵⁵⁵ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 162.

⁵⁵⁶ D’ABBEVILLE, Claudio. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Suas Circunvizinhanças*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874. p. 336.

⁵⁵⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda Tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 125-126.

⁵⁵⁸ D’ABBEVILLE, op. cit., p. 336.

⁵⁵⁹ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os Índigenas do Brasil Perante a História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860. p. 15.

⁵⁶⁰ ALENCAR, op. cit., p. 123.

⁵⁶¹ D’ABBEVILLE, op. cit., p. 338.

⁵⁶² ALENCAR, José de. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Tip. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

Ubirajara liderou os seus guerreiros em direção aos campos dos Tocantim no momento em que se encontra com “uma nação tapuia” preparada para atacar os índios Tocantim. Segundo Alencar, tapuia era a designação utilizada pelos indígenas Tupi para qualificar “povos mais bárbaros e de língua diversa” e que segundo os estudos etnológicos contemporâneos ao romancista pertenciam “a uma raça diversa da tupi”,⁵⁶³ como informado por Gonçalves Dias.⁵⁶⁴ Esta nação liderada por Canicrã procurava a vingança aos moldes das informações descritas sobre os Tupinambá: o arbítrio de vingar a morte de um pajé assassinado por Pojucã, espécie de sacerdote envolto por poderes místicos e capazes de predizer “a fertilidade e a secura da terra”, além de possuírem o poder da cura. Sua posição entre os indígenas era tão respeitável que “tudo quanto dizem ou mandam esses pajés é logo cumprido pelo povo, e até pelos mais velhos”.⁵⁶⁵ Sob esta perspectiva, Jurandir contou aos Tocantim sobre a chegada futura dos *guerreiros do mar*, como prediziam os pajés Tupinambá, alusão feita aos europeus que aportariam no futuro “para tomarem a terra às nações que a habitam”.⁵⁶⁶ Alencar anotou que esta expressão é traduzida para o Tupi como *caramuru* e designou entre os Tupinambá da Bahia o naufrago português Diogo Álvares salvo por eles, como relatou Gabriel Soares de Sousa.⁵⁶⁷

A vingança era legítima aos indígenas e impedia que Ubirajara interferisse na luta. Assim, as duas nações marcharam para a guerra lideradas cada uma por Itaquê e Canicrã respectivamente. Durante o combate, Itaquê desferiu um golpe que despedaçou o tacape e o escudo feito a partir do couro da anta, armas utilizadas pelos Tupinambá como descreveu Jean de Léry.⁵⁶⁸ Em seguida, ao preparar-se para colocar a mão sobre o ombro de Canicrã, o chefe Tocantim foi atingido nos olhos por flechas disparadas pelo filho do chefe tapuia. Mesmo ferido, Itaquê conseguiu atacar Canicrã com as mãos, lhe arrancado o crânio do mesmo modo como se abre um coco. Ao detalhar o golpe na cabeça, o narrador certamente fazia alusão a importância que o crânio recebia na efetivação da tradição da vingança. Florestan Fernandes esclareceu

⁵⁶³ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 126; 169.

⁵⁶⁴ DIAS, Antônio Gonçalves. *Brasil e Oceania. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 10.

⁵⁶⁵ D'ABBEVILLE, Claudio. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Suas Circunvizinhanças*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874. p. 374-375.

⁵⁶⁶ ALENCAR, op. cit., p. 71.

⁵⁶⁷ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 53.

⁵⁶⁸ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 186.

que entre os Tupinambá “o esfacelamento do crânio das caveiras inimigas tinha o caráter de ação belicosa: a simples supressão física de um antagonista, no choque armado, não possuía nenhum significado se o esfacelamento do crânio não fosse consumado.”⁵⁶⁹ Daí ter o prisioneiro sua cabeça quebrada no ritual antropofágico, como descreveu Gabriel Soares de Sousa.⁵⁷⁰

Portanto, esse costume assegurava a continuidade das práticas relacionadas à vingança entre as nações indígenas, como bem demonstrou o narrador do romance ao descrever o retorno dos tapuias liderados por Agniná “para vingar a morte de Canicrã, seu irmão”,⁵⁷¹ aspecto que demonstrava a função social da vingança entre os indígenas. Neste momento da narrativa, os Tocantim deliberavam sobre a ascensão de um novo líder para guiá-los na guerra. O manejo correto do arco e o “zunido da corda” ao disparar a seta atestariam a capacidade do índio em tornar-se o chefe dos Tocantim, semelhante ao que aconteceu entre os Araguaia. Nas pesquisas realizadas, não localizamos cronista ou historiador oitocentista que descreva essa prática, o que devotamos à idealização alencariana. Contudo, não podemos ignorar alguns aspectos que caracterizaram o manejo desta arma por Pojucã ou mesmo por Ubirajara, em especial a utilização dos pés para atirar uma seta, cena próxima à gravura intitulada *Cabocle Indien civilisé* (Figura 3) produzida por Jean-Baptiste Debret (1768-1848) em 1834:

⁵⁶⁹ FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, p. 07-425, 1952, p. 354.

⁵⁷⁰ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 336.

⁵⁷¹ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 145.

Figura 3: *Cabocle Indien civilisé* (1834)



Acervo: *Brasiliana Iconográfica*⁵⁷²

(<https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/20012/cabocle-indien-civilise>)

Pojucã atira a seta, mas não consegue atender a excelência exigida por seu pai para tornar-se o chefe dos Tocantim. Diante disso, o índio revelou que “só há um guerreiro na terra que o possa brandir como Itaquê: e esse não cinge a fronte com o cocar das penas de tucano.”⁵⁷³ Aqui Pojucã se referia a Ubirajara, de quem recebeu a liberdade. Ao tomar o arco na mão e dispará-lo, Itaquê ouviu o som esperado sendo seguido de uma ação símbolo do último capítulo do romance: a união dos arcos. Ubirajara uniu os arcos das duas nações e que juntamente com o casamento entre ele e Araci representava a formação da nação Ubirajara.

A união dos arcos como símbolo representa a idealização romântica do passado indígena. Porém, isso não implica na impossibilidade da existência de associações entre etnias de mesma língua e costumes, como asseverou Gonçalves Dias ao salientar que o entrelaçamento entre etnias do Maranhão até a Bahia aconteceu “entre homens que tinham a mesma origem, e ainda conservavam os seus costumes.” Por conseguinte, “algumas das tribos antigas se refundiam nas novas”⁵⁷⁴ diante das disputas movidas entre diferentes etnias, como aconteceu em *Ubirajara*.

⁵⁷² DEBRET, Jean-Baptiste. *Cabocle Indien civilisé*. 1834. Aquarela e litografia sobre papel, color., 30,5 x 42,3 cm. Acervo Brasiliana Iconográfica.

⁵⁷³ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 142.

⁵⁷⁴ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 41.

4.3 “TEM ESSE GENTIO MUITA PARTE DOS COSTUMES DOS *TUPINAMBÁS*”

O escrutínio dos documentos apropriados por José de Alencar demonstra que as etnias protagonizadas no romance – Araguaia e Tocantim – foram figuradas majoritariamente através das descrições dos Tupinambá. Essa opção estética já era presente em *O Guarani*, quando Goitacazes e Aimorés foram descritos conforme as práticas dos Tupinambá.⁵⁷⁵ Em nenhum dos romances, Alencar deu explicações sobre esse modo de proceder a escrita, circunstância que sugere a elaboração de hipóteses explicativas conectadas ao universo letrado e imaginário do século XIX.

De início, cabe mencionar que a mobilização dos Tupinambá para a descrição de Araguaia e Tocantim, ou mesmo dos Goitacazes e Aimorés, não pode ser considerada sob o crivo do erro ou da falsificação dos caracteres nativos. A primeira hipótese está relacionada a parca descrição das etnias indígenas figuradas nos livros dos escritores coloniais e historiadores. Os Goitacazes, nação de Peri, herói de *O Guarani* (1857), recebeu um capítulo apenas em Gabriel Soares de Sousa, intitulado “Em que se diz quem são os ‘Guaytacazes’, sua vida e costumes”. O capítulo de uma página apenas, referiu mui genericamente os hábitos de caça e guerra e sua ocupação geográfica, ressaltando ao final o que justificaria um olhar atento aos Tupinambá: “Tem esse gentio muita parte dos costumes dos *Tupinambás*”.⁵⁷⁶

A partir da citação de Soares de Sousa é plausível afirmar que o uso dos Tupinambá na caracterização de outras etnias se deu em virtude da semelhança de costumes. Argumento reforçado também por Gonçalves Dias que, por intermédio do mesmo cronista, anotou compartilharem os Potiguar e Tupiniquim das mesmas práticas dos Tupinambá.⁵⁷⁷ Portanto, a utilização das descrições dos Tupinambá por Alencar diz respeito ao fato dos escritores terem percebido certa homogeneidade entre os costumes Tupinambá e demais etnias. Gabriel Soares de Sousa anotou em seu tratado que a língua e costumes Tupinambá são “quase o geral de todo o gentio

⁵⁷⁵ LENZ, Thiago. *O Guarani e os nativos idealizados pelo romantismo histórico: José de Alencar entre a literatura e a história no Brasil oitocentista*. 2015. 92 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

⁵⁷⁶ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 77-78.

⁵⁷⁷ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 32; 36.

da costa do Brasil”,⁵⁷⁸ percepção que se estendeu ao século XIX, a exemplo do *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo, do Império do Brasil* (1845), de J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe, que repetiu o mesmo argumento do cronista colonial nos verbetes “Alagoas” e “Bahia”:

Alagoas. [...] Os portugueses, excitados pela prosperidade das diversas coloniais do Brasil, vieram no princípio do século XVII estabelecer-se nestas paragens então ocupadas pelas nações Tupinambás, divididas em diversas tribos apelidadas Chocas, Pipipans, Umans, e Vouvés; bem que com os mesmos costumes e quase o mesmo idioma [...].

Bahia. Província marítima do Brasil descoberta em 1500 por Pedro Álvares Cabral, que, navegando para a Índia, foi obrigado por um temporal a abrigar-se na Bahia de Porto-Seguro. Estava então este país ocupado pela nação Tupinambá, a mais considerável da América Meridional, repartida em diversas tribos que, não obstante falarem a mesma língua, e terem pouco mais ou menos os mesmos costumes [...].⁵⁷⁹

Portanto, os Tupinambá foram tomados como parâmetros na descrição de outras etnias, uma vez que era “uma das nações mais dilatadas da costa”⁵⁸⁰ e que por consequência foram a população indígena que manteve os primeiros contatos com o invasor e sobre quem os olhares estrangeiros redigiram com maior fôlego. É evidente o peso da ocupação geográfica dos Tupinambá nas descrições produzidas pelos escritores coloniais e o seu suporte na figuração das populações nativas nos romances indianistas de José de Alencar. Contudo, essa perspectiva nos encaminha para outra pergunta: por que Alencar não protagonizou os Tupinambá em sua escrita indianista? Não localizamos nenhuma indicativa do romancista, todavia, defendemos que a opção por não protagonizar índios Tupinambá está relacionada à perspectiva nacionalista incorporada pelos romances alencarianos.

Na escrita literária de José de Alencar, os Tupinambá foram incorporados como personagens em apenas dois romances: *As minas de prata* e *Iracema*, em ambos os casos cumprindo o papel de antagonistas. No último volume de *As minas de prata*, o narrador apresentou um pajé Tupinambá que desistiu de acompanhar a migração de sua etnia “através das florestas para o imenso vale do Amazonas, berço de sua raça.” A causa do movimento migratório era o afluxo dos invasores brancos, que nas

⁵⁷⁸ SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851. p. 31.

⁵⁷⁹ SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, Editor, 1845. p. 20; 96.

⁵⁸⁰ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 34.

palavras do pajé dispersaram as populações indígenas “como a areia seca do rio, pelo sopro do trovão inimigo!”⁵⁸¹

Ao deixar-se ficar, o pajé passou a ocupar uma gruta rica em diamantes, minério de valia econômica aos portugueses, que ali chegaram com interesse nos metais preciosos na figura de Moribeca. Ao contato entre indígena e branco, o narrador evidenciou os sentimentos de ódio devotados pelo pajé aos responsáveis pelo deslocamento forçado dos seus: “Um dia viu Abaré aproximar-se do rochedo um guerreiro, coberto com as vestes e as armas da raça, a que votava ódio entranhado; sua alma sedenta expandiu-se, porque a dor, que nele vivia, ia ser aplacada com sangue inimigo.”⁵⁸²

A localização das minas por Moribeca e o desenho de um mapa por Robério Dias constitui o âmago da narrativa, que se voltará à procura do mapa e das minas. Dentre os interessados no roteiro das minas está o Padre jesuíta Molina, cuja cobiça foi mascarada pelas mais altas inclinações religiosas. Ciente das populações indígenas que circulavam na região das minas, o padre Molina enviou até as “cabeceiras do São Francisco”, o padre Inácio do Lourçal, da Companhia de Jesus, com o objetivo de catequizar os nativos. O religioso encontrou ali os Tupinambá, que eram conduzidos, segundo o pajé, “como um bando de capivaras, pelo homem negro, *abaruna*, que serve ao Deus dos brancos!”⁵⁸³

Em outro capítulo do romance, o herói Estácio, em busca das minas localizadas por seu avô, avistou um acampamento dos Tupinambá, que naquele momento se preparavam para o ritual de antropofagia. Ao centro, a vítima atada a um poste era o padre Inácio. O narrador interpretou que a cena era fruto de injustiça motivada por um dos líderes dos Tupinambá que fora contrariado em seus costumes pelo ensinamento religioso do padre. Como consequência, ele acusou o jesuíta de ser o responsável pela morte de um pajé, acusação que “repercutiu em toda a tribo”, momento em que “as paixões más rebentaram de novo e com fúria maior pelo longo repouso em que estiveram” pela intervenção do religioso.⁵⁸⁴

Estácio e outros intervêm e salvam o padre Inácio do ritual de antropofagia. Contudo, o religioso permaneceu entre os indígenas, afirmando seguir os “poderosos

⁵⁸¹ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. v. VI. p. 09; 13.

⁵⁸² *Ibidem*, p. 13.

⁵⁸³ *Ibidem*, p. 31-32.

⁵⁸⁴ *Ibidem*, p. 130.

desígnios da Providência.”⁵⁸⁵ Portanto, a leitura que podemos fazer em relação aos Tupinambá de *As minas de prata*, diz respeito ao seu papel de antagonistas dos portugueses. A posição de inimigo dos brancos impedia sua posição de protagonistas no romance, tendo em face que mesmo a catequização não conseguiu retirar os Tupinambá das brenhas.

Contudo, o fato de os Tupinambá serem inimigos dos portugueses explica parcialmente sua ausência como protagonistas. Isso porque, os Goitacazes, nação de Peri, também enfrentaram os portugueses em lutas armadas.⁵⁸⁶ Por conseguinte, entendemos que não apenas o fato da inimizade com os portugueses acarretou a ausência de heróis Tupinambá, mas sim, o fato de no passado colonial esta etnia ter mantido laços com os franceses, circunstância que toca no veio nacionalista de José de Alencar.

Em *Iracema*, romance indianista publicado em 1865, o narrador evidenciou as tensões existentes entre portugueses, indígenas e franceses, que afetaram o relacionamento de Iracema, índia Tabajara, com o português Martim. O casal, após se afastar das terras Tabajaras, se estabeleceu próximo do litoral, nas cercanias dos Pitiguaras, etnia aliada dos portugueses. Ali, Iracema e Martim constroem sua cabana e foi onde nasceu Moacir, filho do casal. Contudo, essa fase do relacionamento foi marcada por longas ausências de Martim a propósito de lutar contra os franceses que aportavam ao litoral em aliança com os Tupinambá. Circunstância cara aos sentimentos de Iracema, como ela própria diz:

Quanto tempo há que retiraste de Iracema teu espírito? Antes teu passo te guiava para as frescas serras e os alegres tabuleiros; teu pé gostava de pisar a terra da felicidade e seguir o rastro da esposa. Agora só buscas as praias ardentes, porque o mar que lá murmura vem dos campos em que nasceste; e o morro das areias, porque do alto se avista a igara que passa.⁵⁸⁷

Ao lamento de Iracema, Martim justifica suas repetidas ausências pela “ânsia de combater o Tupinambá que volve o passo do guerreiro para as bordas do mar”⁵⁸⁸ e também como maneira de proteção das terras ocupadas pelo casal. Contudo, por mais idílico que pareça o relacionamento entre Martim e Iracema, o leitor não pode

⁵⁸⁵ ALENCAR, José de. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. v. VI. p. 140.

⁵⁸⁶ Idem. Segunda Parte. In: Idem. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857. p. 41-42.

⁵⁸⁷ Idem. *Iracema*: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Tip. de Vianna & Filhos, 1865. p. 132.

⁵⁸⁸ Ibidem, p. 132.

ignorar que Martim representa o intento colonizador português no Brasil, o que demandava manter afastados nações inimigas.

Ao final do romance, um novo confronto foi narrado no momento em que “a raça dos cabelos do sol cada vez ganhava mais a amizade dos Tupinambás”. Enfrentaram-se portugueses e seus aliados indígenas contra franceses, Tupinambá e Tabajaras. Ao final do combate, os portugueses saem vitoriosos e o narrador faz uma descrição que ressalta o predomínio português e do catolicismo na vida dos indígenas aliados: “Muitos guerreiros de sua raça acompanharam o chefe branco, para fundar com ele a *mairi* dos cristãos. Veio também um sacerdote de sua religião, de negras vestes, para plantar a cruz na terra selvagem.”⁵⁸⁹ O que sustenta a posição expressa por Alencar em 1872, quando em prefácio ao romance *Sonhos d’ouro*, expressou ser o Brasil oriundo da confluência do elemento indígena e português: “É a gestação lenta do povo americano, que devia sair da estirpe lusa, para continuar no novo mundo as gloriosas tradições de seu progenitor.”⁵⁹⁰

4.4 “CONTRAPONDO-SE AOS MAIS AUTORIZADOS MESTRES”: JOSÉ DE ALENCAR, UM ROMANCISTA-HISTORIADOR-ETNÓGRAFO

Em 1871, Alencar foi criticado por Franklin Távora cujo âmago da crítica era a carência de descrições realistas dos indígenas, sob o viés de que Alencar deveria ter se dedicado a apreciação das descrições dos cronistas e viajantes coloniais ao invés de trilhar a idealização. Como já mencionado, a historiografia literária, nas palavras de Candido e Treece, argumentou que a mobilização de um número maior de escritores coloniais frente a *O Guarani* e *Iracema* procurava reforçar a verossimilhança do indígena. Porém, a apropriação desses escritores não seguiu a lógica apresentada por Távora. Alencar preferiu não reproduzir os cronistas e viajantes, mas sim adotar uma postura crítica, ao discordar dos qualificativos atribuídos ao indígena por cronistas, missionários e viajantes coloniais: “bárbaros”, “brutos e canibais, antes feras que homens”, epítetos que no período colonial atendiam aos interesses de certos grupos, como os missionários que “encareciam assim a importância de sua

⁵⁸⁹ ALENCAR, José. *Iracema*: lenda do Ceará. Rio de Janeiro: Tip. de Vianna & Filhos, 1865. p. 155.

⁵⁹⁰ Idem. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d’ouro*: romance brasileiro. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872, p. XIII.

catequese;” e os aventureiros ao buscarem “justificar-se da crueldade com que tratavam os índios.”

Portanto, ressaltava na Advertência a *Ubirajara* sua posição quanto à necessidade de ler os textos coloniais “à luz de uma crítica severa” diante da adjectivação negativa atribuída às populações indígenas. A apropriação integral destes escritores destituída do olhar crítico desvirtuaria a “ideia exata dos costumes” e ofuscaria “as cousas mais poéticas, os traços mais generosos e cavalheirescos do carácter dos selvagens, os sentimentos mais nobres desses filhos da natureza”, identificando-os “antes [a] feras que [a] homens”.⁵⁹¹

Perspectiva que não foi única ao longo do século XIX. Também o poeta Domingos José Gonçalves de Magalhães defendeu que “os documentos escritos sobre os indígenas do Brasil deveriam ser julgados pela crítica, e não aceitos cegamente”. Para ele, os conquistadores,

sempre empenhados em todos os tempos a glorificar seus atos com aparências de justiça, a denegrir as suas vítimas com imputações de todos os gêneros; engano fora se cuidássemos achar a verdade e os fatos expostos com sincera imparcialidade, e devidamente interpretados.⁵⁹²

Mesmo escrita catorze anos depois, é possível afirmar que a Advertência de *Ubirajara* se filia à proposta analítica de Magalhães, isso porque, antes de iniciar as notas do romance, sugeriu aos leitores, como indispensável, “escoimar” as descrições dos cronistas e viajantes no afã de “fazer uma ideia exata dos costumes e índole dos selvagens.”⁵⁹³ Portanto, para Alencar, a “ideia exata” sobre o indígena envolvia descortinar a imagem construída historicamente do índio. Desse modo, exsurge da Advertência a voz de um historiador-etnógrafo ao demandar que a história deveria ser escrita “sob um ponto de vista mais largo e filosófico”, perspectiva praticada no IHGB até a entrada do positivismo nos últimos anos do Império. Defendida por Von Martius e João Francisco Lisboa, a história filosófica privilegiava uma perspectiva mais abrangente, envolvendo o escrutínio dos costumes, da agricultura, da população.⁵⁹⁴ Por conseguinte, demandava-se

⁵⁹¹ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 159 -160.

⁵⁹² MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os Indígenas do Brasil Perante a História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860, p. 03.

⁵⁹³ ALENCAR, op. cit., p. 160.

⁵⁹⁴ WEHLING, Arno. Unidade, diversidade, sociabilidade: o IHGB nos seus 170 anos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 201-208, jan./ jun. 2009, p. 203.

Mais do que simplesmente narrar os fatos acontecidos, localizando-os temporalmente, seria preciso a intervenção do historiador/autor fornecendo ao leitor um eixo de leitura, uma proposta de inteligibilidade para os fatos do passado submetidos agora ao trabalho de seleção e enredamento específico.”⁵⁹⁵

Nesse sentido, as notas adicionadas ao romance não podem ser lidas simplesmente como suporte para a sumarização dos documentos mobilizados na escrita ficcional, uma vez que o romancista elaborou extensas notas com comentários a respeito de posições emitidas sobre as populações indígenas por escritores coloniais e historiadores. Os apontamentos de Alencar expressos nas notas podem ser divididos em quatro eixos temáticos: antropofagia, religião, moralidade conjugal e organização político-social, e portanto, podem ser analisados do ponto de vista de um estudo histórico-etnográfico em decorrência da tomada de posição do romancista em relação aos eixos temáticos. Embora Alencar não tenha explicitado uma vinculação direta, não há como ignorar que sua posição etnográfica se contrapôs à visão produzida no século XVI e amplamente difundida a respeito das populações indígenas como sujeitos sem fé, sem lei e sem rei,⁵⁹⁶ ao afirmar a existência da prática religiosa, do casamento e o deslindamento da prática da antropofagia, que tanto distanciava o nativo da civilização nos discursos coloniais e oitocentistas.

Quanto à fé, Alencar esclareceu que os colonizadores declararam peremptoriamente que a população indígena não possuía divindades, o que por consequência lhes admitiria o título de ateus. No entanto, essa posição foi diluída através do reconhecimento “de uma superstição”, que para Alencar se configurava como “a religião na infância da humanidade.”⁵⁹⁷ Jean de Lery, ao comentar os aspectos ligados a fé entre os Tupinambá declarou que

Embora seja aceita universalmente a sentença de Cícero, de que não há povo, por mais bruto, bárbaro ou selvagem que não tenha ideia da existência de Deus, quando considero os nossos tupinambás vejo-me algo embaraçado em lhe dar razão. Pois além de não ter conhecimento algum do verdadeiro Deus, não adoram quaisquer divindades terrestres ou celestes, como os antigos pagãos, nem como os idólatras de hoje, tais os índios do Peru, que, a 500 léguas do Brasil, veneram o sol e alua. Não têm nenhum ritual nem

⁵⁹⁵ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 397.

⁵⁹⁶ Na perspectiva citada, podemos mencionar os escritos de Américo Vespúcio e Pero de Magalhães Gandavo.

⁵⁹⁷ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 175.

lugar determinado de reunião para a prática de serviços religiosos, nem oram em público ou em particular.⁵⁹⁸

Mesmo que Lery tenha afirmado a inexistência da adoração ao divino, ele não deixou de reconhecer que os indígenas estavam “convencidos da existência de alguma divindade”, como também registrou André Thevet, ao dizer que “todos confessam, pois, existir alguma soberania ou poder extraordinário”.⁵⁹⁹ Desse modo, os dois missionários não negavam o conhecimento de alguma divindade por parte dos indígenas, apenas lhes desconheciam a religião, que implicava a adoração guiada por ritos e serviços religiosos, os dogmas e templos, tal qual praticava a Igreja Católica.

Na contramão desse raciocínio, José de Alencar defendia a existência de “uma religião bem caracterizada” entre os indígenas, mesmo que lhes “faltassem templos e ídolos”,⁶⁰⁰ filiando-se, portanto, àquilo que Gonçalves Dias escrevera em *Brasil e Oceania*.⁶⁰¹ Assim, Alencar argumentava que “os tupis adoravam uma excelência superior, Tupã, que se manifestava pelo raio e pelo trovão; donde se induz o grande poder que atribuíam a essa divindade”, e a quem Alencar atribuía “a crença de uma descendência celeste” através da afinidade linguística entre Tupi e Tupã. E nesse conjunto religioso não era ausente “o espírito do mal, personificado em Anhangá, o fantasma, que habitava as trevas, e a quem referiam um poder funesto”, contra quem os pajés “buscavam sua força e virtude no fumo da planta sagrada, o tabaco.”⁶⁰² A perspectiva admitida por José de Alencar fora expressa em linhas gerais por Ferdinand Denis no começo do século XIX. Segundo Denis, quando se examina a mitologia dos povos da raça tímica, ficamos espantados com o desenvolvimento metafísico, que parece caracterizá-la.⁶⁰³

Desse modo, Alencar discordava das vozes que desconheciam uma religião delimitada entre os indígenas através da identificação de ausências, método adotado

⁵⁹⁸ LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 205.

⁵⁹⁹ THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de América*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. p. 183.

⁶⁰⁰ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 175.

⁶⁰¹ “[...] se examinarmos a mitologia dos povos americanos, acharemos uma tal abundância de crenças e tradições, que é difícil combiná-las entre si. Nos Tupis, além disso, admiraremos um tal qual desenvolvimento metafísico, que parece caracteriza-las.” DIAS, Antônio Gonçalves. *Brasil e Oceania. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 96.

⁶⁰² ALENCAR, op. cit., p. 175.

⁶⁰³ DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 34.

pelos cronistas e missionários que assumiam suas convicções religiosas como parâmetro de comparação. Em dado momento da nota “Jaguarê agradece a Tupã”, Alencar empreendeu uma reflexão sobre a inexistência do culto a ídolos entre os indígenas. Para isso, o romancista recorreu aos escritos de Alexander von Humboldt, em especial ao oitavo volume de *Voyage au Nouveau Continent*. Na leitura alencariana, para o viajante, “o antropomorfismo da divindade se manifesta por dois modos”:⁶⁰⁴ 1) quando a divindade é personificada em ídolos; ou 2) quando o ser humano é considerado a personificação da divindade, gesto que torna o homem “descendente, o filho de seu deus.”⁶⁰⁵ Para Alencar, a segunda opção explicava a ausência de culto, uma vez que “é pela ostentação da coragem, da força, da grandeza de ânimo, que o selvagem se elevava até o deus, seu progenitor”. Nesse sentido, a adoração aconteceria através das façanhas dos indígenas, interpretação que fez Alencar comparar os indígenas aos semideuses gregos e em luta contra o “ente maléfico”, o “antagonista do deus de quem descendia”.⁶⁰⁶

Para concluir a nota, Alencar ainda registrou alguns comentários sobre a crença na imortalidade, expressa “pela veneração às cinzas dos mortos, e pelas cerimônias de inumação”, como o uso dos *camucins* como ataúde para os mortos, onde também eram acondicionados as armas e objetos do morto, além de “alimentos para a viagem aos campos alegres, onde iam reviver os guerreiros e suas mulheres.”⁶⁰⁷ Portanto, para Alencar, os Tupi não poderiam ser considerados como populações “sem fé”, uma vez que os traços religiosos estavam delineados, embora não tenham sido reconhecidos por missionários e cronistas coloniais.

No entrecruzamento entre lei e rei podemos incluir a reflexão de José de Alencar a respeito do que ele chamou de “hierarquia selvagem”, que dizia respeito a forma de governo praticada pelos Tupi. Logo no início da nota “Guerreiro Chefe”, espaço dedicado ao estudo do governo indígena, Alencar reconheceu a existência de duas sociedades, uma civil e outra política, “a primeira reduzida à família, e a segunda exclusiva à subsistência, defesa e a guerra.”⁶⁰⁸ A sociedade civil foi localizada por Alencar na *oca*, também chamada pelo romancista de casa, local onde viviam sob a liderança de um *moacara* suas mulheres, filhos, genros e servos. Da integração das

⁶⁰⁴ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 175.

⁶⁰⁵ *Ibidem*, p. 176.

⁶⁰⁶ *Ibidem*, p. 176-177.

⁶⁰⁷ *Ibidem*, p. 177.

⁶⁰⁸ *Ibidem*, p. 170.

ocas derivava a sociedade política, a *taba*, expressão formada a partir de *tama*, pátria, terra natal, e *aba*, “desinência que indica o lugar, modo, instrumento da cousa.” Assim, *taba*, significaria “a pátria; isto é, aldeia natal.”⁶⁰⁹

Ao congregar as *ocas*, a *taba* se colocava sob uma administração “essencialmente democrática”, segundo Alencar, uma vez que as decisões aconteciam por intermédio de um conselho formado pelos *moacaras*, como muito bem nos apresentou o narrador-etnógrafo de *Ubirajara* quando da cena em que os *abarés* se reuniram para deliberar sobre a guerra. Desse sistema político, Alencar reconheceu, ao aproximar a organização política Tupi das “teorias da civilização”, a existência do poder executivo e do poder legislativo, ocupando o “chefe guerreiro” o poder executivo e o conselho, o poder legislativo. Menção que lembra uma espécie de parlamentarismo, posto que o chefe não era autoridade máxima, uma vez que as decisões da *taba* eram tomadas a partir da deliberação do conselho, como já mencionado. Ao mesmo tempo que reconhecia que o convívio dos dois poderes não era sempre harmônico, citando como exemplo Cunhambebe, ao compará-lo ao poder absoluto de César ou Napoleão, visto que, segundo o antropólogo Carlos Fausto, o índio era tido por “alguns autores modernos [...] como exemplo de centralização do poder entre os Tupi”,⁶¹⁰ caso das descrições de Hans Staden, que considerou Cunhambebe “um grande tirano”.⁶¹¹

Do reconhecimento da existência desses dois poderes não há como escapar da análise de como se dava a escolha das lideranças entre os grupos Tupi. Embora Alencar tenha mencionado que os Tupi eram atravessados por uma sociedade democrática, a escolha do novo chefe, ou *morubixaba*, implicava momentos de grande tensão, uma vez que o candidato “mais audaz e o mais forte” se impunha como chefe, modo que gerava uma pressão quanto ao seu reconhecimento, pois “dependida do respeito que ele conseguia infundir a seus guerreiros”, condição que muitas vezes gerava disputas, em especial “no momento em que surgia outro ambicioso a disputar o poder” e causavam “frequentes guerras intestinas”.⁶¹² Circunstância que poderia se repetir na transmissão hereditária da liderança, uma vez que o filho do *morubixaba*

⁶⁰⁹ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 170.

⁶¹⁰ FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 359.

⁶¹¹ STADEN, Hans. *Viagem do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. p. 82.

⁶¹² ALENCAR, op. cit., p. 171.

também necessitava se impor quando do surgimento de outro candidato, ou ainda quando o pajé intentava impor seu poder através de suas atribuições místicas.

Essas dissensões poderiam levar ao desmembramento da nação, constituindo-se a partir de então, uma nova *taba* “independente com seus descendentes, e os guerreiros a ele sujeitos pelo parentesco”, denominada de *moroca*, “isto é, oca de gente, de tribo e não mais de família” em referência a fragmentação. Para além da desanexação por divergências, em seu estudo etnográfico Alencar mencionou a possibilidade da criação de outra *taba* em virtude da condição demográfica de uma *taba*. Assim, dado o grande número populacional, “destacavam-se alguns *moacaras* com suas famílias e formavam novas tabas”, com a singularidade de que essas estavam vinculadas a *taba* de origem. Foi a partir dessa peculiaridade quanto à formação de novas tabas que Alencar reconheceu a distinção entre *tauxaba* e *morubixada*, cabendo ao primeiro “designar o simples chefe de uma *taba*” enquanto que o segundo termo sinalizava “o chefe da *taba* primitiva”.⁶¹³

Na questão da formação da sociedade civil, Alencar ainda tratou da questão conjugal por meio da reflexão da condição do casamento entre os Tupi. Para o romancista, o casamento, era a “base da família” indígena. Embora os cronistas e missionários tenham apontado a poligamia entre os indígenas, Alencar compreendeu que esse reconhecimento fora feito com o objetivo de “pintarem os selvagens vivendo ao modo de cães.”⁶¹⁴ Na contramão da libertinagem reconhecida pelos escritores coloniais, Alencar distinguia a poligamia indígena ao modo dos “hebreus; era uma poligamia patriarcal, filha das condições selvagens”. Como característica, Alencar informou que a poligamia patriarcal não desestabilizava a “instituição da família” porque era “caracterizada pela preeminência da primeira mulher ou a verdadeira esposa”, chamada na língua Tupi de *temireco*.⁶¹⁵

Nessa perspectiva, Alencar defendia a existência de uma forte moralidade entre os indígenas regida sob “as leis severas do recato e fidelidade da união sexual entre os selvagens”,⁶¹⁶ compreensão que estava na contramão da avaliação seiscentista de Américo Vespúcio, que defendia a inexistência de “legítimo direito conjugal [...] nos

⁶¹³ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 171.

⁶¹⁴ *Ibidem*, p. 173.

⁶¹⁵ *Ibidem*, p. 173.

⁶¹⁶ *Ibidem*, p. 174.

matrimônios”.⁶¹⁷ Portanto, Alencar alertava para a existência da punição do adultério, muito embora fosse mencionado apenas o caso da traição da mulher, quando “o marido tinha o direito de matá-la”,⁶¹⁸ como também consignou Gonçalves Dias: “e os maridos contra o costume dos selvagens, eram ciosos, e vingavam o adultério com maus tratos, e até com a morte.”⁶¹⁹ Dentre essas normas, também não podemos esquecer o uso da faixa de algodão ou liga vermelha entre as jovens indígenas como símbolo da virgindade, como descreveu Gabriel Soares de Sousa. Portanto, para Alencar, “este simples traço é bastante para dar uma ideia da moralidade dos Tupis”,⁶²⁰ discordando, tão logo, do historiador inglês Robert Southey, que sobre esse costume anotou o seguinte comentário:

À volta do tronco e das partes carnosas de um e outro braço lhe passavam cordas de algodão, símbolo da virgindade, e se alguma que não fosse donzela as trazia, cria-se que o *anhangá* a levaria. Parece isto ter sido superstição gratuita; não podia ter sido inventada para guarda da castidade das mulheres até o casamento, pois que esta se quebrava sem receio, bem era a incontinência olhada como desonra. A castidade, como a caridade, é uma das virtudes da civilização; as sementes acham-se em nós, mas não produzem sem cultura o fruto.⁶²¹

O historiador inglês negava que a liga simbolizasse a virgindade porque desconhecia a virtude entre essa população. No entanto, Alencar dispôs na nota dedicada ao tema que o sentimento da virtude não é estranho à “criatura humana”, pois desenvolve-se “nela em qualquer estado e condições.”⁶²² O entendimento alencariano não condicionou a existência do recato entre os indígenas ao critério “da civilização” aos moldes europeus, compreensão que não pode ser apartada da concepção de Gonçalves de Magalhães⁶²³ e também subscrito pelo monogenismo.⁶²⁴

⁶¹⁷ VESPÚCIO, Américo. *Novo mundo: as cartas que batizaram a América*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. p. 22.

⁶¹⁸ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 174.

⁶¹⁹ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 156.

⁶²⁰ ALENCAR, op. cit., p. 166.

⁶²¹ SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. t. I. p. 538-539.

⁶²² ALENCAR, op. cit., p. 166.

⁶²³ MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Os Indígenas do Brasil Perante a História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860. p. 06-07.

⁶²⁴ Durante o século XIX duas vertentes imperaram na reflexão sobre a origem dos indígenas: o monogenismo e o poligenismo, que diretamente impactavam a interpretação sobre sua assimilação pela civilização. O monogenismo, dominante até meados do século e que “congregou a maior parte dos pensadores que, conformes às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una.” Segundo essa interpretação, o homem “teria se originado de uma fonte comum, sendo os diferentes tipos humanos apenas um produto ‘da maior degeneração ou perfeição do Éden’” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). O naturalista francês Jean Louis Armande de Quatrefages de Bréau, na esteira do monogenismo,

Desse modo, taxativamente Alencar encerrava a nota “A liga vermelha” afirmando que “não é possível negar a castidade da mulher tupi”, que é demonstrada não apenas no respeito à faixa de algodão, mas também pelo fato de que “nenhum homem tinha relações com a mulher inúbil, nem ela o consentia”.⁶²⁵

Por fim, a antropofagia, prática que “prejudicou a reputação dos indígenas e acentuou o estranhamento com o Novo Mundo”.⁶²⁶ Quase todos os cronistas e viajantes mencionaram o ritual antropofágico como um hábito que tornava os nativos “muito desumanos e cruéis”,⁶²⁷ como o fez Pero de Magalhães Gandavo. Alencar também declarou seu estranhamento quanto à prática, ao afirmar que “ninguém pode seguramente abster-se de um sentimento de horror ante a ideia do homem devorado pelo homem. Ao nosso espírito civilizado, ela repugna não só à moral, como ao decoro que deve revestir os costumes de uma sociedade cristã.”⁶²⁸ No entanto, o romancista preferiu, ao invés de caracterizar seus praticantes como cruéis, ao modo de Gandavo, assumir uma postura de etnógrafo de gabinete e “investigar a causa que produziu entre algumas, não entre todas as nações indígenas, o costume da antropofagia.”⁶²⁹

Para o escrutínio da antropofagia, Alencar novamente recorreu à análise dos escritores coloniais. Na sua perspectiva, os cronistas atribuíam o costume “à ferocidade, que transformava os selvagens em verdadeiros carniceiros”, caracterização que reproduzia, segundo Alencar, “os costumes citas, que sugavam o sangue do inimigo ferido”, descrito por Pompônio Mela,⁶³⁰ geógrafo de origem hispânica e que viveu em Roma. Contemporâneo do Imperador Cláudio, Mela

entendia que “as variações das raças humanas explicam-se como formas diferenciadas de desenvolvimento, quer físicas quer culturais, provocadas pela influência do clima e por processos de adaptação a condições de vida adversas” (LUZ, 2007, p. 392). Já o poligenismo, contrapondo-se a vertente monoteísta da Igreja, partia “da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993, p. 48). Assim, a perspectiva poligenista se sustentava a partir da leitura de Charles Darwin e do evolucionismo, além de novas técnicas como a *frenologia* e da *antropometria*, “teorias que passavam a interpretar a capacidade humana tomando em conta o tamanho e proporção do cérebro dos diferentes povos” (SCHWARCZ, 1993, p. 48-49). Ver: LUZ, José Luiz Brandão da. A etnologia e a questão das identidades nacionais. In: CALAFATE, Pedro; PIMENTEL, Manuel Cândido (org.). *História do pensamento filosófico português*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, 2007; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁶²⁵ ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 166.

⁶²⁶ AGUIAR, José Otávio; RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Wilton Carlos Lima da. *Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2013. p. 27.

⁶²⁷ GANDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008. p. 68.

⁶²⁸ ALENCAR, op. cit., p. 186.

⁶²⁹ Ibidem, p. 186.

⁶³⁰ Ibidem, p. 186.

escreveu a *Corografia* entre 43 e 44 d. C., obra em que descreveu a geografia do Mundo Antigo.⁶³¹ Ao fazer essa referência, Alencar tentava indicar os referenciais utilizados pelos cronistas para a descrição das populações indígenas, gesto de pesquisador que se repetiu ao comentar um segundo elemento como gerador da antropofagia: a gula. Assim escreveu Alencar: “Outros lançam a antropofagia dos americanos à conta da gula, pintando-os a igual à horda bretã das Gálias, os Aticotes, dos quais diz S. Jerônimo que se nutriam de carne humana”,⁶³² e “tinham como pratos preferidos os seios das mulheres e as nádegas dos homens.”⁶³³

Foi sobre essas duas perspectivas – ferocidade e gula – que Alencar escreveu a nota “O suplício”. Nela, o romancista desmobilizou os dois princípios como a causa da antropofagia entre os indígenas. Embora Simão de Vasconcelos tenha registrado na *Crônica da Companhia de Jesus* o conhecimento de uma índia idosa desejosa de uma “mãozinha de um rapaz Tapuia de pouca idade” para “chupar aqueles ossinhos”,⁶³⁴ ou ainda a descrição de Hans Staden, que “conta a história de dois indivíduos moqueados pelos tupinambás, e guardados para um banquete”,⁶³⁵ Alencar insistia na inexistência da gula como motivadora da antropofagia, como também o fez o historiador Varnhagen no primeiro volume da *História Geral do Brasil*.⁶³⁶ Para contrapor os registros do missionário e do viajante, Alencar entendeu serem os relatos exagerados ou mesmo “não passar de caraminholas, impingidas ao pio leitor”, uma vez que “os costumes de um povo não se aferem por acidentes, mas pela prática uniforme que ele observa em seus atos.”⁶³⁷

Assim, antes de considerar a antropofagia como uma forma de alimentação, como registrou Américo Vespúcio ao declarar que “dentre as carnes, a humana é para ele alimento comum,”⁶³⁸ Alencar assegurava que “os autores mais dignos de crédito” sustentavam que o nativo “só devorava ao inimigo, vencido e cativo na guerra. Era

631 RUIZA, M.; FERNÁNDEZ, T.; TAMARO, E. (2004). Biografia de Pomponio Mela. In: *Biografías y Vidas: La enciclopedia biográfica en línea*. Barcelona (España). Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/mela.htm>>. Acesso em 12 out. 2021.

632 ALENCAR, José de. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 186.

633 MORENO, Francisco. *São Jerônimo: a espiritualidade do deserto*. São Paulo: Edições Loyola, 1992. p. 26.

634 VASCONCELLOS, Simão de. *Livro Primeiro da Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa: Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rei N. S., 1663. p. 49.

635 ALENCAR, op. cit., p. 187.

636 VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1854. p. 121.

637 ALENCAR, op. cit., p. 187.

638 VESPÚCIO, Américo. *Novo mundo: as cartas que batizaram a América*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013. p. 08.

esse ato um perfeito sacrifício, celebrado com pompa, e precedido por um combate real ou simulado que punha termo à existência do prisioneiro.” Logo, gula e ferocidade devem ser afastadas como causa da prática da antropofagia, já que o ritual integrava importante celebração mística dos Tupi, reservado “aos guerreiros ilustres ou varões egrégios quando caíam prisioneiros. Para honrá-los, os matavam no meio da festa guerreira; e comiam sua carne que devia transmitir-lhes a pujança e valor do herói inimigo.”⁶³⁹

Portanto, por meio da existência de procedimentos ritualísticos, que envolviam desde a entrega de uma esposa ao prisioneiro até a permissão para declarar sua coragem no dia do sacrifício, Alencar deslegitimava a ferocidade como impulso antropofágico, uma vez que ela “se coaduna com a calma e comedimento desse proceder. Pode-se explicar o sacrifício humano dos tupis por um intenso e profundo sentimento de vingança; mas não por sanha brutal”,⁶⁴⁰ como anotou Ferdinand Denis em citação feita por Alencar:

Executando estes sacrifícios, os tupinambás não obedeciam, como algumas pessoas poderiam acreditar, a um gosto depravado, que os levasse a preferir a carne humana a todas as outras; eram eles movidos antes de tudo por um espírito de vingança, que de geração em geração se transmitia, e do qual nossa civilização nos impede de compreender a violência.⁶⁴¹

Ferdinand Denis registrou a predominância da vingança como fator motivador da antropofagia, contudo, Alencar colocou em dúvida a vingança como “a verdadeira razão da antropofagia”. Para o romancista, a vingança se reduzia a morte do inimigo, tendo a antropofagia um caráter ritualístico muito mais importante, pois “o sacrifício humano significava uma glória” tanto para o prisioneiro como para o matador. Ao primeiro residia a mística do reconhecimento e da transmissão da “pujança e [do] valor do herói”⁶⁴² através de sua carne, enquanto que ao segundo, a ritualística lhe conferia um novo nome guerreiro. Contudo, isso não quer dizer que Alencar desacreditava do motivo vingança, uma vez que o próprio romance a demonstra como elemento importante para o estabelecimento de relações bélicas entre as etnias, apenas que o

⁶³⁹ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 186-189.

⁶⁴⁰ *Ibidem*, p. 188.

⁶⁴¹ DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. p. 47.

⁶⁴² ALENCAR, op. cit., p. 189.

sacrifício era realizado como valoração do guerreiro indígena e não como resultado da ferocidade ou da gula como interpretaram escritores coloniais.

Desse modo, Alencar sustentava a existência de uma sociedade indígena Tupi organizada a partir de princípios políticos, civis e religiosos, que foram distorcidos ou ignorados pelos escritores coloniais. Gesto que para além de um inocente estudo etnográfico, deve ser cuidadosamente analisado a partir dos debates políticos e sociais de interpretação do pretérito brasileiro. Vale ressaltar que as proposições indicadas por Alencar se vinculavam aos Tupis, ignorando outros grupos étnicos que ocuparam o território no mesmo período. Contudo, essa exclusão não era inocente ou desinteressada, mas sim integrava um projeto que situava os Tupis na gênese da nação. Desse modo, evocava uma herança do período colonial: a classificação dos nativos entre Tupis e Tapuais.⁶⁴³ Os Tupis, “relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém, tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua.” Ou seja, os Tupis emergiram como elemento singular para representar a identidade nacional, tanto pela literatura romântica quanto por meio da história. Por outro lado, os Tapuias eram “caracterizados como inimigos ao invés de aliados, representavam em síntese, o traiçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador.”⁶⁴⁴ Divisão que figurou nos romances indianistas, a exemplo de Peri, índio considerado Tupi e que pactuara com o fidalgo português D. Antônio, ao contrário dos Aimorés, grupo Tapuia descrito por Alencar como violento e antropófago em *O Guarani* (1857).

Isso explica o porquê de Alencar ter empreendido um discurso que equiparava os indígenas aos povos germânicos, de quem muitas nações europeias orgulhosamente vinculavam sua história. Como exemplo, vale mencionar o reconhecimento das “leis da cavalaria” entre os nativos por Alencar, como deixou anotado:

As leis de cavalaria no tempo em que ela floresceu em Europa não excediam por certo em pundonor e brios à bizzarria dos selvagens brasileiros. Jamais o

⁶⁴³ MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 511-546, mai./ ago. 2015.

⁶⁴⁴ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre docência em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. p. 173.

ponto de honra foi respeitado como entre estes bárbaros, que não eram menos galhardos e nobres do que esses outros bárbaros, godos, árabes, que fundaram a cavalaria.⁶⁴⁵

Na literatura de viés histórico e indianista, Alencar defendia a tese da figuração dos Tupis nas origens da nação, opondo-se a nomes como ao do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. No entanto, como visto, Alencar insistiu na proposição indígena e publicou *Ubirajara*, romance que reforçou seu posicionamento romântico e histórico-etnográfico.

Ao expressar seu posicionamento em relação ao indígena em suas notas, Alencar realizou um gesto letrado muito próximo ao realizado por Gonçalves Dias em *Brasil e Oceania*, com a finalidade de descrever “o estado físico, moral e intelectual dos indígenas do Brasil, no tempo em que pela primeira vez se acharam em contato com os seus descobridores”. O próprio poeta reconheceu ser difícil a empreitada, uma vez que já se tinham passado três séculos, restando ao pesquisador apenas o escrutínio documental. Nesse sentido, o que impeliu Dias, foi “ver que probabilidade ou facilidade ofereciam nessa época a empresa da catequese ou da colonização”.⁶⁴⁶ Assim, o poeta tinha como objetivo, para além de situar o indígena na história do Brasil, reconhecer o êxito ou não da empresa catequizadora nos primeiros tempos, estudo que auxiliaria na compreensão e estabelecimento de estratégias quanto à implementação da catequização indígena no século XIX.

Embora Alencar não tenha adentrado na questão da catequização em *Ubirajara*, a escrita das notas não pode ser desarticulada de uma preocupação etnográfica de legitimação da população indígena no passado brasileiro. O destaque alencariano recairá sobre a existência de uma população regida por normas morais e religiosas e sustentada por princípios políticos e sociais, muitas vezes não reconhecidas pelos escritores coloniais ou pelos historiadores seus contemporâneos. No entanto, o reconhecimento cultural e social dos indígenas feito em *Ubirajara* não habilitaria essa população para integrar de imediato os cômodos da “civilização”, uma vez que o próprio romancista a inseriu na infância da humanidade.

Desse modo, o reconhecimento da existência de caracteres sociais, culturais e políticos entre os indígenas, dava margem para sua integração, uma vez que caberia

⁶⁴⁵ ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874. p. 186-189.

⁶⁴⁶ DIAS, Antônio Gonçalves. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867. p. 05.

ao europeu moldar esses caracteres à civilização. E, nesse quesito, não podemos ignorar a catequização, aplaudida pelo narrador de *Iracema* ou mesmo a importância da conversão de Peri ao cristianismo, que o habilitou a salvar Cecília e figurar como o Tamandaré indígena, ou seja, o Noé do cristianismo, que juntamente com sua esposa repovoou a terra após o dilúvio.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção letrada brasileira delineada a partir dos pressupostos românticos investiu naquilo que se convencionou chamar de “cor local”. Ao longo do século XIX, poetas e romancistas produziram textos com base na paisagem e em sua população, privilegiando aspectos locais no afã de constituir uma literatura com caracteres próprios. A proposição de uma literatura nacional se constituiu na esteira dos embates engendrados pela ruptura política do Brasil com sua antiga metrópole, ao fomentar uma escrita e estética literária própria e que demarcasse sua independência.

Para tanto, os esforços literários se concentraram em construir enredos que privilegiassem a flora e fauna nacional, além das populações indígenas sob o signo de serem os primitivos habitantes do Brasil. Foi sob este prisma que Gonçalves de Magalhães escreveu seu ensaio publicado na *Revista Niterói* e José de Alencar publicou o seu *O Guarani*. Na conformação diegética dos romances, o personagem indígena figurava como elemento central da trama em contextos ficcionais que recuperavam o passado colonial do país. Para tal fim, a literatura empreendeu diálogo muito próximo com a historiografia e a etnografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que naquele momento compartilhava dos mesmos interesses suscitados pela ruptura política.

Criado em 1838, o IHGB tinha como proposta a elaboração da historiografia oficial do país, além de coligir e divulgar os documentos interessantes à história brasileira. Foi sob este viés que se constituiu o interesse sobre as populações indígenas e se efetivou a seção destinada aos estudos etnográficos. Os letrados que compunham a instituição compreendiam que o escrutínio das populações indígenas, por meio do estudo de sua língua e dos registros coloniais, forneceria subsídios importantes para a compreensão do passado colonial e mesmo de período anterior ou ainda para a elaboração de métodos que objetivavam a integração ou não dessa população contemporânea ao seio dos cidadãos brasileiros.

A proposta de coligir documentos de interesse histórico ao país fomentou a pesquisa em arquivos estrangeiros e o recolhimento de relatórios e outros textos produzidos nas províncias brasileiras. Foi a partir desse esforço que importantes manuscritos foram recuperados, a exemplo da crônica de Gabriel Soares de Sousa, considerada de grande relevância para as pesquisas etnográficas e a escrita literária indianista. Produzido em 1587, o *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Soares de

Sousa trouxe anotações a respeito da flora e fauna, além de importantes apontamentos sobre as populações indígenas da costa litorânea, especialmente os Tupinambá, etnia com quem os portugueses travaram os primeiros contatos.

Ao longo de grande parcela do século XIX, os estudos etnográficos aconteceram através da pesquisa em relatos de viajantes e cronistas coloniais, textos que naquele momento eram considerados fontes legítimas para o conhecimento do passado em virtude do seu caráter testemunhal. Chamada de etnografia de gabinete, esse método de trabalho vigorou até fins do século, quando o conhecimento etnográfico passou a privilegiar o contato com as populações indígenas, como se pode perceber através da escrita de Couto de Magalhães.

Foi sob a chamada etnografia de gabinete que parcela considerável da escrita literária indianista se constituiu. Exemplo claro desse procedimento foi a publicação, em 1857, de *O Guarani*, por José de Alencar. Ao romance foi adicionado um conjunto de notas nas quais o romancista indicou as bases documentais que sustentam a ficcionalização do passado colonial e a figuração do indígena. Nesse sentido, não há como desconsiderar as relações entre literatura e história engendradas pelo indianismo, circunstância que o aproxima do romance histórico oitocentista, uma vez que ambos mantiveram laços estreitos com a historiografia e a etnografia do século XIX.

No entanto, essa forma de figurar o indígena encontrou resistência em alguns críticos, como Franklin Távora, que em 1871 elaborou missivas compostas por uma leitura crítica dos romances alencarianos *Iracema* (1865) e *O Gaúcho* (1870). O conjunto de críticas de Távora estava alicerçado nos ideais do realismo, bem como pela oposição marcada a José de Alencar frente ao seu posicionamento contrário a promulgação da Lei do Ventre Livre. Nesse sentido, a posição política de Alencar serviu de mote para a avaliação de sua escrita literária. No que tange à figuração do nativo, Távora, imbuído dos princípios realistas então em introdução no Brasil, desqualificou o indígena do romance de Alencar por se distanciar da realidade. Para o crítico, seria necessário apegar-se às descrições dos cronistas quando o contato com essa população não fosse possível e ignorar a idealização, pois ela não garantiria o crivo do nativo. Avaliação próxima daquela feita por Joaquim Nabuco anos depois, quando da celeuma literária com José de Alencar pelas páginas do jornal *O Globo*.

As críticas de Távora eram sublinhadas por um contexto político-social e cultural conturbado. Com o término da Guerra do Paraguai em 1870, o Brasil vivia um

déficit público altíssimo, além da pressão do Imperador para a resolução da questão da escravidão e a emergência de grupos antagônicos à ordem imperial. Esse contexto macro gerou divisões ideológicas importantes, que em apenas dezenove anos pôs fim a Monarquia Brasileira. Os grupos que se digladiavam na arena pública e política eram supridos ideologicamente dos mais diversos matizes intelectuais, alguns deles constituídos por meio de conexões com a Europa e as discussões científicas que insuflavam as mentes letradas brasileiras. Dentre eles estavam o positivismo, o republicanismo e o darwinismo, vertentes que alteraram significativamente o modo de pensar nacional.

O nome de Távora estava vinculado a chamada Escola de Recife, grupo crítico ao status imperial e ao Romantismo. Foi deste grupo que emergiu outra voz importante daquele contexto: a de Sílvio Romero. Romero apontava para a impossibilidade de projetar o nacionalismo brasileiro no indígena, uma vez que essas populações não incorporavam o sentimento patriótico do país, posição próxima daquela expressa pelo historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Nessa perspectiva, a crítica de Romero desqualificava o indianismo e desconsiderava seu papel para a literatura brasileira, sob o argumento de que o Romantismo definiu a literatura nacional exclusivamente pelo seu viés indianista.

No mesmo contexto outras vozes também criticaram o indianismo romântico, embora sem a radicalidade de Romero, uma vez que ainda qualificavam a literatura indianista como parte da literatura brasileira. Para essas vozes, o indianismo romântico seria uma parcela daquilo que era a literatura nacional. Nessa perspectiva residia Machado de Assis e o próprio José de Alencar, que em “Benção Paterna” argumentou ser a literatura brasileira mais do que apenas seu viés indianista.

Diante de um contexto de acirramento das discussões letradas pautadas pela introdução das novas ideias estrangeiras que passaram a circular em território nacional e da desqualificação do indianismo foi que José de Alencar publicou *Ubirajara* (1874), romance que enredou a trajetória de duas etnias indígenas: os Araguaia e os Tocantim. Desse modo, seu último romance indianista foi produzido como um “protesto” ao anti-indianismo ao mesmo tempo em que se alicerçava como um estudo etnográfico.

Publicado pela importante editora Garnier, *Ubirajara* se singulariza frente à *O Guarani* pelo seu modo de narrar. Embora ambos apresentem narradores oniscientes extradiegéticos, tal como os romances históricos, o romance de 1874 se distingue por

ser narrado por um narrador-etnógrafo. Isso aconteceu porque a matéria romanesca é puramente etnográfica, uma vez que seu enredo se passa em tempos pretéritos ao desembarque dos portugueses, momento de ausência de registros escritos como preconizava a historiografia oitocentista, cabendo, tão logo, apenas a etnografia, como defendia o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen. Por outro lado, diante das alterações que os estudos etnográficos vinham sofrendo, em especial na substituição da etnografia de gabinete pelas viagens científicas e antropológicas, o narrador-etnógrafo se colocava como uma testemunha do enredo e conferia verossimilhança para a narração. Nesse mesmo sentido, o narrador-etnógrafo se colocava como alguém que estava em campo observando e coletando o material, circunstância que respondia, em alguma medida, as críticas que Alencar sofreu quanto ao seu conhecimento “real” do indígena.

Sob outra ótica, a figuração de costumes indígenas em *Ubirajara* respondia, como um estudo etnográfico, o desconhecimento de algumas vozes de uma sociedade estruturada sob leis e a existência de moralidade e crenças religiosas entre os indígenas. Assim, o romance acompanhava a proposição de Gonçalves de Magalhães, que compreendia estas características como inatas ao ser humana e não como resultado de arranjos sociais e culturais. Portanto, o romance conhecia as populações indígenas como entes estruturados social e culturalmente, e não como populações sem leis e sem moralidade como queria Francisco Adolfo de Varnhagen.

A historiografia literária reconhece em *Ubirajara* uma resposta aos críticos alencarianos, em especial no quesito aproximação com a realidade, uma vez que o romancista se alicerçou sobre importantes cronistas e missionários coloniais, além de historiadores e nomes da etnografia oitocentista brasileira, tal como exigia Franklin Távora. Nesse sentido, a figuração do indígena de *Ubirajara* foi mediada a partir das descrições presentes nos escritores coloniais e de estudos etnográficos e históricos produzidos no século XIX. Embora Alencar não tenha integrado o IHGB, seu método de trabalho indica a proximidade com a produção letrada do Instituto, circunstância que permite afirmar que as redes letradas não são restritas aos muros de instituições. Desse gesto de pesquisa emerge que o romancista, desde *O Guarani*, construiu suas personagens indígenas sob as descrições dos Tupinambá, mesmo que elas fossem de etnias diversas. A princípio, esse gesto de pesquisa pode suscitar a desconfiança quanto a credibilidade do indígena alencariano. No entanto, esse procedimento deve ser lido sob a perspectiva dos estudos históricos e etnográficos do século XIX ou

mesmo a partir do método de descrição adotado pelos cronistas e missionários coloniais. Isso pressupõe colocar o texto dentro de seu contexto.

Dado que os primeiros contatos dos portugueses com os indígenas se deram com os Tupinambás, naturalmente isso se refletiria na dimensão das descrições a respeito dessas populações. Gabriel Soares de Sousa, Jean de Léry e Hans Staden, além de outros, registraram com maior atenção o modo de vida dos indígenas Tupinambá, alegando que seus costumes eram compartilhados por outras etnias. A posição quanto ao compartilhamento de costumes se repetiu em escritos do século XIX, como no *Dicionário Geográfico, histórico e descritivo, do Império do Brasil* (1845), de J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe. Portanto, foi sob este mesmo prisma que Alencar se apropriou das descrições dos Tupinambás para caracterizar os Araguaia e os Tocantim, circunstância que afasta da análise a possibilidade de equívocos descritivos ou mesmo inverossímeis.

Na mesma perspectiva de um estudo etnográfico residem as notas adicionadas ao romance. É nelas que se revela um Alencar etnógrafo de gabinete com maior propriedade, uma vez que se posicionou frente aos escritores coloniais. Logo na “Advertência” do romance, Alencar defendeu a leitura crítica dos escritores coloniais, uma vez que certos posicionamentos eram frutos de interesses como a escravização ou mesmo a catequização. Por conseguinte, isso justificaria, sob a ótica alencariana, o porquê de certas descrições, como exemplo a apresentação dos indígenas como destituídos da experiência religiosa como fator decisivo para a implementação da catequização. Isso não quer dizer que o romancista era contrário a catequização indígena, visto que o próprio Peri, personagem de *O Guarani*, e Poti, de *Iracema*, se converteram ao cristianismo. O argumento de Alencar está centrado na desconfiguração de certos costumes indígenas como justificativa para a catequização ou mesmo para o uso da violência.

Desse modo, as notas do romance se configuram como um estudo etnográfico em quatro eixos temáticos: antropofagia, religião, moralidade conjugal e organização político-social. A intervenção de Alencar a partir desses temas procurava demover a imagem negativa atribuída aos indígenas desde o período colonial. Quanto à antropofagia, o romancista se preocupou em enfatizar a ritualística desse momento, desmistificando a visão existente quanto a ser uma prática alimentícia. Em relação a religião, Alencar não reconheceu os indígenas como ateus, uma vez que essa opinião era derivada da compreensão de que os indígenas não possuíam uma religião, visto

que não mantinham templos religiosos. Para Alencar, a manifestação religiosa indígena acontecia de maneira diversa da cristã, uma vez que para o indígena o ser humano é considerado a personificação da divindade. Quanto a moralidade conjugal, Alencar recusava a admissão de que os indígenas se configuravam como uma população libertina, tal como a caracterizou o historiador inglês Robert Southey. Para Alencar, essa moralidade se caracterizava através da faixa de algodão símbolo da virgindade e também pela punição do adultério. E quanto a organização social e política, indo em direção contrária à posição do historiador Varnhagen, Alencar reconheceu a existência de uma hierarquia entre os indígenas e a presença de poderes políticos tal qual o executivo e o legislativo, circunstância que pressupunha a circulação de leis entre os autóctones.

Contudo, o reconhecimento desses traços culturais e organizacionais estava restrito aos Tupi. Em diversas passagens das notas, Alencar demonstrou esse recorte, escolha que não pode ser considerada inocente. Essa perspectiva traz à discussão a distinção feita entre Tupi e Tapuia. De modo simples, essa categorização dizia respeito tanto à questão linguística bem como ao grau de proximidade com o europeu durante o período colonial. Os grupos indígenas que integravam os Tupi falavam o que se convencionou chamar pelos jesuítas de Língua Geral e se aproximaram e integraram os redutos europeus. Ao contrário dos Tapuia, grupos considerados hostis e bárbaros. Em *Ubirajara*, a existência entre esses dois grupos ficou bem demarcada, uma vez que os Araguaia e Tocantim eram Tupi e foram caracterizados a partir da honra e de uma sociedade organizada. Já os Tapuia, que surgem no enredo para vingar seu pajé morto por Pojucã, absorveram a característica da falta de honra, visto que foi de um de seus índios que partiu, de modo desleal, as setas que cegaram Itaquê. Esse tipo de figuração acompanhou a escrita indianista de Alencar, visto que, em *O Guarani*, a mesma distinção tracejou os caracteres de Peri (Tupi) e dos Aimoré (Tapuia).

Como era aos Tupi que a historiografia e a etnografia remetiam seus estudos no afã de localizá-los dentro da história brasileira, seria inviável que seus indígenas fossem descritos como bárbaros e selvagens. Foi sob este viés que o indígena foi apropriado pela Romantismo, visto que seus heróis foram retratados como Tupi. Assim, a literatura contribuía para a consolidação de um imaginário que situava os autóctones na origem da nação, reconhecendo os indígenas como aliados dos

portugueses e que contribuíram para a construção da nação, como em *O Guarani*, onde Peri fez uma aliança importante com a família Mariz.

Diante disso, escritores como José de Alencar, que defendiam a importância dos Tupi na formação da nação, não poderiam aceitar sua exclusão ou mesmo sua caracterização sob epítetos negativos. A postura alencariana estava na direção contrária de muitas vozes da década de 1870, por isso a publicação de *Ubirajara* e a escrita das extensas notas. Ao reconhecer uma sociedade organizada entre os Tupi, Alencar legitimava o indianismo como parte da literatura brasileira e reconhecia a contribuição histórica dessa população, uma vez que para ele, era no indígena que se localizava “o berço da nacionalidade”.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Otávio; RODRIGUES, André Figueiredo; SILVA, Wilton Carlos Lima da. *Literaturas de viagem: fauna, flora e etnografia brasileira*. São Paulo: Humanitas, 2013.

ALENCAR, José de. *Ao correr da pena*. São Paulo: Tip. Alemã, 1874.

_____. *Ao Imperador*. Novas Cartas Políticas. Rio de Janeiro: Tip. de Pinheiro & Cia, 1867-1868.

_____. *As minas de prata*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. v. VI.

_____. Benção Paterna. In: ALENCAR, José de. *Sonhos d'ouro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1872. T. 1. p. V-XIX.

_____. *Caderno X: apontamentos diversos*. Doc. 060. Acervo Casa José de Alencar (Fortaleza/CE).

_____. *Cartas de Erasmo*. Organizador José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: ABL, 2009.

_____. *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tipográfica Nacional do Diário, 1856.

_____. *Como e porque sou romancista*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1893.

_____. *Discursos proferidos na sessão de 1871 na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Tipografia Perseverança, 1871.

_____. Elemento Servil (Sessão 30/09/1870). In: ALENCAR, José de. *Discursos parlamentares de José de Alencar: Deputado-geral pela província do Ceará (1861 a 1877)*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1977.

_____. O Estilo na Literatura Brasileira. *Ensaios Literários. Jornal Acadêmico*. São Paulo: Tip. do Governo, 4ª série, nº 2, 1850.

_____. *O Guarani*. Rio de Janeiro: Empresa Nacional do Diário, 1857.

_____. *Til*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

_____. Ubirajara: lenda Tupi. *A Constituinte: órgão liberal*. São Paulo 18 nov. 1879, p. 01.

_____. Ubirajara: lenda Tupi. *A Constituinte: órgão liberal*. São Paulo, 08 dez. 1879, p. 02.

_____. Ubirajara: lenda Tupi. Literatura. *O Despertador*. Desterro, 18 jan. 1876, p. 03-04.

_____. Ubirajara: lenda Tupi. Literatura. *O Despertador*. Desterro, 30 mai. 1876, p. 03-04.

_____. *Ubirajara: lenda tupi*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.

_____. José. *Iracema: lenda do Ceará*. Rio de Janeiro: Tip. de Vianna & Filhos, 1865.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 37, n. 75, p. 17-38, 2017.

ALONSO, Angela. Apropriação de ideias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume III: 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 83-118.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMORIM, Mariana de Oliveira. A cidade encenada: O Rio de Janeiro – verso e reverso, de José de Alencar. In: *Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010. Disponível em: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276609521_ARQUIVO_A_MORIM,Mariana-ArtigoANPUH2010.pdf>. Acesso em 13 out. 2015.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

AO LEITOR. *NITERÓI, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, 1836.

ARAUCARIUS. Literatura. *Revista Brasílico-Literária. O novo mundo: periódico ilustrado do progresso da idade*. Nova Iorque, v. 59, n. 59, p. 257-276, 23 ago. 1875.

ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. *Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)*. 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASSIS, Machado de. José de Alencar: Iracema. In: ASSIS, Machado de. *Obras Completas de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vol. III, 1994. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/critica/mact18.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2015.

_____. José de Alencar: O Guarani. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/html/critica/mact35.htm>>. Acesso em 07 set. 2015.

_____. *Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade*. Disponível em: <http://machado.mec.gov.br/obra-completa-lista/item/download/95_a034209a67594696a9b556534ff73116>. Acesso em 22 set. 2020.

BARBOSA, Januário da Cunha. Qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os índios entranhados em nossos sertões. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. II, p. 03-18, 1840.

BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício, Conde de Nassau etc, ora Governador de Wesel, Tenente-General de Cavalaria das Províncias-Unidas sob o Príncipe de Orange*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1940.

BARROS, José D, Assunção. *Teoria da história: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo*. 3. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

BASTOS, Alcmemo. O romance histórico no romantismo brasileiro (Além de Alencar). Disponível em: <<http://www.alcmemo.com/wordpress/wp-content/arquivos/romance-historico-no-romantismo2.pdf>>. Acesso em 11 out. 2015.

BEZERRA, Valéria Cristina. *Entre o nacional e o estrangeiro: José de Alencar e a constituição da literatura brasileira em cenário internacional*. 2016. 238 f. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária). Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

BIBLIOGRAPHIA. *Diário do Maranhão: jornal do comércio, lavoura e indústria*. Maranhão, 04 jun. 1875, p. 02.

BIBLIOGRAPHIA. *O Espírito-Santense: jornal político, científico, literários e noticioso*. Vitória, 01 de jun. de 1875, p. 03.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura nas Cartas de Franklin Távora a José Feliciano de Castilho sobre *Iracema*. *Cordis*. São Paulo, n. 10, p. 209-247, jan./jun. 2013.

_____. José de Alencar e as Américas: nos circuitos das ideias refletindo sobre a literatura na América. *Locus: Revista de História, Juiz de Fora*, v. 17, n. 1, p. 85-114, 2011.

_____. Observações literárias de um cidadão português sobre a produção de José de Alencar na revista fluminense *Questões do Dia. Emblemas – Revista do Departamento de História e Ciências Sociais UFG/CAC*. *Catalão*, v. 9, n. 1, p. 111-128, jan./jun., 2012.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BECELLAR, Carlos (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 203-233.

BORNHEIM, Gerd. Filosofia do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 75-112.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

_____. *História concisa da literatura brasileira*. 50ª ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CAMINHA, Pero Vaz. *O descobrimento do Brasil: A carta de Pero Vaz de Caminha*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

CANDIDO, Antonio. A literatura durante o Império. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (t. II). *Reações e Transações* (v. 5). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 1981. v. II.

_____. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanistas/ FFLCH, 2002.

CANITAR. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Disponível em:

<<https://dicionario.priberam.org/canitar>>. Acesso em 12 jul. 2021.

CANO, Jefferson. *O fardo dos homens de letras: o “orbe literário” e a construção do império brasileiro*. 2001. 407 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A vida política. In: CARVALHO, José Murilo (coord.). *A Construção Nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 83-129.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. *Dicionário tupi (antigo) português*. Salvador: Moacyr Ribeiro de Carvalho, 1987.

CASTRO, Eduardo Viveiro de; DA CUNHA, Manuela Carneiro. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Anuário Antropológico*. Brasília, v. 10, n. 1, p. 57-78, 1986.

CERQUEIRA E SILVA, Ignácio Accioli de. Dissertação histórica, etnográfica e política sobre: Quais eram as tribos aborígenes que habitavam a província da Bahia ao tempo em que o Brasil foi conquistado; que extensão de terreno ocupavam; quais emigraram e para onde; e, em fim, quais existem ainda e em que estado? Qual a parte da mesma província que era já a esse tempo desprovida de matas; quais são os campos nativos, e qual o terreno coberto de florestas virgens; onde estas tem sido destruídas, e onde se conservam; quais as madeiras preciosas de que abundavam, e que qualidades de animais as povoavam? *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. v, v. 12, p. 143-257, 1849.

CEZAR, Temístocles. Quando um manuscrito torna-se fonte histórica: as marcas de verdade no relato de Gabriel Soares de Sousa (1587). Ensaio sobre uma operação historiográfica. *História em Revista* (UFPel), Pelotas, v. 6, p. 37-58, 2000.

_____. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

_____. Varnhagen entre os antigos, os modernos e os “selvagens”: estudo introdutório de “A origem turaniana dos tupis e dos tangos egípcios”. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Varnhagen no caleidoscópio*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013. p. 317-345.

CHAGAS, Manoel Pinheiro. *Ensaio Críticos*. Porto: Em casa de Viuva Moré – Editora, 1866.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

COMPAGNON, Antoine. *O trabalho da citação*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A polêmica Alencar-Nabuco*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

_____. *A literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1968. v. I. t. II.

CRÔNICA Geral. *A Reforma: órgão democrático*. Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1869, p. 01.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

_____. Política indigenista no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 133-154.

D' EVREUX, Yves. *Viagem ao norte do Brasil feita nos anos de 1613 a 1614*. Maranhão: Typ. do Frias, 1874.

D'ABBEVILLE, Claudio. *História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão e Suas Circunvizinhanças*. Maranhão: Tip. do Frias, 1874.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Máximo Amazonas*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004. 2 v. Resenha de: ALMEIDA E VAL, Vera Maria Fonseca de; FERREIRA, Nazaré. Máximo Rio Amazonas: as jóias do Tesouro. *Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. VIII, n. 01, p. 01-09, jan./jun. 2005.

DANIEL, João. *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas* (Parte Segunda). *Revista Trimensal de História e Geografia*, Rio de Janeiro, t. III, p. 158-183, 1841.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Cabocle Indien civilisé*. 1834. Aquarela e litografia sobre papel, color., 30,5 x 42,3 cm. Acervo Brasileira Iconográfica.

DECRETO nº 3.842, de 17 de abril de 1867. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/402397/publicacao/15818965>>. Acesso em 19 ago. 2020.

DECRETO nº 4.426, de 20 de outubro de 1869. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D4426-1869.htm>. Acesso em 19 ago. 2020.

DENIS, Ferdinand. *Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. *O Brasil*. Salvador: Livraria Progresso Editora, 1955.

DEZOTTI, Maria Celeste. Ressonâncias da épica greco-latina no *Ubirajara* de José de Alencar. *Acta Scientiarum. Linguagem e Cultura*. Maringá, v. 42, n. 1, p. 01-11, jan./jun. 2020.

DIÁRIO do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 30 nov. 1870. p. 04.

DIAS, Antônio Gonçalves. *Primeiros Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Em Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1846.

_____. Brasil e Oceania. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXX, Parte Segunda, 1867.

_____. *Dicionário da língua Tupi, chamada Língua Geral dos indígenas do Brasil*. Lipsia: F.A. Brockhaus, 1858.

_____. *I-Juca Pirama*. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/literatura/assunto/resumos-de-livros/i-juca-pirama.html>>. Acessado em 12/11/2015.

_____. *Últimos Cantos: poesias*. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Vida e Obra. In: MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos na Nova Guiné Melanésia*. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976. p. VI-XXIV.

ENDERS, Armelle. *Vultos da Nação: fábrica de heróis e formação dos brasileiros*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

EULÁLIO, Alexandre. O Ensaio Literário no Brasil. *Língua e Literatura*, São Paulo, 17, p. 09-54, 1989.

FACTOS Diversos. Ubirajara. *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 02.

FALBEL, Nachman. Os fundamentos históricos do Romantismo. In: GUINSBURG, Jacó. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 23-50.

FAUSTO, Carlos. Cinco séculos de carne de vaca: antropofagia literal e antropofagia literária. *Nuevo Texto Crítico*. Stanford, ano XII, n. 23/24, p. 75-82, jan./dez. 1999.

_____. Fragmentos de história e cultura Tupinambá: da etnologia como instrumento crítico de conhecimento etno-histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 381-396.

FERNANDES, Florestan. A função social da guerra na sociedade tupinambá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. VI, p. 07-425, 1952.

_____. *Organização social dos Tupinambá*. 2ª ed. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1963.

FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003

FERREIRA, Cristina. *Cidadania e identidade na sociedade teuto-brasileira: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí*. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

FERREIRA, Cristina. José de Alencar e a emancipação nas Cartas de Erasmo (1865-1871). In: *7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*, Curitiba, 2015.

_____; KOEPEL, Daniel Fabricio. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

_____; LENZ, Thiago. Duas narrativas para o lugar dos indígenas nas origens da nação: a história ficcional de Magalhães e Alencar. *Almanack*, Guarulhos, n. 23, p. 202-238, dez. 2019.

FERREIRA, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz. *Comércio de livros: livreiros, livrarias e impressos*. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 5, p. 41-52, 2011.

FIGUEIRA, Lauro Roberto do Carmo. O discurso da brasilidade na encarnação indianista, sertanista e regionalista. *Contexto*. Vitória, n. 26, p. 171-194, 2014/2.

FILHO, Luís Viana. *A Vida de José de Alencar*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

FOLHETIM do Diário do Rio. Gonzaga ou a Revolução de Minas. Rio de Janeiro, 28 de abril de 1867, p. 02.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FRANÇA, Lueny Amanda Oliveira; QUEIROZ, Juliana Maia de. A trajetória de romances portugueses no território brasileiro oitocentista. *Letras Escreve*. Macapá, v. 8, n. 1, p. 107-129, 1º sem. 2018.

GAMA, Arnaldo. *O sargento-mor de Vilar*. episódios da invasão dos franceses em 1809. 2ª ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1945.

GÂNDAVO, Pedro de Magalhães. *Tratado da Terra do Brasil: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

GAY, Peter. *A experiência burguesa: Da rainha Vitória a Freud. A paixão terna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GENETTE, Gérard. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, 2006.

_____. *Paratextos editoriais*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2009.

GODOI, Rodrigo Camargo de. *Um editor no Império: Francisco de Paula Brito (1809-1861)*. 2014. 340 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GOMES, Angela de Castro. Cultura Política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, FAPERG, 2007. p. 43-63.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. História de gênios e heróis: indivíduo e nação no Romantismo brasileiro. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. (org.) *O Brasil imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. p. 425-465.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRANJA, Lúcia. Folhetins d'aquém e d'além-mar: a formação da crônica no Brasil. In: BUSATO, Susanna; MOTTA, Sérgio Vicente (org.). *Figurações contemporâneas do espaço na literatura*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 111-133.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra (org.). *História cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. p. 09-24.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-121.

_____. De Paris Ao Rio de Janeiro: A Institucionalização da Escrita da História. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 04, n.01, p. 135-143, 1989.

_____. Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68-85.

_____. *Historiografia e Nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Uma história da história nacional: textos de fundação. In: CARMO, Laura do; LIMA, Ivana Stolze (org.). *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 393-413.

GUINSBURG, Jacó. Romantismo, Historicismo e História. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 13-22.

_____; ROSENFELD, Anatol. Romantismo e Classicismo. In: GUINSBURG, Jacó (org.). *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978. p. 261-274.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiências do Tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

J. C. Páginas Menores. Crônica Literária. *Correio Mercantil.*, Rio de Janeiro, 02 dez. 1863, p. 01.

JÚNIOR, Crenivaldo Regis Veloso. *Os “curiosos da natureza”*: Freire-Allemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 2013. 194 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

JUNIOR, Eduardo Rouston. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Criação de um Símbolo Nacional. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v.2, n.1, dezembro, 2010.

JUNIOR, L. Guimarães. Revista do Domingo. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 4 dez. 1870. p. 01.

KODAMA, Kaori. O tupi e o sabiá: Gonçalves Dias e a etnografia do IHGB em *Brasil e Oceania*. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, Uberlândia, v. 4, n. 3, p. 01-14, jul./set., 2007.

_____. *Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: a etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)*. 2005. 294 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

LEI de 18 de agosto de 1831. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37497-18-agosto-1831-564307-publicacaooriginal-88297-pl.html>. Acesso em 12 ago. 2020.

LEIAM... *O Monitor*. Bahia, 26 out. 1879, p. 02.

LENZ, Thiago. *O Guarani e os nativos idealizados pelo romantismo histórico: José de Alencar entre a literatura e a história no Brasil oitocentista*. 2015. 92 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.

LÉRY, Jean de. *Viagem à terra do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

LIMA, Ivana Stolze. A língua nacional no império do Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *Brasil Império, volume 2: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 467-497.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LISTA Y ARAGÓN, Alberto. *Ensayos literarios y críticos*. Sevilla: Calvo-Rubio y Compañía, Editores, 1844. Disponível em: http://www.cervantesvirtual.com/obra-visor/ensayos-literarios-y-criticos-2/html/1bf5627a-837b-4980-8a0b-a5d49464207f_5.html#I_0. Acesso em 11 jun. 2021.

LIVROS Novos. *O Conservador*: jornal político, noticioso e comercial. Desterro, 26 jun. de 1875, p. 04.

LIVROS Novos. *O Mineiro*: semanário noticioso, comercial e literário. Pouso Alegre, 30 mai. 1875, p. 02.

LIVROS. *Commercio do Amazonas*. Manaus, 19 jun. 1875, p. 03.

LIVROS. *Diário de Belém*. Belém, 08 mar. 1876, p. 03.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques. (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-249.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

LUZ, José Luiz Brandão da. A etnologia e a questão das identidades nacionais. In: CALAFATE, Pedro; PIMENTEL, Manuel Cândido (org.). *História do pensamento filosófico português*. Lisboa, Portugal: Editorial Caminho, 2007.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *José de Alencar e sua época*. São Paulo: Lisa, 1971.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. *A Confederação dos Tamoios*. Rio de Janeiro: Empresa Tip. Dois de Dezembro de Paula Brito, 1856.

_____. Os Índigenas do Brasil Perante a História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo XXIII, v. 23, p. 03-66, 1860.

_____. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de Antropologia. Região e raças selvagens. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXXVI, p. II, p. 359-516, 1873.

_____. *Os Guaianases*: conto histórico sobre a fundação de São Paulo. São Paulo: Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1860.

MANO, Marcel. Índios e negros nos sertões das minas: contatos e identidades. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 511-546, mai./ ago. 2015.

MARCO, Valeria de. *A perda das ilusões*: o romance histórico de José de Alencar. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

MARCOLIN, Neldson. Gonçalves Dias, etnógrafo. *Pesquisa FAPESP*. São Paulo, ed. 179, jan. 2011. Disponível em:

<<https://revistapesquisa.fapesp.br/gon%C3%A7alves-dias-etn%C3%B3grafo/>>.

Acesso 29 jul. 2021.

MARQUES, Wilton José. *O poeta sem livro e a pietà indígena*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Glossários de diversas línguas e dialetos, que falam os índios no Império do Brasil*. Erlangen: Druck von Junge & Sohn, 1863.

_____. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 6, n. 24, p. 381-403, (1844) 1973.

MATA Y ARAUJO, Luis de. *Lecciones elementales de Literatura*. Madrid: Imprenta de Don Norberto Llorenç, 1841.

MATHILDE. Carta de Mathilde à sua amiga a *O Lírio: jornal de variedade dedicado às famílias*, n. 11 e 12, p. 18-28, 15 e 30 nov. 1860, p. 140-141.

MATTOS, José da Cunha. Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXVI, p. 121-143, 1863.

MEDEIROS, Tito Barros Leal de Pontes. *Poetizando a história nacional: ficcionalização da história e método historiográfico em José de Alencar*. 2014. 236 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa. 2014.

MEGILL, Allan. Literatura e história. In: MALERBA, Jurandir (org.). *História & narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p. 265-271.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2012.

MENEZES, Raimundo de. *José de Alencar: literato e político*. São Paulo: Martins Editora, 1965.

MESQUITA, Samira Nahid de. Gonçalves Dias. In: CASTRO, Silvio (org.). *História da literatura brasileira*. Lisboa: Alfa, 1999. v. 2.

MEYER, Marlyse. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MOLINA, Matias M. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001. 235 f. Tese (Livre docência em Antropologia Social). Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

_____. Unidade, diversidade e a invenção dos índios entre Gabriel Soares de Sousa e Francisco Adolfo de Varnhagen. *Revista de História, USP*, 149, 2003, pp. 109-137.

MORAIS, Eunice de. A história e os meios acomodados. In: WEINHARDT, Marilene (org.). *Ficção histórica: teoria e crítica*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. p. 95-116.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

MOREIRA, Vânia. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 30, n. 59, p. 53-72, 2010.

MORENO, Francisco. *São Jerônimo: a espiritualidade do deserto*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. História de um silêncio: a guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 9, n. 24, p. 242-254, mai./ago., 1995.

- MUNDIM, Larissa Alves. *Nos laboratórios de Clio: política, indianismo e história na poesia de Machado de Assis*. 2017. 170 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
- NABUCO, Joaquim. Literatura. Camões e os Lusíadas. *A República: órgão diário do Partido Republicano*. Rio de Janeiro, 03 de junho de 1872, p. 04.
- NASCIMENTO, Márcio Luiz do. *Primeira geração romântica versus Escola do Recife: trajetórias de intelectuais da Corte e dos intelectuais periféricos da Escola do Recife*. 2010. 254 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- NATAL, Rosyane Mayre Pimenta. *Escrita e sujeito na escola: processos de significação a partir do discurso pedagógico*. 2020. 173 f. Tese (Doutorado em Letras). Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.
- NETO, Lira. *O inimigo do rei: uma biografia de José de Alencar, ou, a mirabolante aventura de um romancista que colecionava desafetos, azucrinava D. Pedro II e acabou inventando o Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- NITERÓI, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, 1836.
- NOTÍCIAS Diversas. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, 09 fev. 1855, p. 01.
- O GUARANI – Carlos Gomes. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/explore/destaques-do-acervo/guarani-carlos-gomes>. Acesso em: 06 jul. 2017.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: princípios & procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- _____. Eni. *Discurso em Análise: sujeito, sentido, ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- ORTIZ, Renato. *Românticos e Folcloristas: cultura popular*. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992.
- OTSUKA, Edu Teruki. Trevas e Presságios: análise de “Anoitecer” de Drummond. *ARS, Brasil*, v. 4, n. 8, p. 72-83, jan. 2006.
- PÁGINAS Menores. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1857, p. 01.
- PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. 2004. 491 f. Tese (Doutorado em Literatura Portuguesa) – Centro de Artes e Humanidades, Universidade da Madeira, Funchal, Portugal, 2004.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2ª ed. Campinas, SP: 1995.

- PELO último vapor recebeu a livraria de J. J. D'Oliveira & Comp. as obras seguintes. *Constituição*: folha política, comercial e noticiosa. Ceará, 29 set. 1875, p. 04.
- PERNAMBUCO. Revista Diária. *Diário de Pernambuco*. Recife, 02 jan. 1877, p. 01.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*: Niterói Revista Brasiliense de Ciências e Artes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINHO, Adeíto Manoel. A margem e o outro, retratos de índio no Romantismo. *Revista Instrumento*, Juiz de Fora, v. 10, p. 37-44, jan./dez. 2008.
- PUBLICAÇÕES. As mulheres de mantilha. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 17 jun. 1871, p. 02.
- PUNTONI, Pedro. A Confederação dos Tamoios de Gonçalves de Magalhães: a poética da história e a historiografia do Império. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 45, p. 119-130, jul. 1996.
- RAMOS, Ivana Pinto. *Ubirajara*: ficção e fricções alencarianas. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários). Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- REIS, Carlos. *Dicionário de estudos narrativos*. Coimbra: Almedina, 2018.
- RELATÓRIO Apresentado a Assembleia Geral Legislativa Na Sessão Ordinária de 1839, pelo Ministro e Secretário de Estado Interino dos Negócios do Império. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1839.
- REVEL, Jacques. *História e historiografia: exercícios críticos*. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- REVISTA Ilustrada. *Revista Ilustrada*, Rio de Janeiro, ano 2, nº 94, 13 de dezembro de 1877.
- RIBEIRO, Cristina Betioli. *Um norte para o romance brasileiro*: Franklin Távora entre os primeiros folcloristas. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.
- RICHET-COOPER, Diana. As grandes revistas literárias e políticas na formação das elites britânicas durante a primeira metade do século XIX. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves. (org.). *Política, nação e edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 413-429.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- RODRIGUES, Cíntia Régia. A Política Indigenista entre o Império e os primórdios da República: Os Nativos no Rio Grande do Sul. *Territórios e Fronteiras*, v. 1, p. 128-144, 2008.
- RODRIGUES, João Barbosa. *Exploração e estudo do Valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.
- ROMERO, Silvio. *A literatura brasileira e a crítica moderna*. Rio de Janeiro: Imprensa Industrial – De João Paulo Ferreira Dias, 1880.
- _____. Explicações Indispensáveis. Disponível em: <<http://textosdefilosofiabrasileira.blogspot.com/2010/11/explicacoes-indispensaveis-1.html>>. Acesso em 15 set. 2020.

RUIZA, M.; FERNÁNDEZ, T.; TAMARO, E. (2004). Biografia de Pomponio Mela. In: *Biografías y Vidas: La enciclopedia biográfica en línea*. Barcelona (España). Disponível em: <<https://www.biografiasyvidas.com/biografia/m/mela.htm>>. Acesso em 12 out. 2021.

SAINT-ADOLPHE, J. C. R. Milliet. *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil*. Paris: Em Casa de J. P. Aillaud, Editor, 1845.

SALIBA, Elias Thomé. *As utopias românticas*. 2ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 175-206.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SCHAPOCHNIK, Nelson. A leitura no espaço e o espaço da leitura. In: ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005. p. 229-343.

_____. *Letras de Fundação: Varnhagen e Alencar – Projetos de Narrativa Instituinte*. 1992. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 187-205.

SCHWAMBORN, Ingrid. *A recepção do romance indianista de José de Alencar*. Fortaleza: Edições UFC/ Casa José de Alencar, 1990.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora de lugar. In: SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012. p. 09-31.

SEVERIANO, Rafael. *Os Tupinambás no Brasil Colonial: aspectos da transmissão musical*. 2016. 177 f. Dissertação. (Mestrado em Artes) – Instituto de Ciências da Arte, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SILVA, Evander Ruthieri da. *Bram Stoker e a questão racial: literatura de horror e degenerescência no final do século XIX*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa. Bosquejo da história da poesia brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 279-314.

_____. Considerações gerais sobre a literatura brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 331-337.

_____. Introdução histórica sobre a literatura brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 37-62.

_____. Nacionalidade da Literatura Brasileira. In: SOUZA, Roberto Acízelo de. *História da literatura brasileira e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zé Mario Editor, 2002. p. 63-112.

SILVA, Renata. Linguagem e ideologia: embates teóricos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v. 9, n.1, p. 157-180, jan./abr. 2009.

SOBRE a Criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, t. 1, 1839.

SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1851.

SOUSA, Octavio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1954. Vol. I. p. 317. (Coleção Documentos Brasileiros).

SOUTHEY, Robert. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1862. t. I.

STADEN, Hans. *Viagem do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo/Campinas: Memorial/Unicamp, 1994. p. 451-485.

TÁVORA, Franklin. *Cartas a Cincinnati: estudos críticos de Semprônio sobre O Gaúcho e a Iracema, obras de Sênio (J. de Alencar)*. 2ª ed. Pernambuco: J. W. de Medeiros, 1872.

THEOPHILO, Gabriela. Um índio histórico para uma literatura brasileira, dos românticos aos modernistas. In: DAHER, Andrea (org.). *Passado presente: usos contemporâneos do "passado colonial" brasileiro*. Rio de Janeiro: Gramma, 2017. p. 41-96.

THEVET, André. *Singularidades da França Antártica, a que outros chamam de America*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial*. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

TURIN, Rodrigo. A "Obscura História" Indígena. O Discurso Etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 86-113.

_____. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. 2009. 241 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

TUXAUA. Disponível em: <<https://portalamazonia.com/amazonia-az/tuxaua>>. Acesso em 12 jul. 2021.

UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 19 mai. 1875, p. 01.

UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 20 mai. 1875, p. 01.

UBIRAJARA. (Lenda tupi por José de Alencar). *A Reforma: órgão democrático*, Rio de Janeiro, 21 mai. 1875, p. 01.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. *Ponto Urbe*. São Paulo, n. 11, p. 01-13, 2012.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. T. I.

_____. *História Geral do Brasil*. Tomo II. Rio de Janeiro: Em caza de E. e H. Laemmert, 1857.

_____. Memorial orgânico oferecido à nação. *O Guanabara: Revista Mensal Artística, Científica e Literária*, Rio de Janeiro, t. I, Parte primeira, 1850.

_____. Relatório. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. III, p. 62-63, 1841.

VASCONCELLOS, Simão de. *Livro Primeiro da Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil*. Lisboa: Na Oficina de Henrique Valente de Oliveira, Impressor del Rei N. S., 1663.

VENÂNCIO, Giselle Martins. Da escrita impressa aos impressos da biblioteca: uma análise da trajetória de leitura de Francisco José de Oliveira Vianna. In: DUTRA, Eliana de Freitas MOLLIER, Jean-Yves (org.). *Política, Nação e Edição: o lugar dos impressos na construção da vida política no Brasil, Europa e Américas nos Séculos XVIII-XX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.87-108.

VESPÚCIO, Américo. *Novo mundo: as cartas que batizaram a América*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

VIANNA, Hélio. *Dom Pedro I e Dom Pedro II: acréscimo as suas biografias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1966.

WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

WEHLING, Arno. Unidade, diversidade, sociabilidade: o IHGB nos seus 170 anos. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 201-208, jan./ jun. 2009.

_____. *Estado, história, memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WEINHARDT, Marilene. Considerações sobre o romance histórico. *Letras*, Curitiba, n. 43, pp. 49-59, 1994.

_____. Ficção e História: retomada de antigo diálogo. *Revista Letras*, Curitiba, n. 58, p. 105-120, jul./ dez. 2002.

_____. Outros palimpsestos: ficção e história – 2001-2010. In: CUNHA, João Manuel dos Santos; NEUMANN, Gerson Roberto; OURIQUE, João Luis Pereira. *Literatura: crítica comparada*, 2011. p. 31-55.

XAVIER, Wiebke Röben de Alencar. O encontro do *Ubirajara* alencariano com a sua primeira tradução alemã de 1866. In: BEZERRA, Valéria Cristina; PELOGGIO, Marcelo; VASCONCELOS, Arlene Fernandes (org.). *José de Alencar*. século XXI. Fortaleza: Edições UFC, 2015. p. 267-286.

ZILBERMAN, Regina. História literária romântica e o nacionalismo enquanto cânone. *Scripta*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 103-114, 2º sem. 1997.